MARCELO KARAM DELBIM

**MOVIMENTOS SOCIAIS POR MORADIA
NA CIDADE DE SÃO PAULO:
UMA REFLEXÃO SOBRE O PODER ATRAVÉS DAS ARTES**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Teoria Geral e
Filosofia do Direito sob a orientação da
Professora Doutora Mara Regina de
Oliveira.

São Paulo

2013

Nome: DELBIM, Marcelo Karam

Título: Movimentos sociais por moradia na cidade de São Paulo: uma reflexão através das artes

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Teoria Geral e Filosofia do Direito sob a orientação da Professora Doutora Mara Regina de Oliveira.

Data: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. (a) Dr. (a): _____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

Prof. (a) Dr. (a): _____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

Prof. (a) Dr. (a): _____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

Para os meus pais.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha orientadora, Professora Doutora Mara Regina de Oliveira pela oportunidade de ingresso no curso de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e por suas lições e valiosas orientações que permitiram a concretização do presente trabalho.

Agradeço igualmente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela confiança em meu projeto de pesquisa e incentivo.

Meu muito obrigado aos professores Celso Fernandes Campilongo e Eduardo Carlos Bianca Bittar pelas generosas e pertinentes contribuições feitas na banca de qualificação.

Por fim, mas não menos importante, em nome de colegas, amigos e familiares, muito obrigado pela força, apoio, incentivo e extensa compreensão: Paula, Fernando, Alexandre, Bruna, Laura, Amelia, Teresa, José, Daniella, Gustavo, Maria Paula, Karine, Rita, Tamara, Larissa, Cristina, Felipe, Maria Lúcia, Geni, Ricardo, Carlos Renato, Cesar Augusto, Marcia e, em especial, Paulo e Gloria.

Itaim Bibi, 20 de dezembro de 2012.

“As casas são construídas para serem habitadas e não para serem contempladas.”
(Francis Bacon)

ÍNDICE

RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO.....	10
1. VISÕES TEÓRICAS SOBRE O PODER E AS RELAÇÕES QUE ELAS ESTABELECEM COM O DIREITO E COM A SOCIEDADE.....	16
1.1. Poder e a teoria da ação comunicativa sob o ponto de vista de Niklas Luhmann.....	17
1.2. Poder, disciplina e vigilância de acordo com a visão de Michel Foucault.....	21
1.3. Poder e a teoria comunicacional nos estudos de Tercio Sampaio Ferraz Junior.....	27
1.4. Poder e a expansão da pragmática jurídica.....	34
1.5. Poder como trocas desiguais.....	43
2. O PODER NA CIDADE DE SÃO PAULO.....	51
2.1. Traços da cidade de São Paulo e aspectos comuns com a história brasileira.....	51
2.2. São Paulo: elementos de uma cidade singular.....	57
2.3. A cidade de São Paulo no atual ambiente globalizado.....	67
2.3.1. A importância do dinheiro na cidade de São Paulo.....	71
3. MOVIMENTOS SOCIAIS E PODER.....	76
3.1. Movimentos sociais: entendimentos e classificações.....	76
3.2. Movimentos sociais: relevância e pertinência.....	93
3.3. O esforço pela moradia.....	101

3.3.1. Movimentos e manifestações de poder.....	107
3.3.2. Movimentos e moradia na cidade de São Paulo.....	114
4. ABORDAGEM ESTÉTICA DA QUESTÃO HABITACIONAL NA CIDADE DE SÃO PAULO.....	128
5. ANÁLISE DA QUESTÃO HABITACIONAL NA CIDADE DE SÃO PAULO PERMEADA PELA VISÃO ARTÍSTICA.....	138
5.1. Documentário “À margem da imagem”.....	140
5.2. Documentário “À margem do concreto”.....	145
5.3. Documentário “À margem do lixo”.....	152
5.4. Filme “Os inquilinos”.....	155
5.5. Letras de Adoniran Barbosa: “Saudosa Maloca”, “Abrigo de Vagabundos” e “Despejo na Favela”.....	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	172
REFERÊNCIAS DOS RECURSOS ARTÍSTICOS ANALISADOS.....	184
SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS.....	185
ANEXOS.....	186
Anexo A: Comentários ao Regulamento para reassentamento de Famílias vulneráveis atingidas pelas obras de expansão da Companhia do Metropolitano de São Paulo.....	186
Anexo B: Regulamento para reassentamento de Famílias vulneráveis atingidas pelas obras de expansão da Companhia do Metropolitano de São Paulo.....	188
Anexo C: Letra “Saudosa maloca”.....	192
Anexo D: Letra “Abrigo de vagabundos”.....	194
Anexo E: Letra “Despejo na favela”.....	195

RESUMO

O presente trabalho apresenta teorias que tratam do poder e algumas das relações que ele estabelece com o universo jurídico e com organismos sociais, através das perspectivas de estudiosos das áreas jurídica, filosófica e sociológica. É feita a exposição de elementos formadores e caracterizadores da metrópole paulistana e de como o poder nela se manifesta, visto que a análise se baseia em dados da maior e mais rica cidade do país. São também descritos os movimentos sociais através de leituras históricas a esse respeito, bem como algumas de suas respectivas classificações, atuações, reações e demandas – sobretudo daqueles grupos que lutam por moradia na cidade de São Paulo. Estabelecem-se ligações entre as teorias inicialmente expostas, suas contextualizações na realidade nacional, especialmente na capital paulista, e as atuações dos aludidos movimentos sociais que tem por objetivo a conquista de moradia. Ainda como forma de aprofundar a análise e buscando-se ampliar a compreensão do objeto estudado através da apreciação de elementos artísticos, utilizam-se filmes e letras de músicas que versam sobre a temática da moradia em São Paulo.

Palavras-chave: poder – moradia – movimentos sociais – artes – cinema – música – cidade de São Paulo

ABSTRACT

This research presents theories about power and some of its relations established in the judicial universe and social organizations through judicial, philosophical and sociological scholars' perspectives. An exposition of forming and characterizing elements of São Paulo is done as well as how its power is manifested; once such analysis is focused on the biggest and wealthiest city in Brazil. Apart from that some social movements through their historical studies are also exposed, along with some of their classifications, actions, reactions and demands – mostly those groups who fight for housing in the city of São Paulo. Linkings among the exposed theories, their contextualizations in the city of São Paulo, and the behavior of the social movements toward housing mentioned above, have been established. Yet, as a way of deepening the analysis through artistic elements there is the possibility of broadening the understanding of this study – having it supported on cinema and lyrics dealing with housing issues about São Paulo City.

Key words: power - housing – social movements - arts – cinema – music – São Paulo City

INTRODUÇÃO

A reflexão filosófica sob a perspectiva artística mostra-se uma instigante tarefa que leva a crer na potencial consistência dos resultados decorrentes da análise que nela se apoia, vez que os recursos artísticos permitem a exposição de sensações e sentimentos em patamares em que outros recursos encontram barreiras.

É por esta razão que, neste trabalho, busca-se estudar as conexões existentes entre as manifestações artísticas e a Filosofia do Direito, baseados na afirmação de que a análise das situações sociais através do viés artístico – em compasso com a pesquisa que a professora Mara Regina de Oliveira expõe em seus trabalhos e nas disciplinas por ela ministradas, e por mim cursadas, na Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – pode facilitar a compreensão de uma situação social complexa e angustiante que necessita ser mais amplamente estudada.

Nas palavras da professora Mara Regina de Oliveira:

Quando o cinema de boa qualidade estética é associado a um trabalho acadêmico sério, pode simular uma vivência, pode abrir nossos olhos para uma realidade difícil, seja no plano político, jurídico, moral ou psicológico, que deve ser enfrentada com coragem. Ele é uma forma de produção artística contemporânea, que engloba todas as demais, de uma forma única. Agrega a música, a fotografia, teatro, literatura e outras mais.¹

Dessa forma, a agregação de recursos artísticos, como a música ou o cinema, mostra-se útil e relevante para a observação e análise dos movimentos sociais, o que se verifica, por exemplo, a partir da análise de composições de Adoniran Barbosa que versam sobre a história e o cotidiano da cidade de São Paulo.

Ademais, segundo Edgard Morin, a arte cinematográfica permite uma conexão especial:

---

¹ OLIVEIRA, Mara Regina de. *Cinema e Filosofia do Direito: um discurso sobre a crise de legitimidade jurídica brasileira*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 13-14.

À extrema imobilidade do espectador vem doravante juntar-se à extrema mobilidade da imagem, para constituir o cinema, espetáculo dos espetáculos. (...) O cinema é precisamente esta simbiose: *um sistema que tende a integrar o fluxo do filme no fluxo psíquico do espectador*.²

Uma das grandes belezas das artes, não apenas a cinematográfica, mas também a musical e a fotográfica, dentre outras, é permitir que o ser humano se comova, se abra diante de sentimentos escondidos e camuflados pela rigidez do cotidiano. Não por acaso, MUNSTENBERG nos apresenta a seguinte afirmação: “O principal objetivo do cinema deve ser retratar as emoções.”³

Em conformidade com o que explica Edgar Morin, o cinema propicia a identificação entre pessoas que não teriam ordinariamente seus caminhos cruzados – imagine-se, por exemplo, uma pessoa, avessa aos movimentos sociais, que se comova com as películas e letras de músicas que versem sobre os esforços e lutas desses movimentos.

Esse autor qualifica essa situação como uma “projeção-identificação”⁴, indicando como é fascinante e rico o universo de análise das teorias jurídicas através dos recursos artísticos, o que leva à constatação de condutas que conflitam com as soluções pretendidas pelos legisladores, dando margem, inclusive, a reações que podem ocasionar o distanciamento das autoridades:

Em nossa civilização, as repressões sociais, inúmeras e tirânicas, permitem ao indivíduo realizar apenas uma parte, cada vez mais canalizada, de suas aspirações pessoais. O próprio poder público não consegue mais se encontrar no labirinto das medidas de ordem por ele estabelecidas, e que fazem com que tudo pareça proibido, que ninguém possa viver hoje em dia sem infringir essa ou aquela lei.⁵

Por esta razão, questiona-se neste trabalho:

² MORIN, Edgar. “A alma do cinema”. In: XAVIER, Ismail (Org.). *A experiência do cinema: antologia*. Rio de Janeiro: Edições Gerais Graal - Embrafilmes, 1983, p. 157 e 161.

³ MUNSTENBERG, Hugo., “As emoções”. In: XAVIER, Ismail (Org.). *A experiência do cinema: antologia*. Rio de Janeiro: Edições Gerais Graal - Embrafilmes, 1983, p. 46.

⁴ MORIN, op.cit, p. 145 et seq.

⁵ EPSTEIN, Jean. “O cinema do diabo”. In: XAVIER, Ismail (Org.), *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Edições Gerais Graal – Embrafilmes, 1983, p. 310.

- Os movimentos sociais infringem ou não as disposições normativas?
- Há alternativa a ser seguida?
- Quais são as possíveis reações e consequentes neutralizações apresentadas em face da emergência dos referidos grupos?

Pretende-se observar aqui, se algumas respostas a essas questões podem ser mais facilmente encontradas pela intermediação das artes e de teorias doutrinárias na análise da importância dos movimentos sociais em suas relações com o poder.

No primeiro capítulo, observam-se os entendimentos sobre o poder e suas relações externas ao universo jurídico, segundo a importância das ideias defendidas por alguns dos autores que discutem essa questão:

- Niklas Luhmann, em razão da ênfase que esse autor dá à teoria comunicacional e suas relações com o poder, em suas diferentes formas, como o poder político e o financeiro, entre outros.
- Michel Foucault, que também estuda o poder, mas estabelece seu foco na relação do poder com a ‘disciplina’, ao explorar o papel que ela desempenha e a necessidade da vigilância no estabelecimento e sedimentação das relações extrajurídicas de poder. E também no âmbito sociológico, sublinhando a importância do controle, o que poderá ser útil ao discutirmos os movimentos sociais em capítulo posterior.
- Tercio Sampaio Ferraz Junior, pelo seu trabalho que também se insere nesta proposta, tendo em vista a densidade de sua análise sobre o poder e suas ligações com a comunicação, em uma interessante releitura que faz das obras de Niklas Luhmann e Michel Foucault.
- Mara Regina de Oliveira, cujos estudos permitem enriquecer esta análise, em face do olhar crítico de seu trabalho, em que evidencia a forte presença da informalidade nas relações sociais, e da importante releitura que faz das obras de Niklas Luhmann e de Tercio Sampaio Ferraz Junior, realizando uma reflexão mais ampla sobre a pragmática jurídica com um olhar inovador e crítico.

- Boaventura de Sousa Santos, pela pertinência de sua obra, ao destacar diferentes formas de poder e sua importância para a composição do panorama social, demonstrando, por exemplo, a conexão entre o poder e a área econômica.

Depois da exposição teórica relativa ao poder e às normas, no segundo capítulo, estuda-se, em especial, o poder na cidade de São Paulo, destacando-se alguns de seus aspectos singulares, bem como certos aspectos em comum entre a história da metrópole e a história do país, de tal forma que determinadas remissões à história brasileira mostram-se necessárias, como meio de facilitar e ampliar a base de compreensão do universo que se pretende estudar.

No terceiro capítulo, passa-se à exposição da história e da situação dos movimentos sociais, das teorias que os estudam e como eles são classificados, aprofundando a análise em relação aos movimentos sociais por moradia, sobretudo na cidade de São Paulo, e à atuação dos aludidos grupos e suas manifestações de poder, sempre em função do que se apresentou nos capítulos anteriores.

Além disso, nesse terceiro capítulo, busca-se estabelecer a pertinência das teorias expostas e sua aplicação no cenário brasileiro, mais especificamente na cidade de São Paulo, e nos referidos movimentos sociais, em que, como foi dito, se destacam os que envolvem a busca por moradia nessa Capital.

Para desenvolver esse estudo, parte-se de uma leitura conceitual dos referidos movimentos. Em seguida, abordam-se as medidas adotadas em busca de soluções para o problema da habitação e o esforço para resolver as questões que se tornaram mais sérias desde o início século XX, cujas condições sociais foram profundamente modificadas pela industrialização que se instala tardiamente no país.

A cidade de São Paulo, a maior do país, foi escolhida por ser palco de conflitos e disputas, o que faz com que a luta por moradia se mostre um desafio, provocando a necessidade de uma reflexão mais cuidadosa e debates mais acurados sobre a questão.

Este trabalho, portanto, pretende verificar as manifestações de poder criadas por estes movimentos e as relações por eles estabelecidas, com o objetivo de observar a importância dos movimentos sociais enquanto luta por moradia na cidade de São Paulo.

No quarto capítulo, procura-se estabelecer ligações entre a arte, a linguagem e o poder; aprofundando a reflexão sobre o direito e seus pontos de contato com aquilo que envolve o poder e a arte, através da estética.

Estudam-se algumas questões teóricas relativas ao cinema e à estética, através dos estudos de Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Jean-Claude Bernardet e Ismail Xavier, assim como a importância das artes e da filosofia e a relevância da utilização destes recursos para a compreensão da complexidade e das dificuldades enfrentadas e requeridas pelas dinâmicas das relações sociais.

Por último, no quinto capítulo, faz-se uma reflexão a partir de obras artísticas que exploram a temática abordada, como filmes, documentários e letras de músicas que apresentam questões relacionadas à moradia na cidade de São Paulo, e investigam-se os problemas enfrentados pelos movimentos sociais que lutam por moradia na cidade de São Paulo.

Para tanto, discutem-se as questões propostas acima, fazendo-se a análise propriamente dita das obras cinematográficas e de letras de música do poeta paulista João Rubinato, conhecido como Adoniran Barbosa.

Faz-se o estudo dos documentários “À margem da imagem” (2002), “À margem do concreto” (2006) e “À margem do lixo” (2008), dirigidos por Evaldo Mocarzel; do filme “Os inquilinos” (2009), dirigido por Sergio Bianchi e; das letras das músicas “Saudosa Maloca”, “Abrigo de Vagabundos” e “Despejo na Favela”⁶. Todas essas obras escolhidas trabalham de forma direta ou indireta a discussão sobre moradia na capital paulista.

---

⁶ Os documentários e o filme foram apresentados ao candidato pela professora orientadora Mara Regina de Oliveira

Após tecer as considerações finais da pesquisa, lastreada pelos cinco capítulos precedentes, alguns anexos apresentam também comentários sobre o programa de reassentamento da Companhia do Metropolitano de São Paulo – cujo objetivo é equalizar as demandas habitacionais requeridas pelas famílias vulneráveis às obras de expansão do Metrô na capital do estado de São Paulo e cujo programa é uma das respostas às demandas provocadas por movimentos sociais que lutam por moradia na cidade, em face da importância desse direito.

1. VISÕES TEÓRICAS SOBRE O PODER E AS RELAÇÕES QUE ELAS ESTABELECEM COM O DIREITO E COM A SOCIEDADE

Como foi dito anteriormente, passa-se, neste capítulo a analisar as ideias de alguns dos principais autores sobre o poder e as ligações que orbitam ao seu redor.

Todas essas teorias estudam o poder através de abordagens que o prestigiam como algo que merece ser estudado pela Filosofia do Direito, sob um viés distinto daquele que é visto nos estudos das teorias mais tradicionais e ligadas à dogmática jurídica – as quais partem de premissas determinadas e irredutíveis⁷ –, o que representa uma inovação trazida por estas teorias em relação às anteriores, como diz Ferraz:

Tradicionalmente, o poder não é incorporado pela dogmática jurídica como um elemento básico. Em geral, ele não é desprezado, mas encarado como um fato extrajurídico, o que ocorre não só no direito privado, mas também no direito público, em que a noção é esvaziada por limitadas concepções expostas nas teorias gerais do Estado.⁸

Considera-se, portanto, que não se pode abordar o poder como elemento restrito ao mundo jurídico nem dele excluído. Pelo contrário, as teorias estudadas apresentam as ramificações e ligações que as respectivas acepções sobre o poder possuem. Diante da complexidade das relações que compõe a sociedade, deve-se analisar o poder de forma relacionada intrinsecamente com outros ramos da ciência, como meio para uma compreensão mais ampla e consistente.

Por essa razão, as abordagens expostas a seguir ressaltam a importância do poder como elemento essencial na compreensão e estruturação das formas e delineamentos pretendidos pelos vieses teóricos a serem estudados – considerando-o não como um fator isolado ou externo ao mundo jurídico, mas nele inserido e contribuindo para sua composição – em oposição às concepções dogmáticas de poder.

---

⁷ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 24.

⁸ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Poder e Direito*. In: *Estudos de Filosofia do Direito: reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito*. São Paulo: Atlas, 2003, p. 19.

Por outro lado, o aprofundamento da temática relacionada aos movimentos sociais e suas respectivas lutas por moradia pode ser feito de forma mais aprofundada, desde que se compreendam suas peculiaridades e características, entendendo que os elementos que o constituem e as demandas que eles apresentam não se restringem ao universo jurídico, que diante de suas limitações não consegue, muitas vezes, abranger as exigências e os mecanismos requeridos por estes grupos.

1.1. Poder e a teoria da ação comunicativa sob o ponto de vista de Niklas Luhmann

Para Niklas Luhmann, o poder é entendido como um meio de comunicação existente na sociedade e relevante nas relações travadas entre os indivíduos que a compõem. A potencialidade de transmitir o poder dá-se através da habilidade de influenciar na seletividade das ações ou omissões, sendo que diversas opções do modo de agir estão presentes na sociedade.⁹ Luhmann sublinha que o poder é tipicamente visto, assim como todo meio de comunicação, como um limite pautado à esfera de ocupação de um parceiro pelo outro.¹⁰

Ele ressalta, ainda, que o poder não deve ser confundido com a coação, uma vez que ela reduziria a zero a série de alternativas potenciais que o indivíduo poderia ter, e essa coação ainda implicaria utilização de violência – o que geraria insegurança ou comprometeria a sua superação, bem como a seleção de ações e omissões, à medida que o poder se identificasse com a coação.¹¹

Interessante observação, a que faz Luhmann no que se refere à inviabilidade da centralização do uso da coação em uma sociedade complexa, de tal forma que ele sustenta ser a aludida concentração viável em uma sociedade extremamente simples.¹²

---

⁹ LUHMANN, Niklas. *Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, p. 9.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 10.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 8-9.

¹² Idem, *ibidem*, p. 9.

Ademais, ele ressalta que o poder aumenta à medida que as alternativas crescem, ou seja, quando o poderoso está diante de um número maior de opções a serem seguidas ou quando o outro sujeito com quem interage defronta-se com uma gama mais extensa de opções. Nesse caso o poder mostra-se maior – exemplo que pode ser visualizado em uma sociedade em que são oportunizadas diversas alternativas de atuação para os indivíduos.¹³

O “poder do poderoso” não consiste em uma causa – nem mesmo potencial. Luhmann compara este poder a um “catalisador”, ou seja, a um modificador do tempo trivial, para mais ou para menos, para que se atinja um resultado. Neste contexto, uma situação reputada improvável, pode ter a probabilidade de sua ocorrência ampliada. A emergência de situações pouco prováveis imprime traços de complexidade ao contexto em que estão inseridas as suas causas.¹⁴ A seguinte passagem se mostra pertinente para comprovar essa afirmação:

A função catalisadora do poder já repousa, por conseguinte, sobre contextos causais muito complexos. Justamente por isso o poder deve ser concebido como um meio de comunicação *generalizado* simbolicamente. (...) O único pressuposto é a comunicação pura e simples, ou seja, que o subalterno sempre vem a ter conhecimento, por quaisquer vias que sejam, da seletividade (e não apenas da existência!) de ações passadas ou futuras do poderoso.¹⁵

A grande inovação de uma teoria do poder baseada em uma teoria comunicacional, diferenciando-se de teorias que a antecederam e que consideravam o poder uma capacidade do indivíduo, nas palavras de Luhmann, é a seguinte:

A modificação talvez mais importante com relação a teorias do poder anteriores reside em que a teoria dos meios de comunicação compreende o fenômeno do poder como base em uma diferença entre código e processo de comunicação, não estando, por conseguinte, em condições de atribuir poder como propriedade ou capacidade a um dos parceiros. Poder ‘é’ uma comunicação orientada por um código. A atribuição do poder ao poderoso é regulada neste código, com consequências de grande alcance, o que acarreta reforço dos motivos de observância, responsabilidade, ‘institucionalidade’,

---

¹³ LUHMANN, op. cit., p. 9.

¹⁴ Idem, ibidem, p. 11-12.

¹⁵ Idem, ibidem, p. 12. Tercio Sampaio Ferraz Junior, inspirado nos trabalhos de Luhmann, também destaca em sua obra que “o poder se compara, assim a um catalisador” In: *Estudos de Filosofia do Direito: reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito*. São Paulo: Atlas, 2003, p. 40.

direcionamento dos desejos de alteração, etc. Embora *ambos* os lados ajam, o que acontece é atribuído *somente* ao poderoso.¹⁶

Quando se fala em “poder”, nas reflexões propostas por Luhmann, se faz referência aos seus riscos. Teme-se o excesso de poder, bem como seu abuso e, mais recentemente, a sua falta – o que assombra muitos grupos.¹⁷ É necessário refletir sobre a interferência das relações extrajurídicas de poder em relação ao seu eventual abuso, excesso ou desvio – imagine-se, por exemplo, a forte interferência de um poderoso grupo empresarial na edição de uma medida legislativa de seu interesse.

Ademais, a velocidade imposta pelo crescimento das sociedades e suas respectiva complexidade dificulta o controle e a sincronia entre os processos que estão sob a esfera de abrangência do poderoso:

O tempo se torna, desta forma, fator de perturbação, resistência inquebrantável. Não é a dureza das matérias ou das cabeças, mas o relógio e o calendário que o tornam impossível. Na mesma linha tem-se que o aumento do poder no sistema político faz mais próxima a possibilidade da troca dos titulares, ao menos das posições de liderança, com a consequência de que o pensamento em períodos domina a práxis do poder não apenas temporalmente, mas também quanto à escolha do que é possível e pode ocorrer durante o mandato.¹⁸

Outra relevante faceta a ser destacada, ao se discorrer sobre riscos atrelados ao poder, nos é apresentada por ele:

No caso do poder, seria inflacionária aquela práxis comunicativa que trabalha apenas com ameaças vazias ou cobertas apenas excepcionalmente – por exemplo, a ‘criminalização’ de tipos de comportamentos nos quais não se pode denunciar infrações de fato ou por razões de política criminal.¹⁹

Observa Luhmann que a universalidade da sociedade acarreta a necessidade do crescimento da diferenciação do poder, de tal forma que isto se revela como um grave problema – uma vez que implica o desenvolvimento de novas referências políticas

---

¹⁶ LUHMANN, op. cit., 14.

¹⁷ Idem, ibidem, p. 67-69.

¹⁸ Idem, ibidem, p. 70.

¹⁹ Idem, ibidem, p. 73.

“especializadas na formação e manipulação do poder.”²⁰ Indo além, na mesma parte de sua explanação, comenta que um sistema político diferenciado abrange “outro poder além de si – primeiramente o de outras sociedades, outros sistemas políticos, mas também o da propriedade da terra e mais tarde, sobretudo, o poder financeiro.”²¹ Ainda na mesma parte de sua obra, ele ressalta que o poder financeiro possibilita a migração de uma sociedade arcaica para “culturas superiores”, transação esta que se dá de modo incontornável.²²

Pode-se dizer, amparados na lição de Niklas Luhmann, que o poder político e sua respectiva formação não se mostram importantes apenas para o cenário político em si, mas também para a sociedade de maneira geral – já que a penetração e as interferências geradas e provocadas pela política aparecem capilarizadas pelas veias do corpo social.²³

Outro ponto discutido por Luhmann refere-se ao “poder organizado”. Para ele, a organização poderia ser entendida como uma “maneira determinada de formação de sistemas através de aumento e redução de contingências,”²⁴ de tal forma que a alteração de membros e regras poderia ser perpetrada desde que houvesse a garantia de observância da “relacionabilidade contínua de regras a membros e destes a regras.”²⁵ Ao fazer referência ao “poder organizado” é possível levar em conta também as ideias preconizadas por Michel Foucault, as quais serão abordadas a seguir, e que, ao tratar da disciplina, mostra um ponto de contato com estes aspectos sublinhados por Luhmann.

Por fim, ainda sobre o poder organizado, Luhmann fala em gestão de pessoal e sustenta que a racionalização das decisões sobre pessoal provoca uma maior dificuldade de manipulação do sistema – inclusive para o “poderoso”.²⁶ Percebe-se, portanto, a relevância de outras manifestações de poder, além da jurídica, no que se refere à formação e à instrumentalização do poder.

---

²⁰ LUHMANN, op. cit., p. 76.

²¹ Idem, ibidem, p. 76.

²² Idem, ibidem, p. 76.

²³ Idem, ibidem, p. 76.

²⁴ Idem, ibidem, p. 83.

²⁵ Idem, ibidem, p. 82.

²⁶ Idem, ibidem, op. cit., p. 88.

1.2. Poder, disciplina e vigilância de acordo com as ideias de Michel Foucault.

Foucault, ao analisar o poder, centra suas observações na relação que este estabelece com a “disciplina”, particularizando sua linha de investigação, o que indica que o poder pode ser analisado sob diferentes prismas, além do jurídico, fato que evidencia sua importância, já que são realizadas observações distintas e com referenciais peculiares para se tentar compreender as manifestações desse fenômeno.

Este autor explica que o poder disciplinar não está focado em uma apropriação ou na retirada de algo, de uma pessoa submetida ao poder, mas sim no “adestramento” dessa pessoa – ocasionando uma retirada e uma apropriação ainda mais efetiva.²⁷

Ele expõe dois sistemas de análise do poder: o da relação do poder com mecanismos repressivos – “contrato-opressão” – quando o poder ultrapassa as barreiras determinadas, como, por exemplo, através do desrespeito às cláusulas de um contrato, pois há o risco de se tornar opressivo; e o a da relação do poder atrelada ao “confronto belicoso das forças” – “dominação-repressão” ou “guerra-repressão” – sendo que a repressão consistiria em uma relação de força permanente.

Apesar de distintas, essas duas formas de se entender o poder poderiam ser conciliáveis, uma vez que a repressão seria a consequência política dos conflitos ou guerras. Nas palavras de Foucault: “Portanto, estes são dois esquemas de análise do poder. O esquema contrato-opressão, que é jurídico, e o esquema dominação-repressão ou guerra-repressão, em que a oposição pertinente não é entre legítimo/ilegítimo como no precedente, mas entre luta e submissão.”²⁸

---

²⁷ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987, p. 153.

²⁸ FOUCAULT, Michel. “Genealogia e poder”. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000, p. 177.

Ele sustenta, ainda, que o poder disciplinar penetrará nas entranhas dos aparelhos estatais. Reputa o sucesso deste poder à utilização de mecanismos pouco sofisticados – como, por exemplo, o “olhar hierárquico”.²⁹

Segundo Michel Foucault: “Este novo tipo de poder, que não pode mais ser transcrito nos termos da soberania, é uma das grandes invenções da sociedade do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente; este poder não soberano, alheio à forma da soberania, é o poder disciplinar.”³⁰

Ao lado da crescente exposição e do compartilhamento de novos saberes, aumentou-se também a vigilância sobre os indivíduos sujeitos às inovações. Logo, surgem técnicas que possibilitam a sujeição das pessoas, bem como sua utilização nos processos desejados pelos “submissores”.³¹

Imagine-se, por exemplo, a multiplicidade de tipos de câmeras de vigilância, desde a mais evidente até a mais discreta delas (para não dizer invisível); sob o enfoque legislativo, não é possível deixar de mencionar a edição da lei nº 12.258 de 15 de junho de 2010, que versa sobre a monitoração eletrônica de presos – exemplificando mais um mecanismo real da ostensiva vigilância empregada atualmente, potencializada pelos incrementos tecnológicos.

Foucault ressalta igualmente, que a vigilância hierárquica ostensiva não é uma inovação do século XVIII, mas sua extensão e aumento de força são devidos à adoção de “novas mecânicas de poder” – e o poder disciplinar teve papel fundamental nesta configuração.³²

Pode-se levantar a hipótese de que a observação não deve ser realizada apenas no plano externo, ou seja, exteriores a determinado grupo, mas deve também possibilitar a análise dos elementos internos que o compõem e com ele interagem com o objeto de análise, permitindo,

---

²⁹ FOUCAULT, op. cit., 1987, p. 153.

³⁰ FOUCAULT, Michel. “Soberania e disciplina”. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000, p. 188.

³¹ FOUCAULT, op. cit., 1987, p. 154.

³² Idem, ibidem, p. 158.

portanto, o seu respectivo controle interno.³³ Aplicando-se esta noção, por exemplo, aos movimentos sociais – que serão abordados no terceiro capítulo do presente trabalho – ao conhecimento de suas ações, bem como a constante vigilância a que são submetidos são práticas fundamentais para seu efetivo controle pelo Estado.

Torna-se importante observar os pontos de contato entre as propostas até então abordadas. Percebe-se que Foucault traz uma visão do controle, da disciplina, sem que isso signifique por outro lado, e necessariamente, algo dissonante. Luhmann pode trazer, para dentro da teoria jurídica, através da teoria da ação comunicativa, estas questões, envolvendo facetas do aludido controle.

Na questão da moradia, Foucault poderia, por exemplo, observar a presença de elementos que motivariam o querer uma moradia – e seu respectivo controle. Luhmann entende que o direito deve se amoldar à complexidade trazida por questionamentos como aqueles que surgem impulsionados pela aludida vontade de um indivíduo ter uma moradia.

Ainda, outro ponto de aproximação entre as lições de Niklas Luhmann e Michel Foucault diz respeito à consideração de outros elementos relevantes na composição de suas respectivas teorias, e não apenas o homem – pelo contrário.

O primeiro autor, delineando uma das facetas do seu entendimento, expõe que o sistema social não é composto pelo homem, mas pelo direito, conforme destaque feito por Pierre Guibentif³⁴. O segundo, ao discorrer sobre o poder e suas críticas, sustenta que ele é exercido pela observação e controle das ações das pessoas³⁵, ou seja, a vigilância, efetiva ou potencial, sobre os indivíduos, mas não corresponde aos indivíduos em si. Assim sendo, observa-se uma abstração do homem, o que demonstra mais um ponto de ligação entre os aludidos pensadores e suas ideias.

---

³³ FOUCAULT, op. cit., 1987, p. 154.

³⁴ GUIBENTIF, Pierre. *Teorias sociológicas comparadas e aplicadas: Bourdieu, Foucault, Habermas e Luhmann face ao Direito*. In: *Revista Novatio Iuris*, nº 3. Porto Alegre: ESADE, 2009, p. 13.

³⁵ Idem, ibidem, p. 17.

Reflete-se sobre a importância dos pensamentos acima sublinhados e sua correspondência com as demandas resultantes dos movimentos sociais que reivindicam moradia. É relevante observar que não se pode desconsiderar a pungente e necessária atuação dos seres que formam os respectivos movimentos, entretanto, mecanismos de observação destes movimentos mostram-se pertinentes à realidade atual, eminentemente digitalizada e controladora.

Além disso, as estratégias e instrumentos postos e criados pelo direito, balizador da sociedade, precisam ser aplicados, e adequadamente dimensionados, de forma a concretizar os resultados almejados por esses movimentos sociais.

Reforçando o pensamento de Foucault, o desenho dos campos de observação deve sofrer alterações de modo a permitir os dois tipos de controle, sobretudo o interno – como instrumento que viabiliza a dominação do comportamento da pessoa e, inclusive, alterações decorrentes da disciplina imposta pela nova configuração.³⁶ A manifestação da aludida arquitetura mostra-se pertinente, por exemplo, às escolas, às fábricas, aos hospitais e por que não aos movimentos sociais?

Mediante a observação do campo interno, com a introdução da vigilância constante dos indivíduos, torna-se possível a paulatina abertura das portas,³⁷ bem como o relaxamento dos dispositivos ostensivos que objetivam a contenção de eventuais fugas – isto porque eles representam entraves físicos que perdem força ao competir com a ideia incutida de que mesmo com o caminho “facilitado” não adiantará proceder a fuga em razão do amplo sistema de vigilância existente.

Foucault enfatiza que “o aparelho disciplinar perfeito capacitaria um único olhar a tudo ver permanentemente.”³⁸ Ou seja, seria boa a estrutura que permitisse seu controle integral por uma pessoa, porque o observado, diante da facilitadora arquitetura, não saberia onde está o

---

³⁶ FOUCAULT, op. cit., 1987, p. 154.

³⁷ Idem, ibidem, p. 155.

³⁸ Idem, ibidem, p. 156.

observador nem quantos exercem este papel, saberia apenas que, em qualquer lugar e a qualquer momento, ele poderia ser vigiado.

Foucault faz uma exposição sobre o “*Panóptico* de Bentham” e explica detalhadamente qual seria o formato de uma construção que permitisse o controle integral, bem como qual será o sentimento de estar sendo vigiado, com apenas um vigia na torre central. Ademais, de acordo com esta construção, os indivíduos não teriam contato uns com os outros, de tal forma que o risco de levantes e armações ficaria restrito.³⁹

No que diz respeito ao contato efetivo entre os indivíduos e grupos, pode-se refletir sobre o que aconteceria se os diferentes movimentos sociais interagissem de maneira concreta, organizada entre si, o que será feito em capítulo a seguir.

Dentro do universo disciplinar, Foucault sublinha que a punição funciona como um elemento dotado de duplo sentido: gratificação e sanção – o desidioso deve ser “seduzido” pela ideia de que será recompensado caso execute as tarefas que lhe são atribuídas.⁴⁰

De acordo com o trabalho de Foucault a punição deve percorrer uma trilha composta pelos seguintes componentes: comparação dos atos e desempenhos; diferenciação de um indivíduo em relação ao outro indivíduo; hierarquização dos indivíduos; funcionamento da coação; e estabelecimento de parâmetros para a definição da fronteira que determinará a linha de exclusão.⁴¹

Ele enfatiza que as características acima expostas não são coincidentes com a chamada “penalidade judiciária”, a qual não é constatada através de um “conjunto de fenômeno”, mas por leis. Ela não distingue os indivíduos e sim atos, nem estabelece hierarquia entre as

---

³⁹ FOUCAULT, op. cit., 1987, p. 177.

⁴⁰ Idem, ibidem, p. 161.

⁴¹ Idem, ibidem, p. 163.

peessoas.⁴² Nas palavras de Foucault: “(...) as disciplinas inventaram – apoiando-se, aliás, sobre uma série de processos muito antigos – um novo funcionamento punitivo (...).”⁴³

Na parte final de sua obra, *Vigiar e punir*, Foucault esclarece que entende ser mais útil para o Estado um indivíduo disciplinado àquele submetido pelas leis penais e posto à disposição numa cela sem vigilância alguma. Ele sustenta que “o ponto ideal de penalidade hoje seria a disciplina infinita” – ou seja, o controle integral dos atos do indivíduo.⁴⁴

Reputa-se pertinente destacar que Foucault ressalta que a duradoura observação propicia a penetração de métodos disciplinares nos meandros da justiça. Não se pode omitir a comparação feita por Foucault na última frase do livro ora em apreço, em que são feitas aproximações bastante pertinentes entre o sistema prisional e as fábricas, os hospitais, os quartéis e, as escolas – que talvez sejam as aproximações mais contundentes, uma vez que são o berço do conhecimento e da motivação para o surgimento de novas ideias e para a transmissão crítica das já existentes – lugares em que a vigilância é permanente, abrangente e, sobretudo, poderosa.⁴⁵

Não por acaso, o professor Tercio Sampaio Ferraz Junior, em seu: *Estudos de Filosofia do Direito: reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*, ressalta que, segundo Foucault:

O poder, na sociedade moderna (...) não tende a diminuir, mas a ampliar-se. Só que ele perde, aos poucos, o sentido de dominação para ser regulação, não se impõe contra a vontade, mas faz com que essa vontade seja dominada antes de exercer-se: a obediência torna-se um ato futuro e não do passado.⁴⁶

Conforme destacado anteriormente, o escopo do presente trabalho não é investigar a natureza jurídica e sociológica das penas impostas pelo Estado. Mas a reflexão proposta por Michel Foucault acerca da manifestação do poder, através da disciplina, mostra-se de suma

⁴² FOUCAULT, op. cit., 1987, p.163.

⁴³ Idem, ibidem, p. 164.

⁴⁴ Idem, ibidem, p. 199.

⁴⁵ Idem, ibidem, p. 199.

⁴⁶ Idem, ibidem, p. 40.

importância, permitindo relacionar a imposição da disciplina em diversos ambientes da sociedade – inclusive nos movimentos sociais – cuja vigilância aumenta incessantemente, conforme se verá posteriormente.

1.3. Poder e a teoria comunicacional nos estudos de Tercio Sampaio Ferraz Junior

Tercio Sampaio Ferraz Junior, logo na parte inicial de seu *Poder e Direito*, faz uma importante afirmação: “O poder que não é percebido é, de todos, o mais perfeito (...)”.⁴⁷ Diante desta provocante frase, pergunta-se, inicialmente, onde está o poder, qual é sua magnitude, qual é sua real configuração? As respostas a estas perguntas não são fáceis e talvez nem possíveis de serem dadas de maneira definitiva. Todavia, o que se sabe, e a leitura dos estudos do professor Ferraz Jr. reforça, é a relevância e a inafastabilidade do poder e algumas de suas abrangências:

O fenômeno do poder é certamente irreduzível. É possível apontar o que há de mais central – e oculto – *em seu processo*. Mas dizer-lhe o núcleo essencial é tarefa que esbarra numa sensação de multiplicidade (...). Por isso, o poder se diz na política, na economia, no direito, na cultura, no amor, na ciência, e se vê na força, na violência, na persuasão, no convencimento, na vitória, na resistência, e até na fraqueza e no desamparo.⁴⁸

Diante da vastidão que o fenômeno do poder possui, conforme se pode verificar no trecho acima destacado, entende o professor Ferraz Jr. Que é relevante definir um ponto de partida⁴⁹. Assim sendo, mostra-se importante o estabelecimento de um marco inicial para que o objeto de análise seja explorado de modo contundente.

Expõe o autor que o poder, de acordo com a dogmática jurídica é entendido, na maioria das vezes, como um “fato extrajurídico”, que pode ocorrer tanto na esfera pública quanto na privada e estabelece três relações para o fenômeno do poder, no que se refere à utilização da sua noção, pela dogmática jurídica:

---

⁴⁷ FERRAZ JR, op. cit., 2003, p. 15.

⁴⁸ Idem, ibidem, p. 16.

⁴⁹ Idem, ibidem, p. 16.

- poder como substância – algo que o homem detém;
- poder como faculdade humana – pode-se citar como exemplo destacado pelo autor a “capacidade de produzir obediência”, como a discricionariedade de exercer uma determinada atividade;
- poder como mecanismo de produção, de soberania e império – como o império de uma parte nas relações comerciais.⁵⁰

A abrangência do poder, como fenômeno, repercute sobre esferas externas ao direito, conforme ficou evidenciado. O desafio que se enfrenta é a descoberta das conexões estabelecidas entre as diversas áreas de magnitude do poder – que podem possuir pontos de convergência ou se repelirem.⁵¹

O detalhamento do poder como meio de comunicação é feito com maestria por Ferraz Junior que destaca a existência de uma vantagem em trabalhar o poder sob a ótica de uma teoria comunicacional, já que ela possibilita uma análise e uma comparação mais abrangente das influências – não apenas do poder, mas, por exemplo, da verdade – provocadas pela sociedade no relacionamento humano.⁵²

Neste ponto encontra-se uma releitura da obra de Niklas Luhmann, no que se refere à ligação do poder com a comunicação. De acordo com o professor Tercio Sampaio, o entendimento da sociedade “como um todo dotado de relações próprias, não redutíveis às relações interindividuais (...)” acarreta as seguintes etapas teóricas:

- Formação dos sistemas sociais e de sua diferenciação, partindo-se do pressuposto de que o sistema social se forma através da comunicação.
- Teoria da evolução dos referidos sistemas diferenciados.

---

⁵⁰ FERRAZ JR., op. cit., 2003, p. 19-20.

⁵¹ O poder atinente à *política* possui, por exemplo, uma forte ligação com o poder de *legislar*. É difícil dissociar o processo legislativo da esfera política, uma vez que as leis é que delimitarão os limites dos poderes políticos dos dirigentes. Como ilustração, a Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 62, §1º, hipóteses sobre as quais o Presidente da República não poderá versar em suas medidas provisórias.

⁵² Idem, ibidem, p. 36.

- Teoria dos meios de comunicação simbolicamente generalizados daqueles sistemas.⁵³

Ele sustenta também que esta última etapa possibilita “uma visão panorâmica sobre as formas de influência social, não limitada ao próprio poder e não identificada por ele”⁵⁴, neste sentido identifica-se uma forte ligação estabelecida entre a teoria comunicacional do poder e fatores extrajurídicos.

Os estudos de Ferraz Jr. Ressaltam que:

(...) a comunicação humana ocorre em dois níveis: o nível *cometimento* e o nível *relato*. Esse último corresponde à mensagem *que emanamos*, ao conteúdo que transmitimos. (...) O cometimento corresponde à mensagem *que emana de nós*, na qual se determinam relações (de subordinação, de coordenação), e que, em geral, é transmitido de forma não verbal (pelo tom da voz, pela expressão facial, pelo modo como estamos vestidos etc.).⁵⁵

Em consonância com os ensinamentos do professor Ferraz Jr, ao longo da história as sociedades tiveram seus grupos sociais multiplicados de tal forma que o aumento da complexidade das relações entre eles mostra-se um fator evidente. Assim sendo, códigos linguísticos foram substituídos por códigos escritos.⁵⁶

Destaca o professor, inspirado e amparado pelos ensinamentos de Niklas Luhmann que o aumento da complexidade social e o crescimento da magnitude do poder podem ser conjugados, de tal forma que a “transmissão de complexidade é reduzida”, através de um código comunicacional relacionado à generalização de símbolos – entendendo-se por generalização, a difusão de determinadas orientações para diferentes indivíduos em situações distintas e, por símbolo, a simplificação de um conteúdo a ser expresso, possibilitando a sua compreensão como unidade.⁵⁷

---

⁵³ FERRAZ JR., op. cit., 2003, p. 35-36.

⁵⁴ Idem, ibidem, p. 36.

⁵⁵ FERRAZ JR., op. cit., 2011, p.76.

⁵⁶ Idem, ibidem, 2003, p. 37.

⁵⁷ Idem, ibidem, p. 46-47.

Ainda segundo o professor Ferraz Jr., o papel do poder e do direito está relacionado à imputação de uma consequência e não à imposição de uma vontade, mas não depende da produção imediata de um efeito⁵⁸. Ademais, o poder propicia potenciais relações causais, mesmo que não haja uma vontade congruente por parte do submetido, de tal forma que o poder relaciona-se com a “neutralização” da vontade de quem a ele está submetido e não com a violação de sua respectiva vontade.⁵⁹

Ressalta, ainda, esse autor, que o entrelaçamento entre o direito e o poder aumenta à medida que as situações de conflito crescem em uma dada sociedade.⁶⁰

Importante é o destaque dado para a independência existente entre o direito e o poder.⁶¹ Caso o ordenamento prevísse todas as formas e detalhamentos acerca do poder restariam prejudicadas as potencialidades que o poder possui. Excelente paralelo é estabelecido pelo professor no que se refere ao sistema bancário:

(...) qualquer gasto diminui potencialidade, mas a potencialidade do dinheiro não pode ser igual à efetividade do gasto, pois isso significaria, como numa corrida aos bancos, a falência do sistema. Não se trata de diferença entre poder *potencial* e *atual*, mas entre a *atuação do poder como potência* e a *atuação do poder como exercício concreto* (...).⁶²

As seguintes palavras do professor Terciam Sampaio sintetizam o que se entende por poder no âmbito de uma teoria da comunicação:

À diferença das teorias clássicas, o poder não é aqui uma qualidade ou propriedade de um dos parceiros da relação. Poder ‘é’ uma comunicação regulada por um código. A atribuição do ‘poder’ a um parceiro é regulada por esse código (daí seguindo-se o fortalecimento dos motivos de observância, responsabilidade, institucionalizações etc.). Essa teoria não

⁵⁸ FERRAZ JR., op. cit., 2003, p. 41.

⁵⁹ Idem, ibidem, p. 40

⁶⁰ Idem, ibidem, p. 41.

⁶¹ Ressaltando que a dogmática jurídica reputa o *poder* como um elemento formador da teorização do direito, conforme pode ser encontrado em: FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 328). Neste sentido: “Contudo, o poder é aí *primordialmente* encarado como fenômeno bruto, irracional e, pois, extrajurídico, que aparece, como tal, nos processos de formação do direito, em sua gênese, mas nela esgotando sua função, passando, daí por diante, a contrapor-se ao direito em termos da dicotomia poder-força *versus* poder jurídico.”.

⁶² FERRAZ JR., op. cit., 2003, p. 45-46.

vê o poder como algo do detentor, nem confunde o poder com seu detentor. Ambos, detentor e sujeito, são igualmente importantes. Poder não é força, mas controle.⁶³

Segundo o professor Ferraz Jr.: “O poder se diferencia de outros meios de comunicação à medida que seu código pressupõe, de ambos os lados da relação comunicativa, parceiros que reduzem complexidade por meio de seu *agir*, por meio de *ações*”.⁶⁴ Não se pode reduzir a concepção de ação à ideia de que o detentor possui influência sobre o movimento a ser realizado pelo submisso:

(...) pressupondo-se que o poder é um meio de comunicação, *não* podemos limitar sua análise à ideia de que o fenômeno (poder) trata apenas de influência de seu detentor no sentido de mover o sujeito a aceitar suas orientações. O Código poder realiza uma redução de complexidade, de ambos os lados, no nível da ação de ambos. Ou seja, *também o detentor do poder tem de ser movido* para usar ‘seu’ poder.⁶⁵

Entretanto, destaca a proposição de Ferraz Junior que o “código do poder” tem seu sucesso diretamente relacionado ao ajuste/composição de *relações* e não de ações – neste sentido encontramos o seguinte trecho:

Mas é preciso, além disso, que a relação de cada parceiro em respeito às alternativas a evitar seja estruturada de modo diferente, de maneira que o submetido deseje evitá-las *mais* que o detentor do poder. Portanto, o *poder* repousa sobre o fato de que existem possibilidades, cuja realização é evitada. O evitar sanções é incontornável para a função do poder.⁶⁶

Assim sendo, o poder atuará quando as sanções, que devem ser aplicadas excepcionalmente, tiverem razão para sua concretização⁶⁷ – uma vez que o caráter sancionatório de uma norma não deve ser a tônica trivial das condutas por ela parametrizada, mas apenas em situações de peculiaridade em que os conteúdos normativos exaltados não são observados ou respeitados.

⁶³ FERRAZ JR., op. cit., 2003, p. 41.

⁶⁴ Idem, ibidem, p. 41.

⁶⁵ Idem, ibidem, p. 43.

⁶⁶ Idem, ibidem, p. 45.

⁶⁷ Idem, ibidem, p. 45.

O eminente professor expõe que tanto o “submetido” quanto o “detentor do poder” possuem a chance de se autodeterminarem, ou seja, a relação que eles mantêm entre si será caracterizada por uma “divergência”. A aludida relação não tem espaço apenas no universo jurídico, mas também em esferas externas ao direito – como ocorre na economia, na política e nos vínculos sociais estabelecidos.

As relações extrajurídicas de poder interferem na forma de condução e configuração das interações estabelecidas entre os indivíduos e grupos sociais – imagine-se, por exemplo, a interferência gerada por membros de partido político com representantes eleitos em uma negociação comercial – pense-se, apenas como caso hipotético, na bancada ruralista do Congresso Nacional, que certamente influenciará na aprovação ou negativa de projetos legislativos relacionados às políticas que envolvem o comércio dos produtos agropecuários e que interferissem nas transações comerciais que os tenham por objeto.

Contudo, o êxito de uma conduta de poder deve estar relacionado ao fato de que entre os sujeitos há “diferenciações de seletividades”, porque, em caso contrário, o poder seria substituído por outro fenômeno – tal como a truculência. Na mesma parte do trabalho encontra-se a seguinte passagem:

Ou seja, determinada ordem de poder que não consegue aumentar as diferenciações, que insiste em limitá-las a poucas possibilidades, por exemplo, que quer limitar a participação políticas de um grupo (digamos, estudantes) ao estudo e ao exercício formal do voto partidário, terá que ver diminuída sua quota de poder e aumentada a quota de violência, para sustentar – artificialmente – a situação, *substituindo* poder por coação.⁶⁸

Por fim, observa-se, nas palavras do professor Ferraz Jr., a valiosa noção que introduz o conceito de *força* na estruturação do poder, levando ao que é chamado de “violência simbólica”:

A introdução do conceito de força na estrutura do poder nos conduz à ideia de violência simbólica, na qual se combinam os esquematismos ‘jurídico/antijurídico’ e ‘forte/fraco’. Assim, dizer que os sujeitos

---

⁶⁸ FERRAZ JR., op. cit., 2003 p. 44. A violência simbólica abordada pelo professor Tercio foi extraída dos estudos de Pierre Bourdieu e de Jean Claude Passeron, em sua obra *La reproduction* de 1970.

reconhecem uma instância de poder significa que faz parte da definição completa das relações de força, nas quais os sujeitos estão colocados, a interdição posta e esses sujeitos de perceberem o fundamento destas relações.⁶⁹

O estreitamento de vínculos entre a teoria do poder sob a perspectiva comunicacional e a violência simbólica representa um avanço proposto pelos estudos de Ferraz Junior em face da já aludida releitura dos trabalhos de Niklas Luhmann. A percepção do primeiro a respeito das facetas sub-reptícias, que sublimam, ou melhor, camuflam as bases caracterizadoras das relações de poder⁷⁰, auxilia na reflexão acerca dos fatores, jurídicos e extrajurídicos, que o cercam.

Destaca Ferraz Junior mais de um sentido possível no estabelecimento de conexão entre o poder e a violência simbólica. O primeiro estaria relacionado às forças existentes entre grupos e classes na configuração de decisões arbitrárias baseadas numa relação comunicacional; outro se relacionaria com a reprodução da arbitrariedade aludida no sentido anterior, através de mecanismos canalizadores da seleção feita, permitindo a perpetuação do poder então emanado.⁷¹

De acordo com o que nos ensina Ferraz Jr: “(...) como violência simbólica o poder não se reduz à imposição da força, ou seja, o poder não produz seu efeito se ele não se exerce em uma relação de comunicação.”⁷²

A violência simbólica como exercício do poder mostra-se extremamente relevante nos ensinamentos do professor Ferraz Jr., porque a interpretação sob o aspecto dogmático é permeada por um “discurso de violência simbólica”, de forma que a tarefa hermenêutica está ligada à utilização competente da linguagem com o fito de obter um resultado.⁷³

---

⁶⁹ FERRAZ JR., op. cit., 2003, p. 59.

⁷⁰ Idem, ibidem, p. 56.

⁷¹ Idem, ibidem, p. 56-57.

⁷² Idem, ibidem, p. 56.

⁷³ FERRAZ JR., op. cit., 2011, p. 285.

As regras interpretativas têm por objetivo proteger interesses dissimulados pela violência simbólica, ou seja, as técnicas utilizadas pela hermenêutica podem ser pautadas por balizas mais ou menos elásticas, de acordo com os interesses que se querem proteger de maneira velada e imperceptível.⁷⁴ Este assunto é detidamente explorado e ampliado pela professora Mara Regina de Oliveira, conforme será verificado no próximo ponto deste trabalho.

1.4. Poder e a expansão da pragmática jurídica

O *poder* na obra da professora Mara Regina de Oliveira é tema detalhadamente trabalhado. De acordo com seus estudos, a conexão existente entre o poder e o direito não pode ser refutada⁷⁵. Assim sendo, percebe-se que estes elementos não se confundem, pelo contrário, as interações entre eles permitem a verificação das características de sua simbiose. Ela destaca também que a “base do poder” está centrada em relações de força não propriamente jurídicas:

(...) claro que qualquer tentativa de racionalizar o poder, ou mesmo de torná-lo ‘plenamente jurídico’, não se realiza, na realidade, constituindo, apenas, um exercício da violência simbólica, que visa justamente esconder a base do poder, ou seja, as relações de força não jurídicas que o compõem. Isto faz com que se torne impossível desvincular a questão da obediência às leis com as relações de poder que a constituem.⁷⁶

No mesmo sentido, sublinha a professora, fazendo alusão aos ensinamentos de Elias Canetti: “(...) O Estado deve ser hábil como o gato e manter sob seu poder (controle) todos os passos dos indivíduos que a ele estão submetidos. No entanto, esta ‘vigilância’ deve ser sutil, fazendo com que todos acreditem que exercem de fato a sua liberdade.”⁷⁷

A camuflagem das bases das relações do poder, como forma de proporcionar a sua própria manutenção, liga-se ao conceito da violência simbólica. Ademais, ela traduz uma

⁷⁴ FERRAZ JR, op. cit., 2011, p. 286.

⁷⁵ OLIVEIRA, Mara Regina de. *Cinema e Filosofia do Direito: um discurso sobre a crise de legitimidade jurídica brasileira*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 17.

⁷⁶ Idem, ibidem, p. 17.

⁷⁷ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência, e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 21.

“seleção arbitrária” apoiada na complexidade das relações sociais. Diante desta afirmação, encontra-se na obra da professora Mara Regina de Oliveira a seguinte passagem:

(...) o código poder inclina-se a reproduzir este arbítrio cultural ao longo das relações que ele estabelece. Neste sentido, automaticamente, as relações de força, que convencionaram este arbítrio, também serão reproduzidas. Estas ‘relações de força’ variam de sociedade para sociedade. De fato, podem ser relações econômicas, de parentesco, de prestígio, de conhecimento e outras mais. (...) Historicamente, cada sociedade constituiu uma combinatória dos esquematismos força/direito e também das práticas dissimuladoras que eles desenvolvem. Por isso, o código poder não pode desvendar, na sua constituição, as relações de força que aparecem em sua gênese. Se o fizer, correrá o risco de se auto-destruir.⁷⁸

Aquele que detém o poder não deve usá-lo aleatoriamente, é preciso, inclusive, esforço para utilizá-lo somente nas ocasiões em que se fizer absolutamente necessária a sua aplicação. Caso haja a banalização do emprego da força por aquele que possui o poder, a sua utilização futura, quando necessária, mostrar-se-ia comprometida. Neste sentido, encontra-se uma passagem na obra de Oliveira, que faz remissão aos trabalhos de Niklas Luhmann:

O ‘detentor’ do poder deve esforçar-se para manter a força como uma alternativa a evitar, devendo fazer uma economia do seu uso concreto, que não pode aparecer como um exercício rotineiro. Mais relevante do que empregá-la, de fato, é deixar claro para o ‘submetido’ que ele seria muito prejudicado caso ele provocasse o seu uso. A força é colocada no início da relação, a qual se desenvolve graças à seleção de regras que a separam dele, procedendo de uma espécie de ‘racionalidade’. Ela passa a ser uma opção que deve ser evitada no presente, justamente porque se coloca como a uma possibilidade de uma ocorrência futura.⁷⁹

O uso da força pode fazer com que em uma determinada batalha seja obtido êxito, todavia, como consequência poderá haver a extinção da própria relação de poder⁸⁰, uma vez que ele deve ser discreto, subliminar.

---

⁷⁸ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência, e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 107-108.

⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 106.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 106.

Fazendo uma releitura dos trabalhos de Niklas Luhmann, Oliveira destaca que as relações de poder entre os seres vivos são pautadas pela força física, muito embora o direito não corresponda à força, nem ela coincida com o poder, em conformidade com o que se pode ver nos ensinamentos de Tercio Sampaio Ferraz Junior, anteriormente citados, o aludido relacionamento entre poder a violência física se dá em virtude da segurança conferida por ela aos participantes do processo comunicativo.⁸¹

Recorrendo novamente à obra *Cinema e Filosofia do Direito*, percebe-se que o *poder* pode também possuir a acepção de “controle”. Assim sendo, é estabelecido o vínculo do poder com o processo comunicativo. O controle não é estabelecido apenas no âmbito jurídico e o exercício de sua influência também é percebido em outras esferas: “Se poder é controle, é exercer influência sobre outros, não há como escapar da análise do processo comunicativo em que se estabelecem as interações humanas.”⁸²

O “poder-jurídico”, que é racionalizado e confundido com a obediência aos preceitos normativos⁸³, não está isento de elementos extrajurídicos e valores ou questões discricionárias, o que significa dizer que nem todas as ações e condutas adotadas no universo que está sendo analisado refletem, necessariamente, os verdadeiros anseios e expectativas da integralidade dos componentes dos grupos que formam a sociedade:

(...) mesmo num Estado de Direito, os dogmas jurídicos decorrem de decisões políticas arbitrárias e seletivas, condicionadas por uma série de motivações ideológicas, que acabam sempre por objetivar certos valores, ao torná-los obrigatórios para todos, que podem sempre vir a estar em conflito com os demais valores dos grupos sociais.⁸⁴

---

⁸¹ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência, e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 105.

⁸² OLIVEIRA, Mara Regina de. *Cinema e Filosofia do Direito: um discurso sobre a crise de legitimidade jurídica brasileira*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 18.

⁸³ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência, e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006em, p. 21.

⁸⁴ Idem, ibidem, p. 26-27.

A aludida carga de discricionariedade pode ocasionar conflitos, tendo em vista a multiplicidade de objetivos e aspirações dos diversos membros e faixas sociais⁸⁵. Por isso a crença nos valores pregados pelo Estado é tão importante – funciona como forma de harmonizar as discrepâncias e pacificar eventuais conflitos.

Neste sentido encontra-se apoio no conteúdo destacado por Oliveira, quando faz alusão ao pensamento do professor José Eduardo Faria, que se refere à “obediência político-jurídica” e sua relevância na manutenção da crença nas instituições estatais. Em que pese destacar que o ato decisório pode ser instável por conter elementos subjetivos e dotados de arbitrariedades que condicionam e prestigiam interesses particulares como se da coletividade fossem.⁸⁶

Sublinha-se que o poder exercido pelo Estado, entretanto, não pode ignorar a importância de sua sustentação em pilares que compõem o mundo jurídico: “Assim, passamos a ter a contraposição entre ‘poder-força’ versus ‘poder-jurídico’. O poder jurídico, que aparece em vários pontos do sistema normativo, é um poder racionalizado, esvaziado da força-bruta, que passa a se confundir com a própria obediência às leis.”⁸⁷

Em compasso com os ensinamentos da professora Mara Regina de Oliveira, o poder não está concentrado exclusivamente na figura de uma autoridade, porque permeia e ajuda a compor a relação estabelecida entre o sujeito a autoridade: “Neste sentido, vimos que tanto o relato, como o cometimento das mensagens normativas, implicam em relações de poder, entendidas como controles da seletividade do editor normativo (Estado) em relação aos endereçados sociais.”⁸⁸

---

⁸⁵ Os interesses dos diversos grupos e movimentos sociais, representados politicamente ou não, são distintos, assim como serão as medidas tomadas para contemplar suas respectivas reivindicações; imaginemos, por exemplo, que os interesses e estratégias dos movimentos sociais que lutam por moradia e, que serão expostos em capítulo posterior, são distintos dos interesses e práticas dos grupos que lutam por emprego – é possível imaginar que a aplicação de recursos em moradia talvez minimize a destinação de recursos em outras áreas.

⁸⁶ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência, e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 27.

⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 21.

⁸⁸ OLIVEIRA, Mara Regina de. *Cinema e Filosofia do Direito: um discurso sobre a crise de legitimidade jurídica brasileira*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 19. Sobre a ocorrência da comunicação nos níveis do “relato” e do “cometimento”, vide capítulo 4 de Ferraz Jr., op. cit, 2011.

De acordo com os estudos de Niklas Luhmann, expostos no primeiro ponto do presente capítulo, exaltando o poder com base em uma teoria comunicacional, a relação de mando/obediência está ligada às alternativas de agir ou omitir que os comunicadores possuem, de modo que, sob a perspectiva evidenciada pela professora Mara Regina de Oliveira, amparada na obra do referido autor, o poder pode gerar a interferência e até selecionar qual opção, dentre as apresentadas, será adotada pelo outro em um dado panorama.

Assim, o poder, distancia-se, portanto, da coação – de forma que, em um contexto em que ela impera, não haverá possibilidade de escolha das alternativas por parte do coagido, substituindo por consequência eventuais escolhas que o coator poderia fazer.⁸⁹ Isto caracterizaria uma situação comunicativa defeituosa, uma vez que a “complementaridade” do sujeito e da autoridade seria eliminada.⁹⁰

Dessa forma, Oliveira demonstra a possibilidade do exercício da violência simbólica ocasionar uma situação de injustiça acarretada pela aniquilação do sujeito da relação comunicativa, com sua consequente eliminação, por parte de abusos praticados pelo editor normativo. Nesta situação “o exercício da violência simbólica corre o risco de tornar-se transparente”.⁹¹

Questiona-se também até que ponto os movimentos sociais, sobretudo, os de moradia, foram e/ou são aniquilados – reflexões que serão detalhadas mais adiante. Este cenário de “aniquilação” é recorrente nas “realidades dejuridificantes”⁹², consistentes naquelas em que há um considerável afastamento entre o plano fático e o previsto no plano jurídico, vez que há outros códigos binários relevantes além do lícito/ilícito, o que é recorrente nos denominados

---

⁸⁹ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência, e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 103.

⁹⁰ Idem, ibidem, p. 115.

⁹¹ OLIVEIRA, Mara Regina de. *Cinema e Filosofia do Direito: um discurso sobre a crise de legitimidade jurídica brasileira*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 21. Também podem ser encontradas contribuições relevantes sobre o tema in OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência, e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 115.

⁹² Idem, ibidem, p. 21. Vasta observação da desconformação das normas jurídicas nas “realidades dejuridificantes” pode também ser encontrada in OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência, e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 134 e ss.

países periféricos, ou seja, os que estão à margem daqueles que são considerados no plano mundial líderes econômicos e comerciais.

Dentre os periféricos, em que pesem avanços em algumas áreas – tal como a econômica – enquadra-se o Brasil. Em consonância com os estudos de Marcelo Neves, citado na obra de Oliveira, e na qual este autor faz uma nova leitura da obra de Niklas Luhmann, a constitucionalização simbólica é uma alopoise do sistema jurídico, como é destacado por Oliveira no trecho a seguir⁹³:

Tendo em vista uma possível utilização empírica do pensamento de Luhmann, o autor (*Marcelo Neves*) vai concluir que este modelo de direito, como sistema autopoietico, que expressa uma marcante tentativa da racionalização do poder em termos jurídicos, é suscetível de restrições uma vez que a determinação alopoiética do Direito prevalece na maior parte das sociedades modernas do mundo, notadamente nos chamados países periféricos. (...) A alopoise do sistema jurídico diz respeito à própria falta de autonomia operacional, pela sobreposição de outros códigos de comunicação, especialmente do econômico (ter/ não ter) e do político (poder/ não poder) sobre o código lícito/ ilícito (...). Em contrapartida, a autopoise não desconhece que haja um condicionamento do sistema pelo seu meio ambiente (...).⁹⁴

Diante deste panorama, mostra-se extremamente relevante a consideração por parte do editor normativo, das potenciais reações a serem sentidas e tomadas pelos “endereçados sociais” – que podem: confirmar a mensagem, desconfirmá-la ou rejeitá-la.⁹⁵ O editor normativo possui a expectativa de que a sua mensagem seja *confirmada*, como forma de assegurar e fortalecer a sua autoridade e o poder que permeia a relação da qual faz parte. Existe a possibilidade de que a mensagem expedida seja rejeitada, ou seja, apesar de reconhecida a autoridade do editor normativo, o seu conteúdo não se mostra integralmente satisfatório.

---

⁹³ Vide capítulo 3 de NEVES, Marcelo. *A constitucionalização simbólica..* São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.

⁹⁴ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência, e subversão.* Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 136.

⁹⁵ OLIVEIRA, Mara Regina de. *Cinema e Filosofia do Direito: um discurso sobre a crise de legitimidade jurídica brasileira.* Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 19.

Entretanto, há a possível *desconfirmação* – consistente na hipótese em que a figura do editor normativo é absolutamente descartada pelo endereçado que age como se o editor sequer existisse ⁹⁶. Neste panorama, o poder constituinte da relação sujeito/autoridade está profundamente ferido – em certo grau poder-se-ia dizer que o *poder* estaria extirpado, uma vez que a própria *autoridade* estaria excluída da relação (já que não é reconhecida desta forma). Esta ligação é estabelecida pela professora Mara Regina de Oliveira, como forma de ampliação da teoria sobre o poder apresentada pelo professor Tercio Sampaio Ferraz Junior.⁹⁷

Ainda, segundo a aludida professora e respectiva construção, a *desconfirmação* emerge na ocasião em que a legitimidade está abalada e é entendida como o desconhecimento das relações de força (violência simbólica)⁹⁸:

O poder será considerado legítimo, enquanto o seu exercício de violência simbólica for dissimulado e desconhecido pelos endereçados sociais, de modo que ele possa influenciar comportamentos através de sua liderança, reputação e autoridade, que devem se combinar de forma congruente. Uma vez que o arbítrio social, em torno das relações de força, se torna evidente, a legitimidade fica comprometida.⁹⁹

A autoridade, diante de uma situação desconfirmadora, se mostra absolutamente desconfortável, já que sua figura fora ignorada, desconsiderada, por parte do outro sujeito da relação sujeito/autoridade e, assim, Oliveira estabelece este outro ponto de ampliação da teoria sobre o poder:

(...) a reação de *desconfirmação* é altamente incômoda para a autoridade porque mostra, abertamente, que, de fato, existe uma importante complicação nesta relação. Mostra que, em realidade, a luta jurídica não elimina a luta pelo poder, mas apenas a neutraliza e a dissimula. De fato, o poder informal pode ser até maior que o poder formal, que permanece como uma ‘máscara legitimadora’.¹⁰⁰

⁹⁶ OLIVEIRA, Mara Regina de. *Cinema e Filosofia do Direito: um discurso sobre a crise de legitimidade jurídica brasileira*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 20.

⁹⁷ Vide ponto 1.3 desta pesquisa e FERRAZ JR., op. cit. 2011, capítulo 4.

⁹⁸ OLIVEIRA, op. cit. 2006, p. 20-21.

⁹⁹ Idem, ibidem, p. 21.

¹⁰⁰ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência, e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 104.

Oliveira também destaca que a autoridade, antevendo a potencial reação desconfirmadora, vacina-se/imuniza-se contra tal hipótese através do estabelecimento prévio das suas reações nos casos em que a referida reação se concretizar.¹⁰¹ Diante de uma situação desconfirmadora, o emissor normativo, como detentor do poder, deve “neutralizar” a reação do endereçado que vise ignorá-lo como autoridade – isso se mostra possível através do exercício da violência simbólica, mecanismo que permite incutir subliminarmente a ideia de que a autoridade imposta pelo emissor normativo é algo benéfico e relevante para a manutenção do equilíbrio das relações e dos padrões adotados pela comunidade.¹⁰² Defrontando-se com uma situação desconfirmadora, a autoridade jamais poderá admitir que fora ou está sendo ignorada, caso contrário a “máscara” que recobre as relações que o direito trava com o poder cairia.¹⁰³

No que se refere ao caráter subliminar que deve caracterizar as relações de poder, pode-se observar o relevante trecho a seguir exposto, cujo conteúdo foi bebido na fonte dos ensinamentos de Niklas Luhmann:

(...) o detentor do poder, neste caso representado pelo emissor normativo, como o legislador ou o próprio juiz, será, em princípio, visto, aos olhos dos receptores sociais, como capaz de positivizar normas e proferir sentenças justas e voltadas para o bem comum. As relações de força são dissimuladas, no momento em que a qualificação do comportamento como lícito/ ilícito parece se concretizar independentemente de seus motivos reais (conteúdos).¹⁰⁴

Se em uma sociedade os valores defendidos forem de encontro às ideias e ideais de expressivo grupo, não havendo consistência e identidade entre os respectivos valores, não será viável a dissimulação das relações de força existentes, de tal sorte que restará diminuída a autoridade da lei – situação que coloca em risco sua legitimidade.¹⁰⁵

---

¹⁰¹ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência, e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 120.

¹⁰² Idem, ibidem, p. 115.

¹⁰³ Idem, ibidem p. 120.

¹⁰⁴ Idem, ibidem, p. 110.

¹⁰⁵ Idem, ibidem, p. 119. Assim sendo, pode-se perguntar se este é o cenário apresentado pela realidade brasileira; em caso afirmativo, qual seria o verdadeiro papel dos movimentos sociais, no que se refere ao aludido enfraquecimento da autoridade? Este questionamento será detalhadamente enfrentado em capítulo posterior da presente pesquisa.

Conforme sublinha a professora Mara Regina de Oliveira a:

(...) impossibilidade da natureza da lei em geral em justificar a sua própria violação, do ponto de vista da comunicação, aponta para um paradoxo pragmático. Se ela reconhecer, de antemão, a possibilidade de ser ignorada, ela também reconhecerá a possibilidade de não ser vista como autoridade (...). Na verdade, as reações desconfirmadoras tentam, através de códigos informais, fazer com que os endereçados, sutilmente, mudem de posição, e passem a atuar como emissores de novas mensagens normativas, como se fossem ‘autoridades paralelas’.¹⁰⁶

A informalidade deve ser espancada pelo poder formal que, para tanto, deve-se mostrar minimamente seguro e balizado por vetores confiáveis, de tal forma que o complexo e expressivo problema dos sistemas informais seja combatido a contento.¹⁰⁷

Ao analisar se a atuação dos movimentos sociais, que oportunamente será abordada, sobretudo aqueles relacionados à moradia, ela poderia ser considerada um exemplo da informalidade acima destacada. Isto porque enxerga-se, em muitas das ocupações, a falta do conhecimento e/ou permissão do Poder Público – que não consegue responder a contento à demanda requerida e vê, muitas vezes, sua figura desconsiderada na atuação de alguns movimentos, ao buscar atingir, mesmo que parcialmente, seus objetivos.

De acordo com os ensinamentos da professora Mara Regina de Oliveira – no cenário em que o meio de comunicação, através da dupla seletividade daquele que manda e daquele que obedece, em face de múltiplas alternativas de ação ou omissão – a desconfirmação potencial do poder, caso seja concretizada, tornaria explícita a base da relação que a condiciona¹⁰⁸, opondo-se àquilo que é protegido pela violência simbólica, conforme destaque feito quando se explorou o pensamento de Tercio Sampaio Ferraz Junior – que “reproduz a

---

¹⁰⁶ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência, e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 121-122.

¹⁰⁷ Idem, ibidem, p. 105. Aproveitamos esta afirmação para questionar: o poder econômico não contribui para a formação da informalidade? Em caso positivo, qual é a magnitude de tal contribuição? A resposta a esta reflexão será exposta de maneira detalhada e fundada no capítulo seguinte da presente pesquisa.

¹⁰⁸ Idem, ibidem, p. 102-103.

seleção arbitrária que um determinado grupo ou determinada classe opera objetivamente no e pelo seu arbítrio cultural.”¹⁰⁹

Desta forma, identifica-se uma valiosa releitura conjunta das obras de Niklas Luhmann e de Tercio Sampaio Ferraz Junior, destacando-se a relevância da pragmática no que se refere ao poder, ou seja, a importância das possíveis reações que podem emergir das relações travadas entre emissor e receptor da mensagem, sobretudo no que se refere à desconfirmação da autoridade e sua crise e legitimidade, permitindo que estas facetas sejam compreendidas de modo mais consistente.

1.5. Poder como trocas desiguais

Entende Boaventura de Sousa Santos que o poder consiste em “trocas desiguais”, assim sendo, parafraseando suas palavras: distintas formas de trocas desiguais caracterizam distintas formas de poder. Ele menciona que as seis formas de poder, por ele elencadas, mostram-se presentes em diversos campos da sociedade capitalista, estando algumas formas mais assentadas em alguns do que em outros, do total de seis “espaços estruturais” que constituem a referida sociedade.¹¹⁰

As formas de poder destacadas por Santos são: o patriarcado, a exploração, o fetichismo das mercadorias, a diferenciação desigual, a dominação e as múltiplas formas entrecruzadas. As características e manifestações de cada uma destas formas serão expostas abaixo, demonstrando a amplitude extrajurídica que possuem.

O “patriarcado” consiste em uma forma de poder que, originalmente, circunda o universo doméstico das relações, como o ambiente de opressão à mulher, que é dominado pelo homem. Em algumas sociedades esta forma de poder não se manifesta necessariamente no

---

¹⁰⁹ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência, e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 107.

¹¹⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 284. Espaços estruturais “são entidades relacionais complexas, constituídas por seis dimensões” (p. 325); ressaltamos que a “forma de poder” é uma destas seis “dimensões” que constituem os espaços estruturais.

espaço doméstico, mas no que tange, por exemplo, à produção e ao mercado – tal como ocorre em países em que a opressão à mulher não é tão exacerbada e propugnada pelo Estado.¹¹¹ Não por acaso, há movimentos sociais que lutam pela igualdade entre homens e mulheres¹¹², não sendo este, todavia, o objeto de investigação e paradigma da presente pesquisa.

Outra forma de poder é a “exploração”, que acentua a contradição da produção capitalista – trabalho explorado e natureza humana degradada – aliada à opressão da “natureza capitalista”, fruto de uma construção da ciência moderna e do capitalismo acerca da história e da sociedade.¹¹³

A terceira forma de poder evidenciada por Santos é o “fetichismo das mercadorias” de tal sorte que a força de trabalho dos indivíduos transforma-se em uma mercadoria. O padrão econômico no qual a pessoa está inserida determinará qual e de qual tipo será o produto que ela poderá consumir. Sublinha Santos, embasando a profunda separação existente entre o consumo e a produção, a crível hipótese paradoxal de que produtos cobiçados sejam manufaturados em lugares caóticos e por pessoas que jamais poderão tê-los.¹¹⁴

Mais uma forma de manifestação do poder é a “diferenciação desigual”. Assim sendo, destaca-se a discrepância do tratamento em relação àqueles a quem pertence o poder, em comparação aos demais. Para os primeiros, há uma grande maleabilidade e tolerância, ao passo que, para os últimos, o tratamento é tenaz e inflexível. Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos:

Esta forma de poder centra-se em torno do privilégio de definir o Outro. Esta forma de poder é racismo no sentido mais lato e é exercida na sociedade de variadíssimas formas, como discriminação, etnocentrismo,

¹¹¹ SANTOS, op. cit., p. 284-285.

¹¹² Podemos citar como exemplo a “União de mulheres do município de São Paulo”, organização não governamental criada em 1981, localizada no bairro da Bela Vista na cidade de São Paulo, que tem dentre os seus objetivos: promover a participação das mulheres em defesa dos seus direitos; capacitar profissionalmente mulheres nas áreas da saúde, educação e segurança pública; oferecer orientação para mulheres que se encontram em situação de violência; incentivar a formação de promotoras legais populares; fomentar o feminismo entre os jovens. Estas informações foram colhidas na página eletrônica da organização (www.uniaodemulheres.org.br), acessada no dia 17 de maio de 2011.

¹¹³ SANTOS, op. cit., p. 285.

¹¹⁴ Idem, ibidem, p. 286-287.

preconceito, xenofobia, estereotipização, a invenção de bodes expiatórios, etc.¹¹⁵

A quinta forma de poder, segundo os ensinamentos de Boaventura, é a “dominação”. Seu núcleo está centrado em um poder político estatal, sendo esta forma de poder, dentre as demais, aquela que é considerada a mais “institucionalizada”. Santos esclarece:

Distingo entre dominação, como *poder cósmico*, e todas as outras formas de poder, como poder caósmico. Por poder cósmico entendo o poder centralizado, exercido a partir de um centro de alta voltagem (o Estado) e dentro de limites formalmente estabelecidos através de sequências e cadeias institucionalizadas de intermediação burocrática. Em contrapartida, o poder caósmico é o poder descentralizado e informal, exercido por múltiplos microcentros de poder em sequências caóticas sem limites pré-definidos.¹¹⁶

Dando continuidade ao trecho acima exposto, Santos discorre ser possível a existência de diferentes combinações de elementos caósmicos com o cósmico. Ademais, sublinha que a tendência é haver redução aos elementos caósmicos ou ao cósmico, não havendo um padrão por causa da heterogeneidade das composições. Todavia, esta redução prejudica as lutas e resistências contra o poder – uma vez que este é ao mesmo tempo cósmico e caósmico.¹¹⁷

Por fim, aparece como uma forma de poder a “troca desigual” em si, característica do panorama mundial. Esta forma de poder pode ser conjugada de maneiras peculiares com as demais manifestações de poder acima descritas.¹¹⁸

Ao se procurar estabelecer um vínculo entre as formas de poder destacadas por Santos e os movimentos sociais, mais especificamente aqueles que reivindicam uma moradia – que serão objeto de análise em capítulo posterior – percebe-se que a luta por um teto pode significar uma decorrência da forma de poder “exploração” e das “trocas desiguais”.

---

¹¹⁵ SANTOS, op. cit., p. 287.

¹¹⁶ Idem, ibidem, p. 288.

¹¹⁷ Idem, ibidem, p. 288.

¹¹⁸ Idem, ibidem, p. 288-290.

Ademais, a “diferenciação desigual” pode ser sentida de forma acentuada, uma vez que os membros dos movimentos estão afastados, via de regra, do poder, sobretudo o institucionalizado – firmando-se um paralelo também com a forma de poder designada por “dominação”.

Importante destacar que a visão exposta por Boaventura de Sousa Santos mostra de forma acentuada sua crítica ao sistema capitalista e aos elementos que o caracterizam, conferindo grande importância para o papel do capital na dinâmica dos grupos sociais e dos seus respectivos relacionamentos e atuações.

Não por acaso, pode-se identificar, em muitas de suas passagens, a exposição deste ponto de vista que pode ser considerado como tangenciando o Marxismo, no sentido em que vê nas disparidades provocadas pelo capital uma das grandes causas sociais. Dentre as seis formas de poder acima destacadas de acordo com a obra do catedrático português, pode-se observar, de maneira mais evidente, uma nítida identificação com este ponto de vista em relação:

- a) à exploração, cujo cerne reside na opressão do sistema produtivo do sistema capitalista;
- b) ao fetichismo das mercadorias, forte traço da sociedade capitalista, que estipula valores para a mão-de-obra, mercantilizando-a e criando ícones de consumo que movem as indústrias e comércios;
- c) à diferenciação desigual, relacionada ao tratamento mais flexível e confortável daqueles que dominam o jogo imposto pelo capital e deste são donos;
- d) às trocas desiguais, que consistem na hipótese em que um recebe/dá mais ou menos que o outro.

O referido autor, ainda, ao discorrer sobre o problema do pluralismo jurídico, reforçado pela passagem do colonialismo¹¹⁹, versa sobre a existência, no Brasil, de mais de um direito ou ordem jurídica.¹²⁰ Sente-se esta pluralidade no cotidiano pátrio através dos “direitos” e

---

¹¹⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *O discurso e o poder*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris editor, 1988, p. 73.

¹²⁰ Idem, *ibidem*, p. 64.

inconstâncias perpetradas através das relações, pessoais ou não, que são postas. Fatores estes que estimulam e provocam o surgimento de reações que ora confirmam, ora rejeitam e ora desconfirmam a figura da autoridade, em consonância com o que foi dito anteriormente.

Santos também demonstra que o alargamento das margens que abrangem o conceito de direito revela também a luta de classes¹²¹ que pode ser percebida na defesa de seus respectivos interesses:

A ampliação do conceito de pluralismo é concomitante da ampliação do conceito de direito e obedece logicamente aos mesmos propósitos teóricos. Com ela visa-se enriquecer o campo analítico da teoria do direito e do estado através da revelação de lutas de classes e que o direito ocupa, de múltiplas formas, o centro político das contradições.¹²²

Ainda, em “O discurso e o poder”, Santos destaca que, mesmo diante do pluralismo acima aventado, não se deixa de reconhecer que o direito preconizado pelo Estado permanece revestido pelo caráter formal dos processos e que não tem seu reconhecimento fragilizado por causa de eventuais participações informais e/ou populares – ou seja, pode-se imaginar que a potencial participação de movimentos sociais, nas lutas pelas concretizações de suas demandas, não implicariam, sob esta ótica, o enfraquecimento do direito estatal, que mantém o poder e os símbolos daquilo que representa:

(...) não se desconhece que no direito estatal há zonas processuais informais, nem sequer que o formalismo processual oficial é lubrificado (e por vezes subvertido) por certo informalismo submarino manipulado pelos profissionais do direito e demais funcionários da justiça. Mas nenhum destes factos é suficiente para pôr em dúvida que, no geral, o direito estatal é imensamente mais formalista (...) não é abalado pelo reconhecimento da participação, por vezes importante, dos leigos na administração da justiça (...). Por último, o poder do aparelho coercitivo não é diminuído – como poderia objetar-se (...) a ameaça, porque verossímil, mantém a eloquência da presença e do poder que ela representa.¹²³

¹²¹ Faz-se importante destacar que, não sendo a luta de classes o escopo da presente pesquisa, não será feita ampla discussão sobre este aspecto; mas, não se pode deixar de refletir a respeito de mais este ponto trazido pelo autor português, como elemento interessante para a discussão sobre o fenômeno da reação de grupos sociais.

¹²² SANTOS, op. cit. 1988, p. 77-78.

¹²³ Idem, ibidem, p. 83.

Destaca-se aqui, que o escopo do presente trabalho não reside na análise, nem na crítica, ao capitalismo, todavia, como este caráter se apresenta de forma acentuada na obra de Boaventura de Sousa Santos, julga-se necessário, em face da relevância dos estudos deste autor e da sua pertinência ao tema explorado na presente pesquisa, fazer uma análise comparativa do aspecto econômico, tão importante para este autor, conforme destacado acima – e em contraposição às obras dos demais autores analisados neste trabalho, que não conferem a mesma magnitude a este aspecto – o que não significa que não o considerem.

Niklas Luhmann, entendendo a sociedade como um conjunto de comunicações, explica que pode ser feita comunicação sobre qualquer coisa. A comunicação, diante da complexidade dos relacionamentos e transações passou a ser calcada na diferenciação/especialização dos distintos processos comunicativos,¹²⁴ criando-se vários sistemas – que consistem no resultado da redução das complexidades através da comunicação – dentre os quais se pode destacar o econômico, cuja função consiste no oferecimento de tratamento ao principal problema da economia: a escassez – de tempo, de produto, de dinheiro etc. A comunicação econômica está na binariedade ter/não ter ou possuir/não possuir.¹²⁵

Assim, percebe-se que o aspecto econômico segundo a visão de Luhmann não está centrado nas diferenças sociais provocadas pelo capital. Ademais, segundo o autor, todos estão incluídos no sistema econômico, mesmo que não tenham dinheiro, pois ele sustenta que o dinheiro não deve ser fato determinante na influência política e na tomada de decisões e que a interferência da riqueza das pessoas mostra-se menos relevante, mas não inexistente, atualmente, se comparada com os exemplos históricos da sociedade.¹²⁶

O trecho abaixo, em uma livre tradução para o português, exemplifica como a visão de Luhmann sobre o aspecto econômico não se confunde com a de Baventura de Sousa Santos:

---

¹²⁴ LUHMANN, op. cit. 1985, p. 7-8.

¹²⁵ Idem, ibidem, p. 85.

¹²⁶ Idem, ibidem, p. 84-85.

“A sociedade globalizada é caracterizada pela diferenciação funcional no contexto em que está inserida no sistema de diferenciação. Sua economia não pode ser controlada politicamente.”¹²⁷

Segundo Michel Foucault – ao ser questionado sobre o seu posicionamento acerca do poder e do funcionamento da nossa sociedade – fica claro que, ao contrário do pensamento marxista, que vê no trabalho a constituição da essência humana, trabalha-se porque se é capturado por mecanismos de poder. Ele não compreende a exploração do trabalho humano, e o ganho econômico, como causas que fomentam as bases desiguais do sistema.¹²⁸

Para Tercio Sampaio Ferraz Junior, o poder pode se manifestar em diversas áreas, dentre as quais a economia. Todavia, não credita ao aspecto econômico o fator preponderante e essencial ao poder. Considera o dinheiro um meio de comunicação distinto do meio de comunicação do poder, que podem ser comparados e influenciáveis¹²⁹, mas não compreende necessariamente o detentor do capital como o detentor do poder.

Em conformidade com os ensinamentos de Mara Regina de Oliveira, o aspecto econômico também não é primordial na análise das relações de poder, nem dos conflitos sociais. Entende a professora que, na base das relações, podem estar camuflados aspectos econômicos, todavia, não reduz o poder àquele que apresenta uma melhor situação econômica ou tem mais dinheiro.

Ela indica, ainda, as “relações econômicas” como relações de força que podem variar de acordo com o contexto em que estiverem inseridas.¹³⁰ É possível, inclusive, ousar dizer que o poder econômico, sob certo aspecto, poderia gerar a desconfirmação da autoridade, uma vez que, diante da sua eventual magnitude, poderia provocar a desconsideração da pessoa de quem emanam as ordens.

---

¹²⁷ LUHMANN, Niklas. *Law as a social system*. New York: Oxford University Press, 2007, p. 480-481. “Global society is defined by a primacy of functional differentiation in the context of system differentiation. Its economy cannot be controlled politically (...).” Isso indica a diferença do ponto de vista que define o aspecto econômico como regente dos demais existentes na sociedade, dentre os quais o político.

¹²⁸ FOUCAULT, Michel. “Diálogo sobre o poder”, 1978. In: *Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 258-259.

¹²⁹ FERRAZ JR., op. cit., 2003, p. 36.

¹³⁰ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência, e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 107.

Por fim, reputa-se também pertinente sublinhar outra obra de Boaventura de Sousa Santos em que ele expõe a importância das relações de poder, o que demonstra a relevância desta temática na reflexão de assuntos críticos atuais.

O autor ao destacar as “lutas civilizacionais” destaca, em que pese a existência de valioso esforço para alcançar as aspiradas alteração e transformação social, a configuração primordial de “uma luta entre paradigmas do poder e da política”¹³¹.

Mais adiante, esclarece que enxerga as relações de poder como uma fonte de autoritarismo¹³². Portanto, pode-se aferir que Boaventura de Sousa Santos liga a luta dos movimentos sociais a elementos relacionados ao poder e à política.

---

¹³¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 342.

¹³² Idem, ibidem, p. 344.

2. O PODER NA CIDADE DE SÃO PAULO

Após a exposição do poder em termos teóricos, de acordo com os pontos de vista dos estudiosos destacados no anteriormente, no presente capítulo apresenta-se e busca-se compreender as manifestações do poder na cidade de São Paulo, como forma de inserir e/ou compatibilizar os fenômenos anteriormente abordados à realidade desta cidade – entendendo-se, para tanto, ser necessário fazer algumas remissões históricas que demonstrem e justifiquem o plano apresentado e que continua a ser seguido.

2.1. Características da cidade de São Paulo e aspectos comuns com a história brasileira

A respeito do processo de ocupação no Brasil, e também de São Paulo, além de algumas de suas características encontra-se na obra de Darcy Ribeiro:

(...) poucas décadas depois da invasão, já se havia formado no Brasil uma protocélula étnica neobrasileira diferenciada tanto da portuguesa como das indígenas. Essa etnia embrionária, multiplicada e difundida em vários núcleos – primeiro ao longo da costa atlântica, depois trasladando-se para os sertões interiores ou subindo pelos afluentes dos grandes rios –, é que iria modelar a vida social e cultural das ilhas-Brasil. Cada uma delas singularizada pelo ajustamento às condições locais, tanto ecológicas quanto de tipos de produção (...).¹³³

O poder compreendido em uma teoria comunicacional à luz dos ensinamentos de Niklas Luhmann (vide 1.1) e dos professores Tercio Sampaio Ferraz Junior (vide 1.3) e Mara Regina de Oliveira (vide 1.4) permite a seleção das opções a serem tomadas pelo outro. O que se questiona é se, no cenário acima retratado, havia espaço para a escolha, bem como para a previsibilidade das alternativas a serem apresentadas, diante da inconstância e incongruência das práticas perpetradas.

---

¹³³ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 244.

Sob o aspecto da perpetuação dos interesses dos membros da Corte, questiona-se também se as bases que sustentavam as relações de poder eram veladas ou não. É certo que a dominação do território pelos portugueses não era subliminar.

Sergio Buarque de Holanda ao discorrer sobre a colonização portuguesa no Brasil expõe o seguinte:

Essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono. (...) E essa ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos de posições e riquezas fáceis, tão notoriamente característica da gente da nossa terra (...).¹³⁴

O estudo da configuração do panorama pátrio encontra também valiosa contribuição nas investigações de José Maria da Silva Paranhos, o Barão de Rio Branco. Suas investigações destacam facetas peculiares que até hoje persistem no perfil da sociedade brasileira.

Não por acaso, o aludido Barão sublinha a existência de um considerável comércio clandestino desenvolvido entre o Rio de Janeiro e algumas províncias espanholas da região do rio Prata nos séculos XVI a XVIII¹³⁵. A burla às regras formais, que também ocorria na antiga São Paulo, bem como a obtenção de vantagens pessoais é um traço que persiste até os dias presentes nesta cidade.

A informalidade e seu respectivo poder, no plano fático, pode se sobrepor e ser maior que o próprio poder formal, em conformidade com o explanado pela professora Mara Regina de Oliveira (vide 1.4). O cenário da desconfirmação apresenta-se com a desconsideração da figura da autoridade. Em um ambiente em que cada indivíduo procura satisfazer seus interesses pessoais, difícil mostra-se o cumprimento de regras hipoteticamente estabelecidas pela autoridade para o exercício das tarefas em prol do interesse estatal genuíno.

---

¹³⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 43 e 46.

¹³⁵ PARANHOS, José Maria da Silva. *Esboço da história do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992, p. 61.

Reputa-se também interessante destacar a análise feita por José Murilo de Carvalho ao discorrer sobre a elite imperial brasileira no século XIX – momento em que podemos lembrarmos das vastas plantações de café do interior do estado de São Paulo e que ajudaram a motivar o crescimento da metrópole.

Gerava-se, então, uma situação contraditória em que o Estado dependia, para sua manutenção, do apoio e das rendas geradas pela grande agricultura escravista de exportação, mas, ao mesmo tempo, tornava-se refúgio para os elementos mais dinâmicos que não encontravam espaço de atuação dentro dessa agricultura.¹³⁶

Ainda, pode ser feita, mais uma vez, uma estreita ligação com a desconfirmação da autoridade esmiuçada na obra da professora Mara Regina de Oliveira, conforme exposto no capítulo anterior (vide 1.4) e já sublinhado no presente capítulo, o que demonstra a pertinência deste ponto de vista, quando se discorre sobre a história da cidade de São Paulo.

Em um ambiente conflituoso e instável, emergem potenciais reações que rompem as frágeis estruturas até então apresentadas e percebe-se que o caótico cenário social sedimentado na cidade de São Paulo propicia, e até fomenta, a desconstituição da figura da autoridade apresentada.

Para Canetti, como bem destaca Mara Regina de Oliveira, “o poder está ligado à ideia de dissimulação”, estabelecendo, portanto, uma forte relação com a violência simbólica aventada por Tercio Sampaio Ferraz Junior (vide 1.3). Assim sendo, o poder seria reconhecido através do exercício da violência simbólica – que dissimula as bases das relações sobre as quais ele está alicerçado, os seus endereçados não possuindo conhecimento da referida violência.¹³⁷ Não por acaso, Canetti expõe:

É sabido que homens, agindo sob ordens, são capazes dos atos mais terríveis. Quando a fonte de suas ordens é obstruída e eles são obrigados a contemplar seus atos do passo, eles não reconhecem a si próprios. Dizem que não o fizeram e nem sempre têm claro para si que estão mentindo.¹³⁸

¹³⁶ CARVALHO, op. cit., 2003, p. 40-41.

¹³⁷ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 107.

¹³⁸ CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995, p. 332.

Diante do trecho acima, percebe-se, à luz dos argumentos do autor, a ignorância que pauta as ações dos destinatários das ordens emanadas das autoridades. O cumprimento das ordens é executado de modo irrefletido, sem que se perceba a dissimulação que caracteriza a aludida violência simbólica!

Ainda, segundo Canetti:

Há que se diferenciar a ordem transmitida a *indivíduos* daquela transmitida a *muitas pessoas* ao mesmo tempo. (...) na massa, a ordem propaga-se horizontalmente por seus membros. De início, ela pode, partindo de cima, atingir um único indivíduo. Como, porém, outros iguais a ele encontram-se a seu lado, ele prontamente a transmite a estes. (...) Uma ordem dada a muitos tem, pois, um caráter bastante particular. Seu propósito é fazer desses muitos uma massa, e, na medida em que o consegue, ela não desperta medo algum. (...) A arte do orador consiste em sintetizar seus propósitos em slogans e apresentá-los com vigor, auxiliando assim no nascimento e na preservação da massa. (...) O orador poderá insultar e ameaçar de modo terrível uma assembleia de indivíduos isolados; se desse modo lograr transformá-los numa massa, eles o amarão.”¹³⁹

A passagem acima ajuda a compreender não somente a relação intrínseca entre o poder e as ordens que emanam de seus detentores, o papel da massa como forma de êxito na execução e dispersão dessas ordens, mas também, em compasso com a teoria de Canetti, a razão de se cometerem barbaridades, sem que, muitas vezes, segundo seus executores, houvesse límpida consciência de seus atos.

Igualmente, conforme exposto anteriormente, quando se tenta mapear características e simbologias formadoras de uma dada sociedade, depara-se com a ideia de “massa” tão bem trabalhada por Canetti: “Pode-se supor, em princípio, que o membro de uma nação *não* se vê sozinho. (...) A unidade à qual ele se sente ligado é sempre uma *massa* ou um *símbolo de massa*. (...) Reencontrar-se-ão esses símbolos nas ideias e sentimentos que as nações possuem em relação a si próprias.”¹⁴⁰

---

¹³⁹ CANETTI, op. cit, p. 109, 111-112.

¹⁴⁰ Idem, Ibidem, p. 168-169.

Todavia, é possível questionar se na cidade de São Paulo a ideia de “massa” não poderia sofrer perturbações diante da heterogeneidade que caracteriza a população e os grupos nacionais, diante de uma dificuldade potencialmente maior, no que se refere à difusão de ordens e ideias, uma vez que o sentimento de igualdade entre os transmissores pode não se apresentar de maneira consistente, justamente em virtude da aludida multiplicidade dos componentes formadores dos respectivos membros dos grupos.

A realidade fática paulistana é formada por elementos provenientes de diversas origens e interesses. A busca por uma identidade esbarra nas limitações impostas pela multiplicidade de fatores que a compõe. Nas palavras de Darcy Ribeiro:

Nós, brasileiros, nesse quadro, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si (...). Um povo, até hoje, em ser, na dura busca de seu destino.¹⁴¹

A heterogeneidade acima aludida não consiste, necessariamente, no abandono das ideias e ideais defendidos, mas em uma forma de contornar, diante da conjuntura emergente, alguns obstáculos que dificultam o alcance do ideal ou da meta pretendidos.

Do ponto de vista legislativo, destaca Eduardo Carlos Bianca Bittar que o Brasil e, conseqüente a cidade de São Paulo – como maior, mais rica e mais populoso centro do país – não fugindo à regra de diversos outros locais, possui uma produção normativa bastante extensa, porém, não correspondente, de maneira plena, aos anseios e necessidades impostos pelas rápidas modificações provocadas pela sociedade. Assim sendo, há um enorme número de leis e normas que, ao contrário do que se espera, não são eficazes¹⁴².

Diante desse panorama, mostra-se pertinente o destaque feito na obra de Tercio Sampaio Ferraz Junior, no que se refere aos métodos e tipos interpretativos, destacando que a

¹⁴¹ RIBEIRO, op. cit., 2007 p. 410.

¹⁴² BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. *A crise do direito na pós-modernidade: um balanço jusfilosófico da experiência brasileira contemporânea* (tese de livre-docência). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003, p. 123.

hermenêutica, sob um aspecto dogmático, funciona no auxílio da obtenção de determinados resultados (vide parte final do ponto 1.3) – que deverão possibilitar a preservação dos interesses camuflados pela violência simbólica.

Assim, de acordo com a necessidade imposta em uma dada situação, diante de seus objetivos e particularidades, a interpretação da enorme produção legislativa pode ser mais ou menos elástica, permitindo uma maior atuação do intérprete amparado pelas balizas impostas pela violência simbólica e por interesses que ele visa resguardar.¹⁴³

José Eduardo Faria destaca um cenário que exemplifica a questão a ser estudada, no que se refere à produção legislativa em nosso país, que não consegue oferecer respostas e leis de acordo com a demanda requerida, diante do ritmo imposto pelas transações comerciais e pela dinâmica que a vastidão de interesses e conflitos emergentes impõe, típicos da metrópole paulistana.

Ele abre espaço, além de outros motivos e interesses, na prática, à atuação legislativa desvirtuada em face do originalmente previsto: “Um dos efeitos da industrialização foi a crise estrutural das instituições governamentais (...) pela progressiva apropriação da titularidade da iniciativa legislativa por parte do Executivo, em detrimento das tradicionais competências do Congresso (...)”¹⁴⁴

As produções legislativas locais e os modos de interpretá-las refletem a multiplicidade de interesses dos diversos grupos que formam a sociedade. Entretanto, a produção muitas vezes corresponde a um desejo que já fora superado, quer pela morosidade do processo legislativo, quer em razão da intensa velocidade com que as necessidades de determinados grupos são alteradas.

---

¹⁴³ FERRAZ JR., op. cit, 2011, p. 284-286.

¹⁴⁴ FARIA, José Eduardo. *Justiça e conflito: os juizes em face dos novos movimentos sociais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992, p. 11.

Ademais, Bittar destaca que os problemas enfrentados e provocados pela forma como o ordenamento jurídico brasileiro se pauta, acarretando sua consequente “erosão”, não estão assentados em somente um único aspecto:

Mas, seria ilusório pensar uma única causa para a erosão do ordenamento jurídico brasileiro. Sem dúvida alguma, somam-se as diversas causas históricas (colonialismo português, exploração do território brasileiro por forças estrangeiras...), ideológicas (racionalismo universalista, patriarcalismo...), sociais (desagregação das forças sociais, escravismo entre classes, precariedade das instituições sociais...), econômicas (enormes quantidades de sonegação de impostos, falta de aderência das elites econômicas às causas sociais, exploração do mercado de consumo...), políticas (pequeno lapso de tempo de experiência democrática, exploração ideológica do eleitor, crise de representatividade, manipulação das elites no poder...)... para que se chegue a um quando completo e exaustivo sobre o assunto.¹⁴⁵

Em face do acima exposto, fica demonstrada a magnitude de alguns dos diversos elementos que formam a heterogênea realidade paulistana e ajudam a moldar seus traços.

É preciso notar também que houve uma tentativa de elucidar alguns elementos reputados relevantes, que parecem concordar com a teoria do poder apresentada no capítulo precedente, acerca da cidade de São Paulo e algumas de suas respectivas características.

2.2. São Paulo: elementos de uma cidade singular

A vida urbana brasileira é interiorizada no terceiro século após a chegada dos portugueses, ou seja, no século XVIII. Antes, a ocupação brasileira era composta por vastas áreas rurais e cidadelas localizadas na costa do continente. Nos anos de 1800, algumas “vilas”, como a de São Paulo, tornaram-se cidades – na mesma situação encontram-se a cidade de Mariana, no estado de Minas Gerais, e a cidade de Oeiras, no estado do Piauí.¹⁴⁶

Darcy Ribeiro, falando sobre a sensível e crítica formação das cidades brasileiras e o tratamento às respectivas populações, considera que: “A própria população urbana, largada a

¹⁴⁵ BITTAR, op. cit. 2003 p. 137.

¹⁴⁶ RIBEIRO, op. cit., 2007, p. 177.

seu destino, encontra soluções para seus maiores problemas. Soluções esdrúxulas é verdade, mas são as únicas que estão a seu alcance.”¹⁴⁷

Entre o final do século XIX e início do seguinte, a Europa enfrentou intensa crise política e econômica, ocasionando a emigração de mais de sete milhões de pessoas, das quais quase dois terços vieram para o Brasil, sobretudo para o estado de São Paulo¹⁴⁸. A participação dos imigrantes europeus na industrialização do estado, bem como no desenvolvimento da capital foram extremamente relevantes, determinando o volume do crescimento da cidade e o seu enriquecimento.

De acordo com as pesquisas de Raquel Rolnik: “A cidade de 1890 já se configura desta maneira: em menos de vinte anos sua população dobra (30.000 em 1872 para 64.000 neste ano) e os ‘lugares’ vão mudando de lugar, se deslocando”.¹⁴⁹

Imagine-se, diante do contexto de ebulição e crescimento acima apresentado, o campo em que foram assentadas e desenvolvidas as relações de poder na cidade de São Paulo: empreendedores, políticos e religiosos de um lado, amparados por recursos econômicos e canalizações políticas de acordo com seus interesses e, de outro, uma imensa classe ávida por trabalho, composta por profissionais liberais, pequenos empresários, funcionários públicos de menor escalão e operários e trabalhadores braçais – pessoas provenientes não somente da escravidão, mas também dos fluxos migratórios acima destacados.

Darcy Ribeiro ainda destaca uma classe denominada “oprimida”, situada na escala social abaixo das classes dominantes e, conseqüentemente, subalterna – esta classe situada na base da escala social do Brasil e, de forma semelhante em São Paulo, tinha dentre os seus componentes mendigos, empregados domésticos, prostitutas e delinquentes.¹⁵⁰

---

¹⁴⁷ RIBEIRO, op. cit., 2007, p. 188.

¹⁴⁸ Idem, ibidem, p. 177-178.

¹⁴⁹ ROLNIK, Raquel. *Cada um no seu lugar! São Paulo, início da industrialização: geografia do poder*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 1981, p. 25.

¹⁵⁰ Idem, ibidem, p. 191-193.

Sob a perspectiva das teorias filosóficas que discorrem a respeito do poder, sempre em conformidade com os conteúdos apresentados no primeiro capítulo deste estudo, vislumbra-se, na representação do esboço social acima citado, uma acentuada distância estabelecida entre as referidas classes¹⁵¹, enaltecida pela já referida violência simbólica, que permite a manutenção de estruturas de poder sobre bases invisíveis, possibilitando a proteção dos interesses e objetivos pretendidos pelas autoridades, através da obediência às leis – condicionadas por elementos e interesses não jurídicos – e à crença de que foram elaboradas em prol daqueles que a elas se submetem (vide 1.3 e 1.4).

A distância entre os grupos é fator que perdura até os dias atuais – tendo havido modificações decorrentes de conflitos e lutas, inclusive de movimentos sociais e da dispersão das informações, o que permite a emergência de novos atores nas classes mais abastadas, e também o contrário – tendo em vista a conquista de novas áreas e mercados antes não explorados e que resultam num considerável ganho de dinheiro e de importância política.

Lembremos, por exemplo, que o Brasil é um estado laico, razão pela qual o poder antes exercido pela Igreja Católica de forma bastante evidente tornou-se mais velado e repartido, em virtude da desvinculação estatal e do aparecimento/destaque de outras correntes religiosas.

Todavia, sobre o papel da Igreja Católica na cidade de São Paulo, há que se reconhecer sua relevante contribuição – não entrando no mérito se os meios adotados foram ou não adequados – desde a sua formação, já que São Paulo de Piratininga fora fundada por jesuítas no século XVI – até a difusão, mesmo que de forma restrita, do conhecimento – lembremos, por exemplo, da fundação da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Mostra-se também pertinente, sob o aspecto analisado por Sousa Santos, a identificação da história e realidade paulistanas com algumas facetas apresentadas pelo autor que, conforme exposição anterior (vide 1.5) entende ser o poder consistente em trocas desiguais.

---

¹⁵¹ RIBEIRO, op. cit., 2007, p.194.

Na cidade de São Paulo há, por exemplo, movimentos que lutam, em face do poder manifestado sob a forma do “patriarcado”, pela igualdade entre homens e mulheres, basta lembrarmos o já referenciado grupo denominado “União de Mulheres do Município de São Paulo”, organização criada trinta anos atrás – aspecto temporal que indica ser esta uma preocupação não recente.

Ainda, a cidade de São Paulo e respectiva região metropolitana reúnem muitas empresas e indústrias. Não por acaso, o debate acerca da exploração – forma de poder também destacada por Boaventura de Sousa Santos – e dos conflitos, envolvendo trabalhadores e operários, e do consequente desequilíbrio que se cria entre as relações estabelecidas, ocasionando resistências em torno de outras formas de poder, em conformidade com a doutrina do autor – a “diferenciação desigual” e a “troca desigual” – demonstram a aludida coerência de se tratar o poder na cidade de São Paulo à luz das propostas de Santos.

Esse mesmo exemplo pode ser também observado acerca das disparidades vistas na cidade de São Paulo e dos consequentes conflitos que dele decorrem é o da luta por moradia, que será apresentada de maneira mais aprofundada no próximo capítulo dedicado ao estudo dos movimentos sociais.

Ainda se pode argumentar que o debate sobre a moradia na cidade de São Paulo pode ser inserido também no contexto do estudo das relações de poder. A propriedade não poderia ser considerada uma forma de expressão do poder, sob a perspectiva das teorias filosóficas anteriormente abordadas? Caso se leve em conta que o proprietário está integrado nas redes sociais e que sua voz é ouvida para que políticas públicas, tais como iluminação, vias de acesso e serviços públicos mais próximos, sejam postas em prática.

E, ainda, ao se considerar que o proprietário não está subordinado a combinar alugueres, cujos contratos podem ser rescindidos de acordo com o interesse do dono do imóvel, pode-se estabelecer um ponto comum com a noção de poder sob a perspectiva da teoria da ação comunicativa (vide 1.1), no sentido em que se entende a condição de proprietário como

propiciadora de um potencial aumento da orientação através de um código que lhe seja conveniente.

Discute-se atualmente a respeito da falta de espaço livre na cidade de São Paulo, elemento que se transformou em raridade no contexto atual da metrópole¹⁵². Neste sentido, expõe Paulo Endo, que uma forma de obtenção de amplos espaços necessários na cidade se dá através das desapropriações:

As remoções e desapropriações na cidade evidenciam, com máxima clareza, a concepção que os poderes públicos vigentes têm de seus cidadãos, na medida em que é somente através deles que se podem abrir amplos espaços no território da cidade. Nessas operações de remoção e desapropriação, o que tem ocorrido é a predominância de ações marcadas pela truculência, atrito e acordos insatisfatórios (...) e o objetivo não é outro senão continuar construindo uma cidade para poucos.¹⁵³

Raquel Rolnik, ao discorrer sobre a evolução da cidade de São Paulo afirma: “É também cidade das lutas urbanas: lutas no e pelo espaço, confronto de ‘projetos’ de cidade, tensão permanente de inscrições territoriais diversas.”¹⁵⁴

De acordo com comentário feito por Endo, a respeito da cidade de São Paulo:

O desenho urbanístico da cidade revela a ratificação e renovação permanente desse espírito de devastação de certas áreas da cidade, reservadas aos pobres, ao mesmo tempo em que demonstram ânimos redobrados que se expressam em mudanças e melhorias urbanísticas significativas, que se trata de dispor estas mesmas áreas degradadas aos interesses dos empreendedores e especuladores imobiliários. O que, essencialmente, se mantém é a rígida e explícita divisão de pelo menos duas cidades: a oficial e a clandestina (...).¹⁵⁵

¹⁵² ENDO, Paulo Cesar. *A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo*. São Paulo: Escuta/ Fapesp, 2005, p. 60.

¹⁵³ Idem, Ibidem p. 67. Sobre desapropriação na cidade de São Paulo (vide anexo B deste trabalho), em que será exposto projeto empreendido pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, cujo fito é minimizar os confrontos e insatisfações decorrentes das desapropriações realizadas para o aumento da malha metroviária da cidade. Destaca-se, desde já, que o programa a que se fez menção, e será oportunamente detalhado, consiste numa resposta à luta pela moradia na cidade e, por isso, mostra-se pertinente à presente pesquisa – como exemplo dissonante daquilo que fora ressaltado no trabalho de Endo, no que pertine às desapropriações ordinariamente feitas na cidade de São Paulo.

¹⁵⁴ ROLNIK, op. cit., 1981, p. 22.

¹⁵⁵ ENDO, op. cit., 2005, p. 50.

Diante da passagem acima, pode-se questionar se a ocupação dos imóveis de regiões ociosas da capital paulistana, como a central, não contribuiria para a minimização efetiva da aludida divisão. Como a ideia de isolar o pobre do centro urbano, onde já está montada uma completa estrutura de bens e serviços, mostra-se retrógrada – segue-se, neste sentido, a crítica de Endo: “Não raro, a expectativa de mudança, nessas regiões fica sujeita inteiramente ao âmbito privado (mudar de bairro, enriquecer, fazer justiça com as próprias mãos), processo acompanhado pela descrença de qualquer mudança significativa, no espaço público.”¹⁵⁶

Sobre o fenômeno de afastamento de grande parcela populacional do centro urbano:

A distribuição que reconhecemos, com clareza, no espaço da cidade é a que se construiu sobre a periferação e que desalojou neste processo de marginalização e alijamento, mais de 85% dos moradores do município de São Paulo, que residem em áreas que não atendem aos critérios mínimos de inclusão social, apartados das regiões, onde se concentram os maiores benefícios da rede urbana inclusiva.¹⁵⁷

E ainda:

A desfavelização, as ações integradas e as operações urbanas têm sido instrumentos eficazes que, unindo poderes públicos e investidores imobiliários, vêm contribuindo, decisivamente, no processo de periferação da cidade e de concentração da rede urbana longe destas periferias.¹⁵⁸

A periferação acarreta pungente segregação àqueles milhares que distante do centro da cidade vivem:

Assim é com as periferias da cidade de São Paulo que, geralmente, só recebem a dádiva da ampla divulgação quando são palco de barbáries, guerras entre quadrilhas do narcotráfico, tiroteios com morte e mortes a granel. O resultado desse desvio é óbvio. Não há como olhar para uma favela e não ver ali um emblema de degradação, perigo e violência.¹⁵⁹

---

¹⁵⁶ ENDO, op. cit., 2005, p. 52.

¹⁵⁷ Idem, ibidem, p. 54.

¹⁵⁸ Idem, ibidem, p. 68.

¹⁵⁹ Idem, ibidem, p. 248.

Conforme expõem Lúcio Kowarick e Clara Ant, o afastamento dos trabalhadores provoca seu distanciamento dos núcleos de decisão e controle da cidade:

O cortiço é a modalidade de habitação proletária mais antiga em São Paulo.(...) A casa de aluguel constitui até os anos 50 a modalidade quantitativamente mais importante de alojamento para a classe trabalhadora. (...) Através da venda de ‘lotes’, cada vez mais distantes e em terrenos sem benfeitorias, os mercadores de terra reforçavam uma espiral inesgotável de periferização, marca registrada do crescimento da Cidade de São Paulo.¹⁶⁰

De acordo com o trabalho de Luciana Bedeschi:

Ao contrário das favelas, os cortiços passam despercebidos pela maioria da população das grandes cidades. Talvez por esse motivo: a falta de visibilidade passa longe de uma intervenção prioritária pelo Poder Público. (...) A aglomeração de pessoas e as diversas funções exercidas no mesmo cômodo (...) colocam o cortiço como opção de moradia socialmente inferior à favela.¹⁶¹

Em consonância com a obra de Gohn: “Os cortiços são os elementos mais destacados na condição cotidiana de miserabilidade das classes subordinadas de então.”¹⁶²

Todavia, a autoconstrução da própria casa e os mutirões apresentam-se como alternativas bastante adotadas na cidade de São Paulo¹⁶³, como será exposto no capítulo que aborda especificamente a questão da moradia.

Por outro lado, enxerga-se na defesa da construção autônoma do local para morar um forte discurso pautado na violência simbólica, ou seja, as bases em que estão firmadas o

¹⁶⁰ KOWARICK, Lúcio et ANT, Clara. *Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo*. In: *As lutas sociais e a cidade- São Paulo: passado e presente*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 49, 61 e 63. De acordo com o trabalho de Raquel Rolnik: “Em 1950 a cidade de São Paulo tem mais de 2 milhões de habitantes, e cresce mais de 5% ao ano (...)” In: ROLNIK, Raquel. *São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2003, p. 43.

¹⁶¹ BEDESCHI, Luciana. *O direito à moradia adequada em face de moradores de cortiços*. In: *Anais do VI Congresso de Direito urbanístico – Brasília 2010: por um Direito Urbanístico sem Fronteiras* (Org.: Nelson Saule et al.). Porto Alegre: Lex Magister, 2010, p. 125.

¹⁶² GOHN, Maria da Glória Marcondes. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995, p. 163.

¹⁶³ Vide *Autoconstrução de moradias e espoliação urbana*. In: KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

referido discurso estão sublimadas: o Governo incentiva esta modalidade de construção, prestigiando o discurso de que os vínculos pessoais entre as pessoas que participam da construção são estreitados e que esta forma representa uma maneira muito mais veloz de construção e alcance do sonho de um local para viver.

Contudo, a autoconstrução, mostra-se primordialmente como uma alternativa – e não solução – às tentativas governamentais de suprir a demanda habitacional, além de acarretar economia para os cofres do erário. Neste sentido:

Realizada através do trabalho adicional e gratuito, que frequentemente perdura por anos, a confecção da casa própria só pode levar à redução de outros itens vitais da cesta de consumo, inclusive à diminuição do padrão alimentar que, para muitas famílias, passa a se situar abaixo dos níveis mínimos de sobrevivência.¹⁶⁴

A compatibilização das lições de Michel Foucault (vide 1.2) com a história da cidade de São Paulo também se mostra viável, sobretudo no que se refere ao controle dos habitantes como forma de manter e concretizar o poder industrial e comercial característicos da metrópole.

Fazendo referência à conquista do espaço na cidade de São Paulo, Lúcio Kowarick, ao desenvolver sua análise a respeito de um momento em que o Estado mostrava-se eminentemente repressivo, demonstra como o controle acompanha e mostra-se presente na história e no cotidiano da cidade de São Paulo:

A vigilância tornou-se uma sombra que a muitos seguia. Censura, delação e perseguição penetraram nos sindicatos, escolar, igrejas, nas agremiações políticas e, sobretudo, nos locais de trabalho. (...) Atos e palavras, presenças ou silêncios, posturas e posições, afinidades e inimizades foram catalogados por um vasto sistema de informações para vigiar um enorme número de indivíduos.¹⁶⁵

Imagine-se um panorama ostensivamente repressivo sob o qual despontavam demandas provocadas por grupos da cidade, sobretudo em períodos em que a expressão de

---

¹⁶⁴ KOWARICK, op. cit., 1993, p. 64-65.

¹⁶⁵ Idem, Ibidem, p. 190.

ideias e palavras não era prestigiada, tal como atualmente preconiza o texto constitucional. A luta pela diminuição dos valores das locações habitacionais, por exemplo, implicou muitas vezes a elaboração de textos legislativos que resguardavam os interesses dos proprietários – que se confundiam com os próprios legisladores – conforme exposto no capítulo 3 deste trabalho.

Assim sendo, fazendo-se alusão à teoria do poder e à pragmática, exposta através dos estudos dos trabalhos da professora Mara Regina de Oliveira, (vide 1.4), anula-se, em muitas ocasiões, os receptores de suas mensagens, visto que eles não tinham margem de atuação diante do que lhes era apresentado, eliminando-os, mostrando-se, inclusive, pertinente sugerir a ocorrência de abusos por parte da autoridade no que se refere à relação comunicativa.

Outro exemplo mais atual que pode ser citado, acerca do controle e vigilância estudados por Foucault, diz respeito às câmeras de trânsito e segurança espalhada pela cidade – medidas justificadas pelas autoridades sob a alegação de que são instrumentos necessários e eficazes para a organização e combate de males, e não deixam de simbolizar olhos espiões que, na prática, permitem ter ciência dos atos de todos aqueles que são observados por suas lentes.

A ideia anteriormente aludida ao “*Panóptico* de Bentham” (vide 1.2), também relacionada ao sentimento de que alguém pode estar nos vigiando, sem que isto efetivamente esteja sendo aplicado, é recorrente na cidade de São Paulo.

Questiona-se, por exemplo, quantas das milhares câmeras e radares existentes funcionam eficazmente? Quantos dos avisos e alertas que tolhem as condutas das pessoas realmente são pertinentes e condizentes com o conteúdo da mensagem difundida? Será que aqui não se poderia aplicar mais um paralelo à pragmática acima aludida? Assim sendo, não poderia ser considerada inconsistente uma relação pautada em algo vazio e, por que não, vazio?

Polos de grandes discussões, conflitos de interesses e multiplicidade de grupos e objetivos, a cidade de São Paulo testemunha frequentemente reações desconfirmadoras no que se refere às mensagens emanadas das autoridades. Quantas pessoas não ignoram as legislações

municipais, as regras básicas de convivência, os mandados que expressam a determinação estipulada pela autoridade estatal? Nas palavras de Endo:

Torna-se cidade para São Paulo tem sido um processo cuja estrutura repousa no alijamento, da maioria da população, dos benefícios da cidadania. Estrutura que se alicerça ora sob a forma de leis segregacionistas e discriminatórias, que amparam a ação injusta, ora como ação arbitrária, acima de toda e qualquer lei. (...) A justiça, então, torna-se uma questão de bolso (...). Invertem-se seus parâmetros e o cidadão é obrigado e inventar diariamente uma cidade ordinária, ultra particularizada, onde toda lei, todo acordo e todo contrato podem ser quebrados, arbitrariamente, e onde o principal instrumento que garante a eficácia desta fratura é, sem dúvida, o potencial violento de que dispõe o sujeito em suas negociações (...). O 'jeitinho' sedutor que burla os acordos, a cordialidade que segrega, a malandragem que especula, a liberdade de não ter caráter representam ajuntamentos e combinações (...).¹⁶⁶

Perdeu-se a noção, diante das contradições a respeito do que é ou não, condenável havidas na cidade de São Paulo; sobre o que é ou não tolerável; sobre o que é ou não violento ou razoável.¹⁶⁷ A ambiguidade e a contradição são elementos que acompanham a história da cidade de São Paulo:

(...) observamos a ambiguidade da atuação estatal. O Estado era conclamado a resolver problemas urbanos (transportes, melhorias urbanos etc.) ainda que à revelia dos anarquistas e, ao mesmo tempo, respondia às reivindicações de forma a criar formas de organizações paralelas.¹⁶⁸

O poder neste contexto mostra-se um ponto de profundo debate e reflexão. Os movimentos sociais, diante do cenário competitivo pautado pela realidade paulista mostram-se como reações à falta de condutas que prestigiem seus interesses e finalidades. Isso não significa dizer que todos os movimentos sociais atuam através de reações desconfirmadoras, pelo contrário – muitos, como por exemplo, os movimentos por educação, necessitam trabalhar em conjunto com a autoridade. Não haveria sentido lutar por uma educação não formalizada e não reconhecida pelo Estado.

---

¹⁶⁶ ENDO, op. cit., 2005 p. 63-64.

¹⁶⁷ Idem, Ibidem, p. 73.

¹⁶⁸ GOHN, op. cit., 1995, p. 168.

As discussões mais profundas acerca dos movimentos sociais, especialmente os de moradia, suas reações e relacionamentos com o Estado serão no capítulo seguinte expostas e esmiuçadas.

2.3. A cidade de São Paulo no atual ambiente globalizado

Tendo em vista a melhor concatenação da teoria relativa à noção de poder e a posterior análise dos movimentos sociais por moradia, sobretudo na cidade de São Paulo, entende-se ser pertinente e relevante apresentar, especificamente, os vieses do poder na cidade de São Paulo e respectivas contextualizações na esfera globalizada atualmente vigente.

O cenário da cidade de São Paulo pode ser identificado por grupos formados de acordo com o padrão econômico em que se inserem. O maior acesso a diversos produtos estrangeiros – restritos e muito caros nas décadas anteriores – o incremento dos serviços de telefonia, a importação de veículos, as maiores facilidades para a realização de viagens aéreas, dentre outros exemplos não menos importantes, retratam a euforia que tomou conta da população consumidora no ambiente internacionalizado:

Para fechar o discurso neoliberal, tínhamos na pauta governista um segundo elenco propositivo que dizia respeito à chamada ‘liberalização do comércio exterior’ (peça chave, como já vimos, do ideário neoliberal mundial). Seu propósito essencial seria o de tornar a nossa economia mais ‘internacionalizada’ e ‘moderna’, fazendo com que as estruturas produtivas internas pudessem competir ‘livremente’ no mercado internacional. Alcançaríamos assim o fim último de ‘ingressarmos no primeiro mundo’, palavra de ordem recorrente, no limite da exaustão, em todos os discursos do presidente Collor.¹⁶⁹

Todavia, uma expressiva parcela da cidade continua apartada das facilidades e inovações descritas acima. O desafio de incluí-las ou possibilitar-lhes maiores ofertas e variedades mostra-se como algo a ser enfrentado pelos governantes e pela própria sociedade.

---

¹⁶⁹ SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 155.

Durante o período ora em análise, houve a adoção do que muitos chamam de economia de mercado, o que significa dizer que as medidas adotadas pelo governo prestigiavam os especuladores e investidores – a lógica do mercado regia a economia e os rumos da sociedade, em conformidade com os críticos do então governo.

Muitos se perguntavam se esse era o preço a ser pago e sentido, sobretudo, na maior cidade brasileira, para conquistar a almejada estabilidade econômica. Outros criticavam ferozmente as práticas propugnadas pelo Estado. O que era praticamente uníssono referia-se à importância e ao gigantismo do capital e ao poder que o mesmo detinha, como retrata o trecho a seguir:

A enorme expansão dos mercados financeiros é uma característica espetacular da nova paisagem econômica – de novo, essa expansão está ligada às simultaneidades abertas pelas novas tecnologias. Aqui não temos mais que nos haver com a movimentação da força de trabalho ou da capacidade industrial, mas com a do próprio capital. A especulação destrutiva de moedas estrangeiras que constatamos nos últimos anos sinaliza uma evolução ainda mais grave, ou seja, a dependência absoluta do capital estrangeiro dos estados-nação fora do centro do Primeiro Mundo, na forma de empréstimos, ajuda ou investimentos.¹⁷⁰

Uma grande preocupação dos países imersos no ambiente de mercado consiste na adequação dos seus meios de produção como instrumento viabilizador de mecanismos competitivos e que possibilitem a atuação das respectivas indústrias no feroz campo da concorrência nos âmbitos interno e externo. Por exemplo, muito se debateu (e a discussão ainda persiste) no Brasil acerca da flexibilização das leis trabalhistas – como forma de desonerar o empresariado e, segundo seus defensores, potencialmente aumentar os postos de trabalho.

Pode-se aqui estabelecer uma contraposição com a visão de Boaventura de Sousa Santos no que se refere à forma de poder estabelecida sob a “exploração” (vide 1.5). As palavras a seguir expostas, de autoria de Zygmunt Bauman, ilustram, com pertinência, este retrato:

---

¹⁷⁰ JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 25.

A pressão, hoje, é para *romper* os hábitos do trabalho regular, permanente, cronometrado, fixo – o que mais significaria o lema do “trabalho flexível”? A estratégia recomendada é fazer os trabalhadores *esquecerem*, não *aprenderem*, o que quer que pretendia ensinar-lhes a ética do trabalho nos dias dourados da indústria moderna. A mão-de-obra só pode tornar-se realmente “flexível” se os empregados, efetivos ou em perspectiva, perderem os hábitos adquiridos do trabalho cotidiano, dos turnos diários, de um local permanente de trabalho e de uma empresa com colegas fixos; só se não se habituarem a qualquer tipo de emprego e, sobretudo, se evitarem (ou forem impedidos de) desenvolver atitudes vocacionais em relação a qualquer trabalho realizado no momento e abandonarem a tendência mórbida de fantasiar direitos à manutenção do emprego e as responsabilidades inerentes.¹⁷¹

É possível questionar se o controle e a disciplina expostos largamente na obra de Michel Foucault (vide 1.2) seriam, em consequência da aludida flexibilização, afrouxados. A resposta dada aqui é não, uma vez que a violência simbólica (vide 1.3) que permeia e protege as bases das relações de poder funcionariam, a partir de uma nova estratégia – acima recomendada – intensificando seu papel na manutenção dos interesses daquele que faz uso competente da linguagem, fazendo alusão à teoria do poder com base na comunicação (vide 1.1).

Caso houvesse enfraquecimento da violência simbólica, abrir-se-ia espaço para a eclosão de questionamentos acerca da autoridade, a mesma que defende a flexibilização das referidas regras trabalhistas, de forma que o interesse em manter o controle e a disciplina inicialmente aventados mostra-se patente.

Mesmo diante destas alterações nos planos comercial e mercadológico, os vínculos que permeiam e trançam a sociedade brasileira continuam lastreados na subordinação àqueles de quem advém a autoridade, salvo em situação em que o papel desta é posto em cheque, chegando a ser, inclusive, desafiado – como bem destaca a professora Mara Regina de Oliveira em sua obra (vide 1.4) – acentuando-se possivelmente a importância, por exemplo, do dinheiro como mola propulsora do consumismo e da ampliação do campo de controle, em diversos níveis, dos detentores do capital. O trecho a seguir, segundo Newton de Menezes Albuquerque, retrata a importância econômica no ambiente neoliberal:

---

¹⁷¹ BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 120.

Em relação ao neoliberalismo, devo esclarecer que utilizo o termo como expressão de uma concepção estritamente econômica do liberalismo, conformando aquilo que costumeiramente se define como liberalismo, que por sua vez relaciona-se à afirmação da supremacia da instância econômica – mais precisamente dos valores do mercado – sobre outras dimensões e valores da vida social contemporânea.¹⁷²

Neste panorama, o forte papel exercido pela globalização influencia na condução de muitas das relações pessoais, comerciais e estatais e, contribui também na modelagem de jogos de interesses como forma de permitir e assegurar a perpetuação do poder, ajudando-nos a contextualizar o ambiente em que está assentado no Brasil – sobretudo na cidade de São Paulo, conforme será mais adiante exposto – e a compreender algumas das causas que culminam na eclosão de movimentos que lutam por diversos objetivos, dentre os quais será dado destaque à moradia.

Na cidade de São Paulo houve a disseminação de mega projetos imobiliários impulsionados por investidores nacionais e estrangeiros que viram no Brasil uma alternativa para seus investimentos:

(...) em São Paulo sua concentração foi capaz de desenhar um *skyline* que mimetiza os polos de negócios dos países centrais, inserido a cidade, mesmo que de modo incompleto e truncado, no circuito global de promoção imobiliária (...) são transformações restritas e confiadas ao que é estratégico.¹⁷³

Dito isso, veremos no próximo item a relevância do capital para São Paulo.

---

¹⁷² ALBUQUERQUE, Newton de Menezes. “Neoliberalismo e desconstrução da razão democrática no Estado periférico brasileiro”. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; LIMA, Martonio Mont’Alverne Barreto. *Diálogos constitucionais: direito, neoliberalismo e desenvolvimento em países periféricos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 387.

¹⁷³ FIX, Mariana. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 161.

2.3.1. A importância do dinheiro na cidade de São Paulo¹⁷⁴

De acordo com a lição de Zygmunt Bauman, em sua pessimista visão em relação ao fenômeno da globalização, esse processo é favorável aos investidores¹⁷⁵. Pode-se perguntar quem são os investidores? São aqueles que podem influenciar, aqueles que conseguem manter a produção e o consumo!

Pertinente, também, mostra-se o estudo de Susan Strange que destaca logo nas primeiras palavras do seu trabalho o real enfraquecimento do poder do Estado. Mais adiante, rechaça a ideia que sustenta que os resultados do mercado são provenientes de um exercício impessoal ou desprezioso daqueles que compram e vendem.¹⁷⁶

Ainda, é importante mencionar que o poder econômico em si não é considerado algo ilegal, como bem ressaltou o professor Fábio Nusdeo durante o Seminário Internacional, em homenagem ao centenário de Miguel Reale¹⁷⁷.

O que se quer coibir são algumas formas de expressão deste poder – que não fica concentrado apenas no âmbito comercial ou financeiro, mas expande suas raízes para outras instâncias, tal como a política. O “desvio do poder”, segundo o professor Tercio Sampaio Ferraz Jr., representa a alteração do curso do poder em face de um referencial que funciona como uma “baliza vinculante”.

A autoridade, competente para o exercício de determinada tarefa, pode agir de forma considerada estranha à finalidade para a qual foi estabelecida ou como consta nos termos da

---

¹⁷⁴ Alguns trechos deste ponto foram extraídos, feitas algumas adequações (tendo o conteúdo correlato sido expandido de acordo com objeto da presente análise) de trabalho intitulado “O abuso do poder econômico e a corrupção”, de autoria do presente candidato, originalmente apresentado como exigência parcial para a aprovação na disciplina “Direito e Poder – Homenagem ao centenário de Miguel Reale”, ministrada pelo Prof. Titular Tercio Sampaio Ferraz Jr. e pela Profa. Dra. Elza Antonia Pereira Cunha Boiteux, no 1º semestre de 2010, no curso de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

¹⁷⁵ BAUMAN, op. cit., 2008, p. 112.

¹⁷⁶ STRANGE, Susan. *The retreat of the state: the diffusion of the state: the diffusion of power in the world economy*. New York: Cambridge University Press, 1996, p. 3.

¹⁷⁷ Realizado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no início do mês de abril de 2010 – tendo a palestra ora em destaque ocorrido no dia 6 de abril de 2010.

lei. O exercício com finalidades distintas daquelas para as quais foi imaginado retrata desvio de finalidade e, por consequência, há abuso de poder,¹⁷⁸ já que, de acordo com a teoria do poder, baseada na comunicação, o abuso extermina a relação entre sujeito e autoridade, uma vez que esta anula aquele¹⁷⁹.

Na sociedade brasileira a importância do aspecto econômico é de extrema grandeza. O acúmulo de bens e a concentração de dinheiro e riquezas caminham conjuntamente com o desenrolar da nossa história. O português, muitas vezes, deixava seu país, salvo ocasiões de perseguições, por causa da ambição de ter aqui uma situação econômica mais consistente e confortável!

De acordo com o trabalho de Paulo Cesar Endo, destaca-se, sob determinada perspectiva, a busca pelo dinheiro, mesmo que isto custe a vida de outrem:

(...) estar entre os não cidadãos numa cidade como São Paulo é aterrorizante, e suas consequências podem ser dramáticas, entre as quais figura a máxima exposição do corpo e, com ela, a nudez da própria vida, exposta à sua eliminação. (...) exige cada vez mais uma superproteção do próprio corpo, da própria vida, que se torna, ela também exposta e mutável, justamente porque estes corpos tornaram-se perfeitamente comutáveis em valores, como mercadorias caras no mercado da violência, o que é atestado pela escalada incontrolável dos sequestros na cidade.¹⁸⁰

Contudo, não se pode ignorar a busca, muitas vezes, a qualquer custo, pela obtenção de dinheiro é decorrência do ritmo imposto na cidade e pelas transações nela desenvolvidas: “As violências cometidas na cidade, em hipótese alguma podem ser desatreladas da violência que a cidade, por meio de seus dispositivos públicos, pratica contra seus cidadãos e dos mecanismos que a alicerçam.”¹⁸¹

Segundo Raquel Rolnik:

¹⁷⁸ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. “Desvio de poder e princípio da moralidade”. In: *Direito constitucional: Liberdade de Fumar, Privacidade, Estado, Direitos Humanos e outros temas*. São Paulo: Manole, 2007, p. 385.

¹⁷⁹ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006 p. 115.

¹⁸⁰ ENDO, op. cit., 2005, p. 31.

¹⁸¹ Idem, ibidem, p. 53.

A violência, além de ser efeito, é também causa do aumento das tensões e desigualdades da cidade. (...) o fantasma da violência afeta principalmente a convivência urbana e impessoal; produz, assim, o enclausuramento das classes média e alta em seus condomínios fechados e shopping centers, abandonando progressivamente o espaço das ruas ou privatizando-as por meio de vigilância ostensiva.¹⁸²

Endo questiona, ainda, até que ponto seria possível conseguir se desprender dos aspectos acima destacados, inerentes à organização social na cidade:

(...) Qual cidadão cresce, vive e convive numa cidade com estas marcas, várias vezes reforçadas? Em que medida o sujeito, membro da sociedade paulistana, adere também a estes mesmos interesses dos quais é vítima, refletindo uma posição subjetiva em certo desacordo com seu próprio bem-estar? (...) A cidade é o espelho do sujeito (...).¹⁸³

Ainda, especificamente para a última década do século passado, a economia brasileira abriu suas portas ao mercado internacional, conforme destacado no tópico anterior, após um longo período de fechamento, no início dos anos 1990, sob o governo do então presidente Fernando Collor de Mello. Desde então, o Brasil se encontra cada vez mais comprometido em transações internacionais e inserido na economia de mercado globalizada.

Em uma economia globalizada, uma das principais características consiste no fato de uma medida adotada em determinada localidade repercutir em um ponto diametralmente oposto. A economia brasileira, com o advento do Plano Real certamente tornou-se mais confiável e estável. A incessante inflação característica da década de 1980, denominada pelos economistas de “a década perdida”, fora controlada em 1º de julho de 1994, com a entrada em circulação da então nova moeda (Real) os rumos e paradigmas da economia nacional mudaram.

Não foi mera coincidência a publicação, um mês antes da entrada em circulação do Plano Real, da lei nº 8.884/94, assim como o delineamento do Sistema Brasileiro de Defesa da

---

¹⁸² ROLNIK, op. cit 1981, p. 68.

¹⁸³ ENDO, op. cit., 2005, p. 59.

Concorrência (SBDC), em consonância com os ensinamentos dos professores João Grandino Rodas e Gesner de Oliveira¹⁸⁴.

Demonstrando uma das facetas da poderosa e representativa importância do aspecto econômico, o Ministro de Fazenda do então presidente Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, conseguiu eleger-se como titular do cargo mais importante do Poder Executivo – a Presidência da República.

A imersão da economia brasileira em um cenário cada vez mais competitivo e excludente marca a crescente importância do capital como instrumento relevante para possibilitar a manutenção da cidade de São Paulo, como maior centro financeiro e comercial brasileiro, neste cenário e propiciar o aumento de sua esfera de abrangência e maior magnitude na força de suas decisões e interferências: a ideia de São Paulo como uma cidade global emergente, no contexto mundial de crise, possibilita o acesso aos fundos para investimento¹⁸⁵.

Todavia, faz-se importante expor a crítica de Mariana Fix quanto à ideia de cidade global:

Se o mito do desenvolvimento não mais convence, no sentido de uma recuperação restauradora que permita aos povos pobres desfrutar algum dia das formas de vida dos atuais povos ricos (...). O mito das cidades globais, por sua vez, já nasce enfraquecido, e por isso ganha ares de farsa. Tem como miragem as novas centralidades produzidas em cidades como São Paulo, que reproduzem, em escala modesta, o *skyline* que mimetiza os centros de comando e projeta, em um país semiperiférico, a imagem de *global city*. Cria-se uma nova paisagem de poder e dinheiro que mobiliza o Estado e o capital privado nacional, parceiros nas modalidades de apropriação do fundo público, que caminham no sentido de transformar a cidade, ela própria, em uma espécie de título financeiro.¹⁸⁶

Lastreando o pensamento que acredita ser falaciosa a ideia da cidade de São Paulo ser um centro eminentemente global, encontra-se a lição de Raquel Rolnik: “A cidade de São Paulo é ainda um grande e dinâmico centro industrial, e não a suposta ‘metrópole terciária’

---

¹⁸⁴ OLIVEIRA, Gesner; RODAS, João Grandino. *Direito e Economia da Concorrência*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 22-23.

¹⁸⁵ FIX, op. cit., 2007, p. 165.

¹⁸⁶ Idem, ibidem, p. 168.

que algumas análises no início dos anos 90 pretendiam antever. (...) São Paulo recebeu, nas últimas décadas, novos e importantes investimentos industriais (...)”¹⁸⁷

E continua:

O novo modelo econômico produz uma inserção diferenciada da cidade em relação ao resto do país. Enquanto, em meados do século 20, a São Paulo industrial era a locomotiva que puxava o Brasil, a São Paulo da reconversão econômica é um dos nós da conexão da economia nacional com o resto do mundo.¹⁸⁸

Por fim, cumpre salientar: “As leis que regem a cidade de São Paulo, como destacado, nunca são neutras, genéricas e abstratas.”¹⁸⁹

A seguir, analisar-se-á os movimentos sociais e o poder, destacando-se a cidade de São Paulo, por sua representação como polo industrial, comercial e econômico no Brasil. Frente ao capital e atração de negócios não só nacionais, mas também estrangeiros, a cidade de São Paulo se destaca como polo de poder e consequentes movimentos sociais que tanto atingem o poder público e a população.

---

¹⁸⁷ ROLNIK, op. cit, 1981, p. 60.

¹⁸⁸ Idem, ibidem, p. 63.

¹⁸⁹ ENDO, op.cit., 2005, p. 60.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS E PODER

Posteriormente à exposição das acepções de poder e respectivas abrangências, segundo os autores destacados no primeiro capítulo, em que se procurou estabelecer uma contraposição entre as diferentes teorias a esse respeito – sublinhando pontos de convergência e peculiaridades no que se refere ao poder e às facetas extrajurídicas do mesmo, bem como a contextualização no cenário nacional em que o poder analisado encontra espaço de dispersão, passar-se-á à análise mais detida dos movimentos sociais, focando na busca por moradia na cidade de São Paulo.

Para tanto, será tomada como ponto de partida, uma análise conceitual a respeito dos movimentos sociais; posteriormente, abordar-se-á o tratamento dado à habitação e a luta pela moradia desde século XX, período em que o cenário trazido pela industrialização alterou profundamente a conjuntura até então existente. Escolheu-se a cidade de São Paulo por ser foco constante de embates, uma vez que é a maior cidade do país e que, conseqüentemente, concentra enorme contingente populacional que disputa por locais e terras para moradia. Com a delimitação do espaço supra mencionado analisar-se-ão as relações e manifestações de poder estabelecidas por estes movimentos.

3.1. Movimentos sociais: entendimentos e classificações

A tentativa de conceituar e contextualizar os movimentos sociais mostra-se relevante para definir qual é a moldura em que se desdobrará a presente análise. Cumpre-se evidenciar que não há consenso na doutrina sobre a classificação dos referidos movimentos, neste sentido encontra-se a lição de Michael McCann, em uma tradução livre: “(...) Movimentos sociais são definidos de diversas formas pelos estudiosos”.¹⁹⁰ Todavia, há pontos de contato entre os diferentes entendimentos. As considerações e destaques a seguir têm por objetivo auxiliar na compreensão da matéria bem como na delimitação do objeto a ser apreciado.

---

¹⁹⁰ McCANN, Michael. *Law and Social Movements*. Washington: Ashgate Publishing, 2006, p. xiii. “(...) social movements’ is defined in quite variable ways by scholars (...)”

Assim sendo, reputa-se pertinente destacar o entendimento de Edison Nunes e Pedro Jacobi acerca do tema: “No contexto brasileiro e mais especificamente nas grandes metrópoles, o quadro da luta pela conquista da cidadania está marcado por uma dinâmica de exclusão e de inserção subalterna de uma parcela muito grande dos moradores.”¹⁹¹

Niklas Luhmann, autor já citado na parte inicial do presente trabalho, também aborda a temática dos movimentos sociais, enxergando-os como fenômeno difícil de ser descrito em um contexto preciso. É interessante sublinhar, com base na teoria comunicacional anteriormente comentada, que o protesto seria também uma forma de comunicação.¹⁹²

Luhmann ainda destaca que um indivíduo receptor de informações, aos poucos, aprende a selecionar o que é necessário para sua atuação no contexto social em que está imerso – dentre os diferentes contextos possíveis, pode estar o indivíduo inserido em um movimento social - conforme seguinte passagem, em tradução livre:

Aquele que recebe a informação vê a si próprio e os outros receptores de informações e aprende a tomar a decisão de maneira altamente seletiva naquilo que é necessário para atuar no contexto social respectivo – seja na política, na escola, em grupos de amigos, nos movimentos sociais. O espelho não é mesmo transparente.¹⁹³

De acordo com o professor Celso Fernandes Campilongo: “A sociedade, o sistema jurídico e os movimentos sociais podem ser definidos, com grande abstração, como sistemas de comunicação que operam com base em critérios seletivos internos e em situações de elevada contingência e complexidade.”¹⁹⁴

Sobre os movimentos sociais, destaca Campilongo as características que os compõem:

¹⁹¹ NUNES, E. et JACOBI, P. “Movimentos populares urbanos, participação e democracia”. In: SILVA, Luiz Machado da, *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983, p. 35.

¹⁹² LUHMANN, Niklas. *Sociologia Del rischio*. Milano: Bruno Mondadori, 1996, p. 141-142.

¹⁹³ LUHMANN, Niklas. *La sociedad de la sociedad*. México: Herder, 2006, p. 873. “Aquel que recibe la información se vê a si mismo y a otros receptores de información y aprende poco a poco a tomar nota de manera altamente selectiva de aquello que es necesario para actuar em el contexto social respectivo – sea la política, la escuela, grupos de amigos, movimientos sociales. El espejo mismo es intransparente.”

¹⁹⁴ CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação do Direito e movimentos sociais: hermenêutica do sistema jurídico e da sociedade*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Tese de titularidade, 2011, p. 91.

- a) lastreados em conflitos que estão relacionados à utilização de recursos escassos;
- b) não limitam suas atuações a reagir diante de panoramas econômicos desvantajosos;
- c) o reconhecimento de liberdade não está necessariamente acompanhado por seu efetivo gozo – movimentos gritam não fazer parte da sociedade, sem perceberem que dela são componentes;
- d) atuam em uma sociedade atualmente considerada diferenciada, ou seja, há multiplicação das facetas da vida social;
- e) a sociedade moderna está relacionada à “variabilidade” – o passado não mais é inspiração para o presente;
- f) a complexidade é fator essencial da sociedade moderna, destacando-se que alguns “sistemas parciais” possibilitam a redução da aludida complexidade;
- g) os movimentos sociais funcionam como catalizadores da variabilidade social do ambiente complexo de que fazem parte;
- h) movimentos não podem ser considerados atores sociais ordinários; exemplo disso é a luta que tem por fito resguardar os direitos humanos – o que permite perceber a coexistência e pertinência entre os movimentos sociais e o Direito em si;
- i) a situação de conflito de classes sociais não explica atualmente o desempenho e a atuação dos movimentos sociais;
- j) os movimentos sociais requerem liberdade e informalidade para o atendimento de suas demandas, destacando-se que um elemento comunicativo pode alterar o significado do elemento sobre o qual recai ou diz respeito.¹⁹⁵

Campilongo ressalta a existência de dois grandes tipos de movimentos sociais, quais sejam: “movimentos de protesto” e “movimentos de desintegração” – os primeiros estão relacionados à ideia de desfiguração, esvaziamento, não considerando aqueles contra os quais o protesto é voltado, não buscam os tribunais¹⁹⁶; os últimos, ao contrário, valem-se dos sistemas funcionais, não negam o Direito (pelo contrário, querem dele se beneficiar): “Mas quando se fala em movimentos sociais – de protesto ou de desintegração- o que se tem em mente são conjuntos comunicativos que buscam conflito ou cooperação, é dizer, que nutrem expectativas em relação à sociedade.”¹⁹⁷

---

¹⁹⁵ CAMPILONGO, op. cit., 2011, p. 23-31.

¹⁹⁶ Idem, ibidem, p. 93-94.

¹⁹⁷ Idem, Ibidem, p. 96.

Continua, dizendo que:

Não há nos movimentos sociais – de ‘protesto’ ou de ‘desintegração’ – uma orientação geral para a satisfação. Movimentos sociais não se alinham à turma dos contentes. Aqui, Poliana não tem vez. Mas uma coisa é estar insatisfeito e usar o sistema, aproveitar suas fraquezas, estimular variabilidade no sistema, buscar sua mudança; outra coisa, bem diversa, é levar a insatisfação ao extremo: corromper a lógica sistêmica, insistir no impasse, bloquear o encadeamento das comunicações. No primeiro caso, pode-se falar num uso criativo dos sistemas funcionais. No segundo, num uso destrutivo, decrescente ou descompromissado com os sistemas de funções. No primeiro grupo estão os movimentos de desintegração: insistem no uso de sistemas funcionais. No segundo, os movimentos de protesto: provocam os sistemas como sinal de rejeição.¹⁹⁸

Pode-se, ainda, estabelecer um ponto de contato entre os estudos do aludido professor e a pragmática jurídica evidenciada no capítulo primeiro (vide 1.4). Os chamados “movimentos de protesto” ao buscarem o esvaziamento, a desfiguração, conforme anteriormente sublinhado, estão sob estes aspectos repelindo o sistema jurídico então vigente. De sorte que esses movimentos poderiam ser compreendidos como “desconfirmadores”, ou ao menos, “rejeitadores” do direito – isso porque dele não querem participar.

Entretanto, nega-se aquilo cuja existência e mínima autoridade se reconhece, de sorte que não procurar os tribunais não implica, necessariamente, em ignorar sua existência e/ou afastar integralmente sua autoridade. Já os ditos “movimentos de desintegração”, ao contrário do que o nome pode sugerir, procuram se valer da força e auxílio dos tribunais, conforme já foi dito anteriormente, reforçando e confirmando, portanto, a autoridade dos referidos tribunais!

Para demonstrar a árdua tarefa dos doutrinadores e estudiosos de definição dos movimentos sociais, encontram-se os estudos de Alberto Melucci, que sustenta que a

---

¹⁹⁸ CAMPILONGO, op. cit., 2011, p. 100.

conceituação dos movimentos sociais está relacionada à realidade histórica em que eles estão inseridos, sendo o cenário composto por complexidade e heterogeneidade.¹⁹⁹

Segundo Angela Alonso, a denominação “movimentos sociais” surgiu na década de 1960 e serviu para caracterizar “multidões bradando por mudanças pacíficas, desinteressadas do poder do Estado”²⁰⁰. Sustenta a autora que, antes do referido período, as mobilizações surgiam de forma irracional ou decorrentes de insatisfações pessoais.²⁰¹ Como decorrência da “nova” denominação, surgiram três (hoje clássicas) classificações relacionadas aos movimentos sociais:

- (a) a “Teoria de Mobilização de Recursos” (TMR) que não enfatiza o lado emocional e pessoal contidos nos movimentos, mas o “cálculo racional entre benefícios e custos”, de forma que as ações seriam concretizadas mediante disponibilidade financeira e material²⁰²;
- (b) a “Teoria do Processo Político” (TPP) que prestigia o elemento cultural e histórico, elo dos movimentos, a solidariedade e o sentimento de que o indivíduo pertence ao grupo²⁰³;
- (c) a “Teoria dos Novos Movimentos Sociais” (TNMS) que reputa relevante as “emoções coletivas” relacionadas aos elementos simbólicos e cognitivos com os quais se identificavam os movimentos.²⁰⁴

Mostra-se pertinente destacar a contraposição entre a “escola da ação social” e a “escola da mobilização de recursos” (literatura americana). A primeira está relacionada à ideia de que os movimentos sociais podem ser entendidos como membros da ação social, o que liga os movimentos sociais às mudanças sociais ocorridas. A segunda relaciona-se à noção de que

¹⁹⁹ MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 43.

²⁰⁰ ALONSO, Ângela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. São Paulo: Lua Nova, 2009, p. 49.

²⁰¹ Idem, ibidem, p. 50.

²⁰² Idem, ibidem, p. 51-52.

²⁰³ Destaca ainda a autora sobre a TPP que: “(...) a solidariedade não gera ação, se não puder contar com ‘estruturas de mobilização’: recursos formais, como organizações civis, e informais, como redes sociais, que favorecem a organização. A mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação.” Op. cit., p. 55.

²⁰⁴ “Em contrapartida, deu menos relevo ao ambiente político em que a mobilização transcorre e aos interesses e recursos materiais que ela envolve.” in ALONSO, op. cit., 2009, p. 69.

os movimentos sociais fazem política, assim como os partidos – e com estes guerreiam em virtude de recursos comuns limitados:

Onde as teorias da ação coletiva destacavam questões psicológicas, as novas teorias vislumbram questões de política. Enquanto as teorias da ação coletiva separavam as dimensões institucionais e não institucionais, as teorias da mobilização de recursos e do processo político juntam os dois planos. Onde as teorias da ação coletiva identificavam a origem dos movimentos sociais (grandes mudanças sociais e frustrações acumuladas pelos participantes), as novas análises tendem a valorizar as organizações pré-existentes, os recursos disponíveis, as estruturas e oportunidades de ação política.²⁰⁵

Seguindo-se o raciocínio exposto pelas ideias de Alonso, percebe-se a modificação dos perfis dos movimentos com o passar dos anos, de forma que as três vertentes acima mencionadas passaram a ser consideradas classificações clássicas dos movimentos sociais, o que corrobora a importância de sua exposição no presente trabalho. À título de exemplo, a então Teoria dos Novos Movimentos Sociais, a mais aplicada para explicar os casos nacionais durante as décadas de 1980 e 1990²⁰⁶, converte-se de uma teoria sobre movimentos sociais em uma “teoria da sociedade civil” – deixando de relacionar a autoria de uma situação ao movimento, ligando-a à sociedade civil.²⁰⁷

Segundo com os ensinamentos de Götz Ottmann, uma das características mais marcantes dos movimentos sociais reside na sua fluidez. Por isso, entende-se a mutabilidade da forma com que um movimento pode se apresentar em consonância com o período e local em que atua.

Assim sendo, o contexto em que os movimentos sociais estão inseridos é fator determinante dos reflexos que destes emanarão, não devendo, segundo os estudos desse autor, a análise ser concentrada em um lapso temporal reduzido – o que poderia levar a conclusões precipitadas e inconsistentes, tal como a irreal dissolução de um movimento.²⁰⁸ Neste sentido,

---

²⁰⁵ CAMPILONGO, op. cit., 2011, p. 41.

²⁰⁶ ALONSO, op. cit., 2009, p. 68.

²⁰⁷ Idem, ibidem, p. 75.

²⁰⁸ OTTMANN, Götz. “Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil: uma abordagem cognitiva”. In: *Novos Estudos n° 41*. São Paulo: CEBRAP, 1995, p. 188.

ele aduz que há necessidade da análise abranger um período considerável como forma de permitir a percepção da “identidade” do grupo.²⁰⁹

De acordo com Balakrishnan Rajagopal, fazendo menção ao trabalho de Mario Diani, os movimentos sociais podem ser identificados por três características: o desenvolvimento de uma rede informal entre diversos atores do grupo (o que demonstra pertinência com o estudo das relações extrajurídicas de poder); o engajamento dos movimentos sociais nos conflitos políticos e/ou culturais; uma organização baseada em um ideal ou em uma crença comum entre os membros dos respectivos movimentos sociais.²¹⁰

Para Rajagopal, por sua vez, os movimentos sociais, sobretudo os dos países de “terceiro mundo”, podem ser identificados por sete elementos, quais sejam:

1. a apresentação de críticas em face do modelo dominante de desenvolvimento proposto pelos países desenvolvidos;
2. a luta dos movimentos sociais permite que os seus membros tenham a afirmação de suas dignidades como seres humanos e, o discurso por eles defendido viabiliza o alcance dos seus objetivos;
3. muitos dos movimentos não buscam uma colocação e/ou participação no governo estatal;
4. grande parte dos movimentos rejeita a violência, ao passo que outros têm uma postura dúplce sobre o assunto, citando o autor o movimento rural por terra no Brasil;
5. o aparecimento dos movimentos sociais indicia decepção em face das respostas apresentadas pela democracia liberal e pela política institucional;
6. muitos dos movimentos estudados pelo autor, apesar de manterem contatos eventuais com alguns órgãos internacionais, não têm o fito de construir alianças transnacionais ou expandir seus limites para barreiras alienígenas;

---

²⁰⁹ OTTMANN, op. Cit., 1995, p. 190.

²¹⁰ RAJAGOPAL, Balakrishnan. *International law from below: development, social movements, and Third World resistance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 238-239.

7. a teoria dos movimentos sociais e a sua respectiva prática permitem uma nova análise acerca da forma pela qual podem ser implementadas as promessas libertatórias defendidas pelo discurso jurídico liberal.²¹¹

Rajagopal expõe seu entendimento acerca do papel exercido pelos movimentos sociais no que se refere ao discurso sobre os direitos, representando uma fonte alternativa para os movimentos – o que pode sugerir o forte caráter extrajurídico que eles possuem. Seguindo o pensamento do autor, percebe-se sua crítica quanto à história traçada pelos estudos que envolvem o desenvolvimento e a cronologia ao relegar a importância dos atores socioeconômicos e culturais na composição dos direitos delineados e conquistados²¹².

Não por acaso, verificam-se, na realidade fática, peculiaridades apresentadas pelos movimentos sociais em função do local em que atuam e do universo jurídico em que o lugar está inserido, em consonância com o as ideias de Ottmann acima expostas.

A partir dos estudos do autor percebe-se um destaque bem grande dado aos movimentos sociais, generalizando-os, pelos países denominados de “terceiro mundo” – uma vez que este é o escopo do autor na obra ora em apreço. Ele indica que a partir da década de 1980 houve o que denomina “turn to culture” dos movimentos sociais, enfatizando a pressão em relação a conceitos alternativos, identidade, autonomia, reconhecimento de formas alternativas de propriedade, dentre outros²¹³.

É importante ressaltar, quanto a este último aspecto, que a realidade brasileira pode ter muitos pontos similares aos dos demais países que se encontram em momentos históricos de desenvolvimento parecidos. Um exemplo comum a outros países da América Latina, como a Argentina, que pode ser citado é a administração estatal por governos militares durante algumas décadas e a luta pela estabilização da economia.

---

²¹¹ RAJAGOPAL, op. cit. 2003, p. 249-253.

²¹² Idem, ibidem, p. 246.

²¹³ Idem, ibidem, p. 263

Entretanto, a realidade brasileira não se confunde com eles. A expressão em língua inglesa acima exposta é entendida como uma assimilação não apenas dos movimentos em si, mas também da consideração de suas reivindicações. O autor destaca que, durante as décadas de 1950 e 1960, o foco dos grupos estava centrado no desligamento do modelo colonial estruturado na economia e do afastamento da dependência enfrentada pelos países de terceiro mundo²¹⁴.

Por outro lado, as músicas de Adoniran Barbosa, que datam do mesmo período, ilustram uma preocupação eminente na cidade de São Paulo. Com isso não se defende aqui a inexistência da modificação das bases da economia no período citado, no qual, não por acaso, a industrialização mostrou-se extremamente importante, mas não se enxerga como foco único e principal dos grupos sociais no Brasil e, mais especificamente na cidade de São Paulo, aquele sustentado por Rajagopal²¹⁵.

Ademais, segundo diz Lúcio Kowarick:

Vale ressaltar que ainda falta muito para se ter um esboço teórico das contradições urbanas e do caráter das lutas populares, não mais voltado, espera-se, para o capitalismo tardio no seu conjunto, mais afiado para compreender os processos que ocorrem no âmbito de uma sociedade particular, o que não significa deixar de analisar suas conexões com os movimentos que ocorrem num mundo em todos os aspectos cada vez mais transnacionalizados.²¹⁶

O Professor José Eduardo Faria, ao discorrer sobre os “novos movimentos sociais” mostra-os como sendo aqueles provenientes das décadas de 1960 e 1970 e destaca que eles são

²¹⁴ RAJAGOPAL, op. cit. 2003, p. 237-238.

²¹⁵ João Rubinato, conhecido popularmente pelo nome artístico “Adoniran Barbosa”, foi poeta e compositor que com suas letras e canções encarnou muito daquilo que os movimentos sociais das décadas de 1940 a 1970 queriam tornar evidente. “Saudosa Maloca” de 1951 (vide anexo C) e “Despejo na Favela” de 1969 (vide anexo E) retratam a angústia pela perda da moradia na cidade de São Paulo. Invocamos o recurso artístico por entender que a reflexão através da obra de arte permite-nos alcançar elementos que as palavras escritas não conseguem atingir e/ ou expressar. Adiante, principalmente no quinto capítulo, serão abordadas outras obras de Adoniran, bem como outros recursos artísticos que auxiliarão na compreensão e reflexão do assunto proposto.

²¹⁶ KOWARICK, Lúcio. “Lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo”. In: *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 23.

caracterizados por uma estrutura informal e apartados dos padrões formais de contratação dos colaboradores.²¹⁷ Ademais, ao fazer remissão ao trabalho de Claus Offe, Faria sublinha que:

(...) a ‘novidade’ dos movimentos coletivos emergentes nas lutas sociais e políticas das décadas de sessenta e setenta está no fato de que a sua auto identificação não se refere *apenas* aos códigos políticos estabelecidos (as ideologias ‘esquerda’ *versus* ‘direita’, ‘liberal’ *versus* ‘conservador’ etc.) nem aos códigos socioeconômicos parcialmente correspondentes (as relações de classe, como ‘operariado’ *versus* ‘burguesia’ etc.); refere-se, igualmente, a códigos não convencionais (feminismo, ecologia, pacifismo, emancipação, cultural, antirracismo etc.).²¹⁸

A respeito da pressão provocada pelos movimentos sociais, assim como considera Rajagopal, encontram-se as ideias do Professor José Eduardo Faria, que ao tratar dos “novos movimentos sociais”, sobretudo aqueles a partir da década de 1970, expressa:

No caso da América Latina, esses ‘novos movimentos sociais’ são formados por atores que, lutando contra as mais variadas formas de exploração e opressão política, econômica, social e cultural, apropriaram-se política e discursivamente dos direitos humanos para convertê-los em sinônimos de ‘direito alternativo’ das maiorias marginalizadas. Agindo assim, passaram a redefinir as relações da sociedade com o Estado e a pressionar por uma revisão estrutural do ordenamento jurídico vigente (...)

Esse professor indica, ainda, a incapacidade do Estado de atender às demandas provocadas pelos movimentos sociais, tendo em vista a burocracia e o mar de interesses em que o aparelho estatal estava submerso. Não sabia o Estado concentrar seus esforços nas demandas prioritárias nem compensar as deficiências emergentes no que se referiam às necessidades apresentadas pelos movimentos.²²⁰

---

²¹⁷ FARIA, José Eduardo. *Justiça e conflito: os juízes em face dos novos movimentos sociais*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992, p. 12-13.

²¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 13.

²¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 15.

²²⁰ Idem, *ibidem*, p. 22-23.

A respeito dos “novos movimentos sociais” encontram-se, ainda, os trabalhos de David Slater, citado na obra de Leda Maria Vieira Machado²²¹ e de João Paulo Bachur, que fazendo alusão aos ensinamentos de Niklas Luhmann esclarece:

(...) o ponto central acerca de tais movimentos não está relacionado ao tratamento tradicionalmente dispensado ao problema do *collective behavior* da psicologia social de Chicago ou ao problema da ação coletiva posto pelo individualismo metodológico e problematizado no quadro da teoria *rational choice*; a questão de Luhmann não é apreender os movimentos sociais pela diferença individual/coletivo – e isso por uma razão muito simples a essa altura da exposição: se os sistemas sociais constroem pessoas, ou seja, se pessoas são artefatos produzidos pelos sistemas sociais, esses sistemas podem também construir atores coletivos conforme classes, grupos, camadas sociais e quaisquer outros critérios que atendam às suas necessidades (a comunidade acadêmica, a opinião pública, os colegiados encarregados de tomar decisões – o tribunal, o conselho o júri – o mercado, os trabalhadores, o governo, a oposição, o público). Não se trata da *agregação* de unidades individuais em um coletivo, mas da *emergência* tanto do individual quanto do coletivo, produzida de acordo com processos de *imputação* capazes de produzir sentido. O ponto central da questão está no fato de que os movimentos sociais tentam mobilizar a sociedade contra ela mesma, a partir de dentro dela mesma, mas como se estivessem *fora* ou *acima* da sociedade (...).²²²

Luhmann não vê com simpatia os movimentos sociais, pouco relacionando o sistema jurídico aos movimentos sociais²²³. Ele acredita que estes grupos estão ancorados em um campo composto por elementos opostos, melhor dizendo, sob um antagonismo, que não deixa de minar sua consistência e estabilidade – conforme tradução livre da essência do conteúdo originário em italiano: “Os movimentos de protesto são ainda dependentes da diferença, de forma que se concretizados ou não, seus reflexos serão distintos, podendo-se citar, como exemplo, dentre um dos perigos atinentes a não concretização, a potencial perda de participantes”.²²⁴

²²¹ MACHADO, Leda Maria Vieira. *Atores sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero*. São Paulo: Annablume, 1995, p. 57.

²²² BACHUR, João Paulo. *Conflito, procedimento e os novos movimentos sociais – uma perspectiva a partir da teoria de sistemas de Niklas Luhmann*. Trabalho apresentado no 6º encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), em 2008, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), p. 16.

²²³ CAMPILONGO, op. cit., 2011, p. 34.

²²⁴ LUHMAN, op. cit., 1996, p. 147. “I movimenti di protesta sono e restano dipendenti dal mantenimento della differenza: se hanno successo, la differenza fra tema e protesta deve essere ritirata; se non hanno successo, c’è il pericolo che perdano partecipanti o che almeno non possano più fare proseliti”.

Niklas Luhmann enxerga os movimentos sociais: “(...) como formas de protesto construídas em torno de temas que demarcam uma oposição entre os movimentos sociais e os sistemas que organizam e promovem decisões na sociedade contemporânea.”²²⁵ Entende-se que estes últimos estão relacionados às autoridades que pretendem ter suas figuras confirmadas, fazendo-se remissão à pragmática jurídica apresentada no primeiro capítulo (vide 1.4), ou seja, que estão de acordo com o exposto na obra de Luhmann.

Há tensão entre os polos integrados pelos movimentos sociais, inclusive aqueles que anseiam moradias e as autoridades desafiadas por atos que se distanciam de suas respectivas confirmações. Ademais, o sentimento de vigilância, exposto no contexto do trabalho de Foucault (vide 1.2) também fortalece a tensão exposta pelas palavras de Luhmann, de sorte que, o sentir-se vigiado provoca angústia e pressão nos movimentos sociais e respectivos membros.

Quanto às ideias de Boaventura de Sousa Santos (vide 1.5), fazendo referência à já exposta “diferenciação desigual”, haveria uma tendência, na oposição entre os movimentos sociais e os que organizam as decisões, de sorte a prevalecer os interesses destes que ocupam os papéis de organização das aludidas decisões e não dos movimentos sociais.

Contextualizando o final da década de 1980 Lúcio Kowarick expõe:

Assim, neste final da década, começa a despontar um novo vigor de aglutinação que não se restringe aos estudantes, artistas, intelectuais ou grupos profissionais, mas que engloba camadas sociais mais amplas e significativas, espelhando uma consciência sobre os problemas do trabalho e da cidade (...).²²⁶

Segundo Melucci, a atuação dos movimentos sociais está relacionada a um conflito, que deve ultrapassar os limites do sistema de referência para que possa haver a qualificação de uma ação coletiva como movimento social:

---

²²⁵ CAMPILONGO, op. cit., 2011, p. 33.

²²⁶ KOWARICK, op. cit., 1993, p. 197.

Alguns fenômenos coletivos implicam a presença de um *conflito*, isto é, de uma relação de oposição entre dois (ou mais) atores que se confrontam para o controle de recursos, aos quais ambos atribuem valor. Outros, ao contrário, se realizam através do consenso dos atores em torno de regras e procedimentos para o controle de recursos valorizados. Somente a presença de um conflito não basta para qualificar uma ação coletiva como movimento social. Se o conflito não ultrapassa os limites do sistema de referência, encontramos-nos diante da competição de interesses no interior de certa ordem normativa.²²⁷

Diante do que foi apresentado acima, pode-se estabelecer ligações com a pragmática jurídica exposta no primeiro capítulo deste trabalho. Há a necessidade das figuras de autoridade dos grupos motores das ações coletivas serem confirmadas pelos seus membros, de forma a tornar as ações dos aludidos grupos consistentes e não desordenadas.

Ademais, os grupos em conflito não confirmam as condutas do oponente, razão pela qual com ele disputam. Seria possível, em termos pragmáticos, pensar na hipótese de rejeição, uma vez que a luta não isolada em face de algo ocorre em virtude do reconhecimento da autoridade daquele contra quem se opõe, e não na sua ignorância ou desconsideração.

Ainda, Nunes e Jacobi consideram que: “(...) a participação política só é possível entre iguais e que na desigualdade apenas existe ‘sujeição’. (...) A sujeição torna-se possível não mais apenas através da repressão, mas principalmente pelo controle da participação.”²²⁸

Pode-se estabelecer uma ligação não somente com as ideias de confirmação e rejeição do editor normativo e ainda de controle apresentadas em capítulo anterior, mas também com a obediência que os indivíduos devem pôr em prática, de forma a concretizar o que se entende por Poder.²²⁹ Em consonância com o que expõe a professora Mara Regina de Oliveira:

(...) a relação de mando/obediência é, por assim dizer, construída, através de um curioso jogo que envolve relações de poder. Nesse sentido, a pragmática tem de preocupar-se com as possíveis reações que os

²²⁷ MELUCCI, op. cit. 2001, p. 36.

²²⁸ NUNES, et JACOBI, op. cit. 1993, p. 50.

²²⁹ Vide, respectivamente: os ensinamentos de Tercio Sampaio Ferraz Júnior e Mara Regina de Oliveira sobre a confirmação e rejeição na relação autoridade/ sujeito e sobre o controle, assim como a de Michael Foucault no que se refere à sujeição. Estes conteúdos foram expostos no primeiro capítulo do trabalho.

chamados emissores possam ter com relação à comunicação de uma mensagem normativa.²³⁰

Pode-se pensar, em face deste contexto, sobretudo em face da ineficiência do Estado em atender a contento às demandas requeridas pelos movimentos sociais, se eles, à medida que muitos de seus membros podem não identificar e reconhecer a figura dos emissores normativos, se apresentassem como potenciais atores desconfirmadores das autoridades, ignorando suas ordens e determinações, rechaçando a ligação comunicativa típica da relação sujeito-autoridade.

Em caso afirmativo, o controle aludido na obra de Michel Foucault restaria afetado – uma vez que, diante da aplicação de medidas de vigilância efetivas, o Estado conseguiria se resguardar e reagir na iminência ou presença de reações que afetam o posicionamento privilegiado da autoridade na dinâmica da aludida teoria do poder.

Isso não significa dizer que todos os movimentos sociais desconfirmem, necessariamente, a figura do editor normativo, quebrando a relação meta-complementar característica da flexibilidade que o discurso normativo detém. A problematização que se faz aqui se refere à possibilidade de alguns movimentos encerrarem em seus atos atitudes desconfirmadoras, já que a identificação integral com o desempenho do Estado não se mostra crível diante da atuação dos movimentos sociais.

É por essa razão que a ideia de obediência é importante, como forma de manter a figura da autoridade. Diante deste cenário, tem-se a rejeição à desconfirmação. Ela não é desconsiderada naquela figura da autoridade, apesar do relato da norma ser desobedecido, mas nesta sim²³¹.

De acordo com o acima apresentado, o triunfo dos movimentos sociais deve ser marcado por sua autonomia em relação ao Estado, pois sua identidade provoca o esvaziamento

---

²³⁰ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 100.

²³¹ Idem, ibidem, p. 101.

dos movimentos,²³² os quais reivindicam, muitas vezes, a supressão de omissões estatais! Não por acaso, a religião representou importante papel na formação dos movimentos sociais urbanos.

Diante de um cenário em que o Estado não se mostrava presente ou participativo, a Igreja encontra campo de atuação, representando muitas vezes o único veículo de participação das classes populares.²³³ A atuação da Igreja representa uma forma de relação de poder externa ao Direito, demonstrando uma das facetas das relações extrajurídicas que orbitam ao redor dos movimentos sociais, como propõe Balakrishnan Rajagopal em sua obra.²³⁴

A análise feita por este autor mostra-se interessante quanto à diferenciação entre os movimentos sociais e as organizações não governamentais (ONGs). Ele sublinha que muitas ONGs podem ajudar a formar parcelas de movimentos, mas não se confundem com eles em sua integralidade. Ademais, as ONGs possuem na maioria das vezes um corpo técnico mais especializado – o que permite a captação de recursos e doações em proporções superiores às dos movimentos sociais.²³⁵

A obra de Alberto Melucci mostra-se pertinente, mais uma vez, no sentido que o reconhecimento dos movimentos sociais não deixaria de representar o reconhecimento de elementos que enfraqueceriam a legitimidade do poder: “(...) os grupos dominantes tendem a definir os movimentos como simples resposta à crise. Admitir que sejam algo diferente seria reconhecer a existência de questões coletivas que atingem a legitimidade do poder e o uso dos recursos sociais.”²³⁶

Segundo o proposto por Melucci, os movimentos sociais podem ser de três tipos: movimentos reivindicatórios, movimentos políticos e movimentos antagonistas. No primeiro, conflito e ruptura têm espaço no “interior do sistema organizativo”, ou seja, recorrendo à já comentada pragmática jurídica, haveria desconfirmação dentro do próprio movimento; no

²³² NUNES, et JACOBI, op. cit., 1983, p. 54.

²³³ Idem, ibidem, p. 39.

²³⁴ RAJAGOPAL, op. cit. 2003, p. 235

²³⁵ Idem, ibidem, p. 261.

²³⁶ MELUCCI, op. cit., 2001, p. 34-35

segundo, combatem-se os desequilíbrios existentes no jogo político, visando melhorar a influência decisória dos atores dos movimentos; no terceiro, questiona-se a “produção social”, bem como os rumos a serem tomados a partir do desenvolvimento gerado pela produção de recursos pela sociedade²³⁷ – seria possível, nesse caso, fazer remissão ao trabalho de Boaventura de Sousa Santos conforme se mencionou no item 1.5.

Vale ainda destacar que Melucci afirma:

Produzir não significa mais transformar os recursos naturais e humanos em mercadorias para a troca, organizando as formas da produção, dividindo o trabalho e integrando-o no complexo técnico-humano da fábrica. Significa, ao contrário, controlar sistemas complexos de informações, de símbolos, de relações sociais.²³⁸

O “controle” acima mencionado permite, também, o estabelecimento de ligação com as ideias de Michel Foucault expostas no item 1.2 deste trabalho – ou seja, a vigilância sobre as relações sociais permite a manutenção dos interesses dos responsáveis pela vigília.

Ainda de acordo com esse autor, há características que permeiam as condutas e as formações das ações coletivas, dentre as quais, considera-se pertinente destacar, além da busca pela participação e da intervenção da mídia, que nem todas as lutas representam a mesma coisa – o que parece ser razoável, tendo em vista o escopo de cada conduta coletiva.

Entretanto, as aludidas formações não possuem foco intenso, de modo efetivo, no que se refere aos lastros do sistema político, de forma a serem muitas vezes impelidas a alcançar o efêmero poder imediato.²³⁹ O autor ressalta que a latência e a visibilidade são condições essenciais para os movimentos.²⁴⁰ Pode-se pensar se a aludida protuberância seria presente para aumento da força dos movimentos, ressaltando-se, em compasso com a lição de Tercio Sampaio Ferraz Junior (vide 1.3) que o poder não se confunde com força.

De acordo com Manuel Castells, citado na obra de Leda Maria Vieira Machado:

---

²³⁷ MELUCCI, op. cit., 2001, p. 41-42.

²³⁸ Idem, ibidem, p. 80.

²³⁹ Idem, ibidem, p. 82-84.

²⁴⁰ Idem, ibidem, p. 123.

(...) se as lutas urbanas não visam à produção de um *novo efeito qualitativo*, elas devem ser chamadas de *participação* ou de *movimentos de protesto*, mas nunca de movimentos sociais urbanos. Esses tipos de luta, participação, protesto, resultam na reprodução do sistema existente de relações sociais e não em transformações fundamentais. (...) Os movimentos de participação e de protesto podem se transformar em movimentos sociais apenas na medida em que forem capazes de incorporar formas externas de organização e de orientação política (...).”²⁴¹

Poder-se-ia estabelecer pontos similares entre o que expõe Boaventura de Sousa Santos e o trecho apresentado acima (vide item 1.5). Remissões às já mencionadas “diferenciação desigual” e “dominação” provocariam reflexões, tendo em vista que a primeira se ligaria à incorporação das formas de organização dos movimentos – colocando-os em evidência no tratamento oferecido e correspondendo às expectativas de seus membros. A segunda se ligaria ao já comentado núcleo do poder político estatal, de forma que a orientação política contribuiria para aproximação dos interesses destes movimentos no aludido núcleo.

Segundo Joel Handler, uma característica bastante pungente da atuação dos grupos sociais que lutam por mudanças deve residir na ideia de mobilização de recursos para que eles consigam atingir os objetivos idealizados. As habilidades para conquistar doações e investimentos e sensibilizar pessoas em posições estratégicas variam de acordo com o tamanho e o talento dos respectivos grupos.

De acordo com o que entende este estudioso, a movimentação dos referidos agrupamentos não deveria ser desordenada, pelo contrário, a racionalidade seria uma das tônicas para lograr êxito.²⁴²

Um ponto interessante relativo aos movimentos diz respeito ao conhecimento estratégico que envolve a dinâmica dos planos governamentais, bem como a priorização de projetos a serem desenvolvidos. Não por acaso Ottmann ressalta que os movimentos sociais dependem do aludido conhecimento. Ademais, apesar dos componentes dos movimentos

---

²⁴¹ MACHADO, op. cit., 1995, p. 34-35.

²⁴² HANDLER, Joel F. *Social Movements and the Legal system: a Theory of Law Reform and Social Change*. New York: Academic Press, 1978, p. 5.

serem dotados de grande conhecimento cultural, poucos dominam um conhecimento técnico proveniente de um estudo formal e racional.

Assim sendo, esse autor defende que o acesso às informações e conteúdos “privilegiados” seria o instrumento para que este abismo diminuísse,²⁴³ um avanço que pode ser verificado no final do mesmo texto, o qual retrata momento histórico posterior (a década de 1990, quando o texto foi escrito), indicando uma melhora na ruptura da elitização da linguagem administrativa, expondo que os movimentos possuem representantes nos órgãos governamentais, mostrando-se mais integrados e reconhecidos nos planos em que estão inseridos.²⁴⁴

Após a exposição acima feita sobre os movimentos sociais, a partir das visões de estudiosos, quanto às suas classificações, contextualizações e caracterizações, inicia-se a análise dos movimentos sociais e suas manifestações de poder.

3.2. Movimentos sociais: relevância e pertinência²⁴⁵

O texto constitucional preconiza a proteção a diversos objetos pelos quais lutam muitos dos movimentos sociais atualmente existentes. Dentre os exemplos encontrados na Constituição Federal de 1988, pode-se destacar, sem prejuízo de outros, a igualdade de gêneros entre homens e mulher (artigo 5º, I); a saúde, a moradia, a proteção à infância e a assistência aos desamparados – todos estes dispostos no “caput” do artigo 6º, e a assistência jurídica e integral aos necessitados, como forma de ampliar o acesso à justiça (vide art. 5º, LXXIV).

²⁴³ OTTMANN, op. cit., 1995, p. 189.

²⁴⁴ Idem, ibidem p. 205. Ademais, destaca Michael McCann (*Law and Social Movements*. Washington: Ashgate Publishing, 2006, p. xviii), referindo-se ao trabalho de John Brigham, que as linguagens política e legal permitem uma interpretação acerca dos movimentos sociais de forma a viabilizar discussões sobre seus propósitos numa acepção estratégica.

²⁴⁵ A presente pesquisa não tem por objetivo fazer a análise dos textos constitucionais e outros veículos normativos que prevêm conteúdos e disposições afetas aos movimentos sociais. Todavia, entende-se que a menção de tais referências mostra-se pertinente diante do contexto em que os movimentos atuam, da exposição da importância dos objetos previstos e do perceptível descumprimento de tais ditames.

A Constituição entendida como uma manifestação comunicacional permite nossa compreensão acerca do poder sob este aspecto, amparada nos ensinamentos do Professor Tercio Sampaio Ferraz Jr., já aludidos na exposição teórica sobre o poder no início deste trabalho. Assim, entender os movimentos sociais como veículo de materialização de anseios, possibilita entendê-los como instrumentos fundamentais para a perpetuação dos elementos que compõem a esfera do poder prevista constitucionalmente.

Por isso, considera-se que os movimentos sociais são extremamente relevantes para a materialização de muitos dos elementos previstos no ordenamento e que, todavia, não são atendidos a contento pelas autoridades estatais, o que permite, mesmo assim, que se veja aí uma das fortes ligações entre os movimentos sociais e o poder.

Observa-se, ainda, a possível desconfirmação da autoridade, na relação de poder estabelecida, em consonância com a ampliação da teoria acima aludida feita pela professora Mara Regina de Oliveira, conforme já foi exposto, implicando uma desconconsideração da autoridade por parte dos sujeitos.

O descumprimento dos preceitos relacionados ao suprimento dos déficits habitacionais, por exemplo, por parte dos governos estaduais e municipais, que provoca o surgimento dos movimentos sociais que têm por objetivo a moradia, negligenciando os ditames aspirados pelo constituinte, indica, sob certo aspecto, a rejeição e em muitos casos a desconfirmação da autoridade contida no Texto Maior.

Faz-se ainda pertinente dar destaque para o problema do abuso de poder, construído por Oliveira com base nos trabalhos do professor Tercio Sampaio Ferraz Junior, em termos pragmáticos. De acordo com a doutrina deste professor, o “problema da justiça”, no que tange a comunicação normativa, pode estar relacionado às comunicações defeituosas ou malogradas – as primeiras estão relacionadas ao abuso da comunicação, em que pode ser percebido, por

exemplo, a mentira; as segundas, caracterizam-se pela instauração de um paradoxo comunicacional, um “non sense”.²⁴⁶

Ferraz Junior postula que a injustiça provoca a “revogação” da relação de autoridade que é pautada pelo abuso. Ainda, como forma de se evitarem abusos, o reconhecimento das figuras, e respectivas diferenças, que compõem a relação comunicativa mostra-se relevante na preservação do cometimento a ser estabelecido entre sujeito e autoridade.²⁴⁷ De acordo com a lição da professora Mara Regina de Oliveira:

Estes defeitos, que implicam condições de abuso, aparecem no cometimento normativo, ou seja, ocorrem quando a relação de autoridade também comunica uma perversão do ato de falar. (...) Desde que exista uma mensagem normativa, onde a autoridade anule o próprio sujeito, de modo a destruir o sentido unificador do seu próprio existir, afirmaremos que houve um ‘abuso das condições de exercício protestativo da autoridade’. Esta mensagem será ‘defeituosa’ embora possa ser juridicamente válida.²⁴⁸

O problema que envolve a justiça liga-se à possibilidade das mensagens consideradas defeituosas serem repelidas e, não ao afastamento do malogro das comunicações – já que contradições e paradoxos são recorrentes em textos normativos e, que numa comunicação defeituosa o endereçado é aniquilado, extirpando, portanto, a relação meta complementar que caracteriza a relação autoridade/sujeito, em cujos traços deve haver a neutralização das desigualdades acima aventadas, através do exercício da violência simbólica.

Portanto, como destaca Oliveira, a afirmação dos endereçados normativos quanto à injustiça de uma norma implica desconhecimento ou ignorância da autoridade de quem é

²⁴⁶ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 114.

²⁴⁷ FERRAZ JR, Tercio Sampaio. *O Discurso sobre a Justiça*. In: *Estudos de Filosofia do Direito: reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito*. São Paulo: Atlas, 2002, p. 269-270. Ferraz Jr. sublinha que, numa situação de abuso, o sujeito é exterminado, coagido, e não controlado – conforme o que foi dito anteriormente (vide 1.3); para o autor, o poder não está ligado à “força”, mas ao “controle”. Ademais, neste ponto, reputamos relevante fazer remissão ao trabalho, já apresentado, do professor Tercio Sampaio Ferraz Jr., (2011) que no capítulo 4, expõe a pragmática, nos ajudando a compreender a percepção de injustiça – em razão de haver um abuso na comunicação no momento em que se instaura uma perversão na fala.

²⁴⁸ OLIVEIRA, op. supra cit, p. 115

proveniente a emissão normativa, ocasionando uma incômoda sensação para a autoridade – que vê seu papel e respectiva relação com o sujeito desconfirmados!²⁴⁹

Observa-se, ainda, que as injustiças consistem em formas de violência, de acordo com Paulo Cesar Endo:

A distribuição desigual de recursos, bens e serviços e a ratificação da desigualdade como fato corriqueiro e natural, banalizado e não violento, propõem que velhas versões da violência se tornem, paulatinamente, invisíveis, não só para os que as cometem, mas também para aqueles que sentem seus efeitos.²⁵⁰

Imagine-se o potencial aniquilamento dos movimentos sociais por parte dos governos como exemplo de situação comunicativa defeituosa, tolhendo a margem de atuação e liberdade que deve caracterizar a relação comunicacional sob a qual se assenta a teoria do poder à luz da obra de Niklas Luhmann,²⁵¹ já apresentada neste trabalho (vide ponto 1.1).

Segundo a professora Mara Regina de Oliveira, ao fazer uma análise da desconfirmação das normas jurídicas, ao se referir aos “países periféricos”, entendidos como aqueles que não estão no centro do capitalismo e cujo grau de desenvolvimento não é avançado: “Nos países periféricos, ocorreu uma crescente ampliação da complexificação social, porém de forma extremamente desigual, sem que daí surgissem sistemas sociais capazes de estruturar ou determinar adequadamente esta complexidade”.²⁵²

Certamente, o contexto acima desenhado, calcado na disparidade social, interfere no surgimento de movimentos sociais e nas manifestações de poder que os envolvem.

Neste cenário, desponta de modo bastante pertinente o trabalho de Marcelo Neves que afirma:

---

²⁴⁹ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência, e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006p. 114-115.

²⁵⁰ ENDO, op. cit. 2005, p. 26.

²⁵¹ OLIVEIRA, op. supra cit., p. 115.

²⁵² Idem, ibidem, p. 141.

Quanto à constitucionalidade, as dificuldades não se referem apenas à incompatibilidade de certos atos normativos dos órgãos superiores do Estado com dispositivos constitucionais (...). Por tudo isso, o texto constitucional não se concretiza como mecanismo de orientação e reorientação das expectativas normativas (...). Desmascarada a farsa constitucionalista, segue-se o cinismo das elites e a apatia do público.²⁵³

Uma relação bem consistente poderia ser estabelecida entre o conteúdo de Neves acima apresentado e as observações encontradas na obra de Boaventura de Sousa Santos, exposta anteriormente, quando se refere à manifestação da “diferenciação desigual” do poder, de forma que a Constituição, de acordo com o grupo que a maneja, pode ser utilizada como um instrumento de perpetuação do poder, assim como um mecanismo que permite a proteção dos interesses dos governantes em face dos demais.²⁵⁴

Este cenário permite também sublinhar outras formas de poder já apontadas por Sousa Santos, dentre as quais destacamos a “dominação”, cujo núcleo reside num poder político estatal, e a acentuação das “trocas desiguais”, característica de realidades em que uns são privilegiados em relação a outros.

Não devemos encarar a Constituição como algo rígido ou imutável, vez que o jogo do poder varia de acordo com o momento histórico e o contexto em que está inserido. Observe-se o que afirma Marcos Nobre em seu trabalho:

Nesse sentido, a CF também deixou de ser fetiche, o que é bom. É bom que uma Constituição não seja encarada com (*sic*) um texto sagrado, mas como um texto vivo que pode ser modificado, cujo sentido depende da disputa política. (...) Isso dependerá, em grande medida, da capacidade dos atores envolvidos em convencer os operadores do direito e a opinião pública da superioridade de suas posições.²⁵⁵

²⁵³ NEVES, op. cit., p. 159 -161.

²⁵⁴ No documentário “Notícias de uma guerra particular” (dirigido por Kátia Lund e João Moreira Salles, 1999), apesar de ter como cenário o Rio de Janeiro e não São Paulo, há um excelente retrato desta situação – o depoimento de um policial revela que a lei pode ser aplicada diferentemente, dependendo de quem for o agente do crime: se for uma pessoa desfavorecida socialmente, será duramente aplicada; se for alguém poderoso - ou seja, que pode influenciar em alguma esfera de interesse, a resposta legal será abrandada.

²⁵⁵ NOBRE, Marcos. “Indeterminação e estabilidade: os 20 anos da Constituição Federal e as tarefas da pesquisa em direito”. In: *Novos Estudos* n° 82. São Paulo: CEBRAP, 2008, p. 103 e 106.

Segundo os estudos do professor Campilongo, a atuação dos movimentos sociais está ligada a pontos frágeis da sociedade e, portanto, suscetíveis a críticas: “Os movimentos sociais fazem a crítica da sociedade. Logo, seus alvos são as lacunas, as inconsistências, as perversões, o mau funcionamento (...).”²⁵⁶

O mesmo professor, em uma nota de rodapé de sua pesquisa, comentando o que se propõe no trabalho de David Meyer e Sidney Tarrow, destacou:

MEYER e TARROW entendem que a sociedade contemporânea pode ser vista como ‘sociedade de movimentos sociais’, uma vez que os protestos têm se tornado atividade política comum e frequente nas democracias avançadas, promovidos por grande variedade de organizações e grupos, representativos dos mais diversos interesses. Indicam que o protesto social teria deixado de ser esporádico para tornar-se ‘elemento perpétuo’ da vida moderna e, em tempos mais recentes, teria sido incorporado como instrumento no campo da política convencional por meio da profissionalização e da institucionalização de demandas.²⁵⁷

De acordo com Maria da Glória Marcondes Gohn: “Atribui-se aos movimentos populares urbanos um papel de destaque no processo de transformação social, como novos agentes que buscam construir uma identidade coletiva, fundada nos interesses dos subordinados.”²⁵⁸

É evidente que os sistemas políticos adotados possuem imperfeições que precisam ser corrigidas e aparadas com as evoluções das sociedades, numa tentativa de moldar, ao menos teoricamente, o ordenamento às necessidades requeridas pelos grupos e pessoas que a compõem. Segundo os ensinamentos do professor Celso Fernandes Campilongo: “A modernidade trouxe as ideias de democracia representativa e de Constituição. A democracia constitucional pressupõe a separação entre os sistemas político e jurídico. Sem essa separação não existe democracia.”²⁵⁹

---

²⁵⁶ CAMPILONGO, op. cit. 2011, p. 91

²⁵⁷ Idem, ibidem, p. 31.

²⁵⁸ GOHN, op. cit. 1995,, p. 161.

²⁵⁹ CAMPILONGO, Celso Fernandes. “Governo representativo “versus” Governo dos juízes: a “autopoiese” dos sistemas político e jurídico”. In: *O direito na sociedade complexa*. São Paulo: Max Limonad, 2000, p. 82.

Assim, persegue-se um distanciamento entre os referidos sistemas como forma de garantir uma maior isenção nos processos envolvidos por estes, com o fito de alcançar o verdadeiro interesse existente por trás do cenário montado pela política e pelo direito. Não querendo dizer com isso que tais sistemas se repelem, mas que eles se complementam na busca pela concretização de ideias e ideais, isentando ou minimizando, na medida do possível, as interferências pessoais e a disputa pelo poder como forma de prestigiar alguns em detrimento de outros.

Da mesma forma, textos posteriores à promulgação da atual Constituição podem ser citados como exemplos, tal como a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que possui mecanismos de “vigilância” na gestão fiscal, acarretando sanções, como a não transferência de verbas, em caso de descumprimento de normas legislativas.²⁶⁰ Neste sentido fazemos remissão ao trabalho de Michel Foucault já apresentado, que defende o conceito de vigilância constante, como forma de submissão ao poder.

O direito à moradia, como um direito social constitucionalmente previsto deve ser posto em prática pelo Estado, de forma que seu descumprimento poderia implicar a imposição de medidas sancionatórias em virtude da sua inobservância. É mister destacar que a aplicação de recursos, especificamente na área da habitação, deve estar contida detalhadamente nos orçamentos e demais planejamentos dos órgãos da federação.

O volume investido certamente relaciona-se com o jogo de forças e poder que a discussão envolve, abrangendo elementos externos ao mundo jurídico, como, por exemplo, interesses pessoais que interferem na adoção de uma política ou no seu afastamento.

Exemplo recente de ação política no campo habitacional é o projeto capitaneado pelo Governo Federal denominado “Minha casa, Minha Vida”. Sem entrar no mérito do programa, cujo maior detalhamento será feito posteriormente, mas adiantando que representa um avanço, este projeto que teve seu lançamento no mês de março do ano de 2009, teve um implemento mais consistente no ano de 2010, coincidentemente no período de disputa pela sucessão do

---

²⁶⁰ Vide artigo 11, parágrafo único; 23, §3º, I e; 31, §2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

cargo de chefia do Poder Executivo Federal, sendo uma das plataformas da então candidata da eleita.²⁶¹

Ainda, João Paulo Bachur destaca em sua obra: “(...) a política até considera os efeitos de suas leis sobre os preços ou sobre a vida íntima das pessoas, mas as decisões coletivamente vinculantes são tomadas com base em relações de poder.”²⁶²

Neste ponto vislumbra-se mais uma ligação com a ideia relacionada à pragmática de poder, amparada nas lições de Mara Regina de Oliveira²⁶³, pois existe a possibilidade de serem tomadas eventuais reações contrárias àquelas pretendidas pelo editor normativo. Imagine-se, por exemplo, o que aconteceria se os projetos habitacionais não fossem postos em prática – confrontando-se com as previsões contidas nas leis que os autorizaram, indicando, sob certo aspecto, uma desconsideração da figura da autoridade, ou ainda, a patente ignorância das ordens que determinam que isso corra. Podem, também, haver reações que confirmem ou rejeitem o papel da autoridade, conforme obedeçam ou não, respectivamente, ao relato da norma, havendo nestes dois casos, entretanto, respeito e reconhecimento da autoridade e ao cometimento da norma.

Percebe-se que os movimentos sociais e a correspondente proteção de muitos dos seus objetos de luta e reivindicação envolvem aspectos relevantes relacionados ao poder. Suas manifestações, concretizações ou apenas inclusão simbólica no ordenamento – porque distantes da materialização – permitem análises sob diferentes focos e perspectivas. Vive-se atualmente em um ambiente absolutamente compartimentalizado e especializado, ou seja, fechado aos elementos estranhos à sua composição.

---

²⁶¹ A respeito desse assunto, pode-se consultar o artigo jornalístico divulgado no site notícias Terra (www.economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200912241616_ABR78634249) do ano de 2009, em que o então Ministro das Cidades, Márcio Fortes, confirma que o programa ora em comento “deslancharia” apenas no ano seguinte (2010). Ainda, encontramos a redação da Lei nº 11.977/09, que versa sobre o “Programa Minha Casa, Minha Vida”, dentre outros assuntos, e que diante da modificação introduzida pela Medida Provisória nº 514 de dezembro de 2010, no parágrafo único do seu artigo 2º, majorou os recursos a serem investidos no referido programa.

²⁶² BACHUR, op. cit., 2008, p. 5.

²⁶³ OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência, e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006 p. 100 e ss.

A luta para pertencer a um grupo, diante do aludido cenário, vai ao encontro daquilo que fora enfatizado por Niklas Luhmann, através de livre tradução vertida para a língua portuguesa: “Em sociedades segmentárias a inclusão é resultado de se pertencer a um de seus segmentos. Há possibilidades reduzidas de mobilidade e mínima possibilidade de sobreviver como cidadão fora de todo o ordenamento social”²⁶⁴

Adiante, serão dados destaques para: a interferência gerada pelo interesse econômico nos movimentos sociais e para os movimentos sociais por moradia e suas manifestações de poder, mais especificamente na cidade de São Paulo. Não se pode esquecer que o desenvolvimento de um agrupamento social dá-se dentro de um local e ambiente²⁶⁵, sendo a metrópole paulista o campo escolhido para ser explorado neste trabalho.

3.3. O Esforço pela moradia²⁶⁶

Inicialmente, reputa-se importante mencionar, em que pesem valiosas distinções assinaladas²⁶⁷, que neste trabalho, as expressões *moradia* e *habitação* serão tratadas como sinônimas, pois o objeto de apreciação relaciona-se à questão habitacional na capital paulista e, não centra a análise nos efeitos jurídicos nas searas administrativa e civil que o direito à habitação ou à moradia geram.

Explicam Nunes e Jacobi que o surgimento das metrópoles brasileiras (pode-se citar como expoente a cidade de São Paulo) ocasionou forte atração populacional para os seus centros urbanos acarretando o crescimento da demanda por serviços, o que não era atendido a contento por parte do Estado, fomentando o desenvolvimento de áreas distantes e desprovidas

²⁶⁴ LUHMANN, op. cit., 2006, p. 493. “En sociedades segmentarias la inclusión es resultado de pertenecer a uno de los segmentos. Hay posibilidades reducidas de movilidad y mínima posibilidad de sobrevivir como individuo fuera de todo ordenamiento social.”

²⁶⁵ MELUCCI, op. cit. 2001, p. 38.

²⁶⁶ O presente item e os subitens posteriores foram inspirados (tendo sido alguns trechos transcritos e aqui expandidos) com base no trabalho intitulado “Cidade de São Paulo: há espaço para todos? Uma reflexão sob a perspectiva da questão habitacional”, de autoria deste candidato, apresentado como forma de avaliação parcial para aprovação na disciplina “Movimentos Sociais e acesso à Justiça”, ministrada pelo Professor Celso Fernandes Campilongo, no curso de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no segundo semestre do ano de 2010.

²⁶⁷ SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. *Direito à moradia e de habitação: análise comparativa e suas implicações teóricas e práticas com os direitos da personalidade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 138-141.

de atenção e serviços, criando-se o que os autores chamam por “urbanização por expansão das periferias”.²⁶⁸

No Brasil, o direito à moradia, de acordo com o que explica Nelson Saule Jr., está encartado no sistema jurídico, em conformidade com disposições contidas em documentos e tratados internacionais subscritos pelo Estado, dentre os quais podemos citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo XXV, e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, no artigo 11, item 1, dentre outros²⁶⁹. Ademais, como já ressaltado anteriormente, a Constituição Federal de 1988, prevê em seu artigo 6º, “caput”, a moradia como um direito social.²⁷⁰ Ainda, recorrendo ao aludido trabalho de Saule, verifica-se que:

O outro efeito da obrigação do Estado Brasileiro, de promover e proteger o direito à moradia é de intervir e regulamentar as atividades do setor privado referente à política habitacional, como a regulamentação do uso e acesso a propriedade imobiliária, em especial a urbana, de modo que atenda sua função social(...).²⁷¹

De acordo com Felipe Pires Pereira ao versar sobre o Comentário Geral nº 4, do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas:

(...) a moradia é considerada adequada quando atende aos requisitos de segurança na posse, disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestrutura, custo acessível, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação geral. Ainda nos termos do referido Comentário Geral, o direito à moradia está submetido aos princípios da universalidade, não discriminação, interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos, e só pode ser considerado consistente quando precedido da disponibilização de remédios jurídicos voltados a sua justicialidade.²⁷²

²⁶⁸ NUNES, et JACOBI, op. cit., 1983, p. 35-37.

²⁶⁹ SAULE JR., Nelson. *Direito à cidade – Trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis*. São Paulo: Max Limonad, 1999, p. 122.

²⁷⁰ Ressalta-se que a exposição de conteúdos normativos relacionados ao tema da moradia tem o fito de funcionar como contraponto ao viés extrajurídico das relações de poder que o assunto envolve; ainda, a percepção do descumprimento das disposições legais propicia o aparecimento e o fortalecimento de manifestações de movimentos e grupos que envolvem relações extrajurídicas de poder como será adiante visto.

²⁷¹ SAULE JR., op. cit., 1999, p. 123.

²⁷² PEREIRA, Felipe Pires. *Meios alternativos de resolução de conflitos urbanos e justiciabilidade do direito fundamental social à moradia*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2011, p. 204.

Segundo Endo: “(...) a propriedade é a garantia da condição cidadina, a prova de que se é um habitante da cidade legal.”²⁷³

Assim sendo, percebe-se a importância que a temática da moradia possui (mesmo que não integralmente obedecida), uma vez que a inclusão do assunto no texto constitucional certamente liga-se a embates e discussões por parte do constituinte. No cenário internacional, os problemas relacionados à moradia fazem parte de um intenso campo de debates, por essa razão, os textos internacionais acima mencionados – o mais antigo deles é de 1948 – demonstram que esta preocupação não é recente²⁷⁴.

Saule explica que o direito à moradia não é excluído por outras leis infraconstitucionais nem por tratados internacionais de que o Brasil seja signatário, em obediência à disposição contida no art. 5º, §2º, da Constituição da República²⁷⁵. Ademais, assim como expõe o autor²⁷⁶, observa-se o artigo 183 da Constituição Federal que prevê hipótese de usucapião de área urbana de até 250 m², desde que ocupada por cinco anos ininterruptos para a moradia da pessoa ou de sua família, não podendo ser o beneficiário desta medida proprietário de outro imóvel – seja rural ou urbano.

Este dispositivo demonstra a relevância que a política urbana, relacionada à difusão da moradia, detém; além disso, mostra-se condizente com o valor da dignidade da pessoa humana que encontra em um local para morar o núcleo da segurança de suas relações e referências.

Determina o §1º do artigo acima mencionado que o título de domínio e a concessão de uso sobre a área usucapida será outorgado em benefício da mulher, do homem ou de ambos, o que demonstra correspondência com o artigo 5º, I, da Constituição Federal, mencionado no ponto anterior.

²⁷³ ENDO, op. cit., 2005, p. 49.

²⁷⁴ De acordo com os ensinamentos de Flávia Piovesan, a Declaração Universal dos Direitos Humanos não possui natureza jurídica de tratado, foi adotado sob forma de resolução pela Assembleia Geral das Nações Unidas – não tendo, portanto, força de lei; mas esta Declaração “tem sido concebida como a interpretação autorizada da expressão ‘direitos humanos’ (...) apresentando, por este motivo, força jurídica vinculantes.” In: *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 137.

²⁷⁵ SAULE JR., op. cit. 1999, p. 89.

²⁷⁶ Idem, ibidem, p. 87-88.

Todavia, o alcance do dispositivo acima destacado é pequeno, vez que os requisitos para a sua aplicação são bastante específicos diante da excepcionalidade da medida. A realidade demonstra que milhões de pessoas ainda vivem em condições precárias no Brasil²⁷⁷; difícil acreditar que alguém que viva em barracos de zinco ou cortiços superlotados e com padrões de higiene mínimos tenha contemplados seu direito de moradia e a adequada assistência estatal plenamente!

Segundo os estudos de Luciano de Souza Godoy, o direito de moradia é um direito da personalidade do ser humano, razão pela qual deve balizar as relações que o envolvem direta ou indiretamente.²⁷⁸ Ou seja, ferir o direito de moradia, seria, sob este aspecto, ferir um direito de personalidade inerente ao indivíduo, violentando, portanto, o prestígio que tais direitos têm.²⁷⁹

Os programas habitacionais antes do processo de industrialização do país na década de 1940 tinham pequena expressão; de tal sorte que o crescimento das cidades e a consequente atração da mão-de-obra proveniente das áreas rurais do país, conforme aventado anteriormente, requereu um olhar diferenciado para a questão habitacional.²⁸⁰

Não por acaso, os estudos de Maria da Glória Marcondes Gohn destacam que no início do século XX, os problemas mais pungentes eram os que envolviam a moradia e o transporte:

No caso da moradia a problemática aparecia nas péssimas condições dos *cortiços*, nos *aluguéis* exorbitantes e nas ações frequentes de *despejo* dos operários que moravam em vilas de propriedade dos danos das fábricas.

²⁷⁷ Segundo dados colhidos na página eletrônica do Governo Federal (www.info.planalto.gov.br/download/pdf/plano_nacional_de_habitacao.pdf), no dia 15 de abril de 2011, há um déficit habitacional de mais de sete milhões de moradias no Brasil.

²⁷⁸ GODOY, Luciano de Souza. *O direito à moradia como expressão da dignidade da pessoa humana: o acesso à casa própria por meio do mútuo imobiliário*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, tese de doutorado, 2002, p. 82.

²⁷⁹ Segundo o professor Cláudio Luiz Bueno de Godoy: “a inserção da dignidade como princípio constitucional fundamental, contida em preceito introdutório do capítulo dos direitos fundamentais, significa, afinal, adoção mesmo de um direito geral da personalidade, cujo conteúdo é justamente a prerrogativa do ser humano de desenvolver a integralidade de sua personalidade, todos os seus desdobramentos e projeções, nada mais senão a garantia dessa sua própria dignidade”. In: *A liberdade de imprensa e os direitos da personalidade*. São Paulo: Atlas, 2001, p. 30.

²⁸⁰ LEONARDO, Rodrigo Xavier. *Redes contratuais no mercado habitacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 45.

(...) No período de 1911 a 1914 ocorreram várias greves por causa dos aluguéis, custo de vida e especulação imobiliária.²⁸¹

Cumpre-se ressaltar que, na década de 1930, o período Vargas disseminou o entendimento de que os padrões mínimos de moradia deveriam ser providos pelo Estado. Com este discurso, aquele governo alavancou a política “clientelista” do período.²⁸²

Alguns momentos da história do Brasil revelam alguma atenção dispensada à população mais carente, como exemplo cita José Álvaro Moisés a primeira fase do “Janismo” (1953 a 1958) em São Paulo – o populismo encabeçado por Jânio Quadros necessitava do apoio das massas populares.²⁸³

Em 1964 houve a edição da Lei nº 4.380 – Plano Nacional de Habitação – que ficou popularmente conhecida como a Lei do Sistema Financeiro da Habitação. Esta foi uma tentativa²⁸⁴ do Governo Federal de equalizar os problemas habitacionais no país. Como observa Maria Paula Dallari Bucci, a referida lei representa um divisor de águas na política habitacional do Brasil.²⁸⁵

Todavia, diz o professor Hermes Marcelo Huck que não houve, nas três décadas posteriores à de 1940, a criação de um modelo que solucionasse o problema habitacional, não só no Brasil (e por consequência em São Paulo), como no resto do planeta.²⁸⁶

Importante também destacar que sob a égide da Constituição Federal de 1988 sobreveio a Lei nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da cidade, disciplinando a observância da função social da área pelo proprietário do imóvel urbano.²⁸⁷

---

²⁸¹ GOHN, op. cit., 1995, p. 163.

²⁸² OTTMANN, op. cit. 1995, p. 191.

²⁸³ MOISÉS, José Álvaro. “O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais”. In: MOISÉS, José Álvaro [et al.]. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.19-20.

²⁸⁴ Como bem observa BULGARELLI, Waldírio. *As cooperativas e o Plano Nacional de Habitação*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1966, p. 23.

²⁸⁵ BUCCI, Maria Paula Dallari. *Aspectos jurídicos do cooperativismo e das cooperativas de habitação no Brasil*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado. 1994, p. 62.

²⁸⁶ HUCK, Herms Marcelo. *Housing and development: an analysis of the Brazilian Model*. Estados Unidos: University of California, dissertação de mestrado, 1975, p. 21.

²⁸⁷ SAULE JR., op. cit. 1999, p. 110-111.

Recentemente o Governo Federal, sob a chefia do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, divulgou a criação de um programa habitacional denominado “Minha casa, Minha Vida”, cujo fito é corresponder ao anseio habitacional de expressiva parcela da população com renda de até dez salários mínimos, variando as formas de financiamento, alíquotas e isenções de acordo com o patamar de renda em que a família estiver inserida dentro da limitação acima exposta.²⁸⁸ Diante do curto espaço de tempo, ainda não se pode fazer uma avaliação consistente acerca da concretização do referido programa.

Paradoxalmente, em que pesem as tentativas de melhora, o Estado funciona muitas vezes como um dos atores da exclusão daqueles que não podem pagar por uma moradia nas regiões centrais e/ou residenciais das cidades, porque não consegue atender plenamente a demanda requerida:

O papel do Estado tem sido fator fundamental no processo espoliativo, em decorrência da orientação excludente na política de investimentos públicos, tornando gradativamente no responsável principal pela precariedade da população que cada vez mais estava sendo relegada a uma situação de moradores subalternos, sem direito ao usufruto das benesses da urbanização.²⁸⁹

Segundo as observações feitas por Pereira, a ideia de propriedade pode se relacionar a dois elementos, um deles funcional e o outro patrimonial. O primeiro liga o direito fundamental à propriedade ao direito de acesso à propriedade e ao patrimônio constituído; o segundo liga o direito de propriedade a uma faceta patrimonial.²⁹⁰

Entretanto, a conexão entre o direito à propriedade como um direito fundamental pode ser enfraquecida, quando não resguardar a dignidade da pessoa humana nem o direito a uma moradia digna. Nas palavras de Luciana Bedeschi:

---

²⁸⁸ Informações sobre o programa do Governo Federal oral em comento foram colhidas na página eletrônica: www.info.planalto.gov.br/download/pdf/plano_nacional_de_habitacao.pdf, no dia 15 de abril de 2011.

²⁸⁹ NUNES, et JACOBI, op. cit., 1983, p. 40.

²⁹⁰ PEREIRA, Felipe Pires. *Meios alternativos de resolução de conflitos urbanos e justiciabilidade do direito fundamental social à moradia*, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2011. p. 203-204.

A defesa da propriedade imóvel, vista sob o prisma da defesa de moradores, uma vez utilizada à exploração de cortiços, em detrimento do direito à dignidade humana e o direito à moradia digna de locatários e moradores vulneráveis e sem opção de moradia digna, não deve ser considerada como garantia fundamental.²⁹¹

A seguir, após a sedimentação da importância da moradia e dos movimentos sociais, serão apresentadas algumas manifestações do poder, tendo em vista que o exercício dos movimentos envolve aspectos internos e externos ao direito e mostram-se extremamente relevantes na possibilidade de obtenção de interesses e da perpetuação dos mesmos.

3.3.1. Movimentos e manifestações de poder

O professor Celso Fernandes Campilongo destaca que, segundo expressiva parte dos juristas, a efetiva acessibilidade à justiça consiste em um dos mais elementares requisitos dos que compõem os direitos dos homens²⁹². Não propiciar a concretização do acesso à justiça e o estabelecimento da habitação ferem diretamente o direito fundamental do cidadão de construir uma vida digna e amparada pelos valores preceituados pelo legislador pátrio.

Neste sentido, encontra-se também a lição de Nelson Saule Júnior e Maria Elena Rodrigues que defendem, em conformidade com o conteúdo apresentado no subitem anterior, que o direito de ter uma moradia é um direito humano, prestigiado, inclusive, por tratados e declarações internacionais, tal como a Declaração Universal de Direitos Humanos, datada de 1948, dentre outras não menos importantes, como já foi visto. Isto acarreta a impossibilidade de regressão das conquistas atingidas e a necessidade da intervenção do Estado para sua proteção, regulação e equilíbrio.²⁹³

Mesmo diante da importância da moradia e das previsões contidas no ordenamento e em tratados internacionais, observa-se muitas vezes que a realidade fática apresenta um nítido

²⁹¹ BEDESCHI, op. cit., 2010, p. 141.

²⁹² CAMPILONGO, Celso Fernandes. “Assistência jurídica e advocacia popular: serviços legais em São Bernardo do Campo”. In: *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, v. 41, 1994, p. 73 e ss.

²⁹³ SAULE JR., Nelson, RODRIGUES, Maria Elena. “Direito à moradia”. In: LIMA JR., Jayme Benvenuto, ZETTERSTRÖM, Lena (orgs.). *Extrema pobreza no Brasil – a situação do direito à alimentação e moradia adequada*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 111-112.

afastamento em face daquilo que fora pretendido, endossando a visão anteriormente exposta no sentido de que a Constituição Federal e as demais regras não são integralmente cumpridas e, muitas vezes, ignoradas, dentre diversos motivos, por interferências e interesses que o ordenamento não consegue prever e/ou captar.

Não é coincidência encontrar os dizeres de Saule Jr., em um sentido absolutamente díspar daquele previsto pelo legislador: “A situação econômica e social da maioria da população urbana pode ser vista através das condições inadequadas e degradantes nas favelas, bairros suburbanos, ou cortiços, habitações coletivas de aluguel.”²⁹⁴

Diante do panorama acima mencionado, pode-se perguntar se, em termos comunicacionais, à luz dos ensinamentos de Niklas Luhmann expostos inicialmente no item 1.1 deste trabalho, houve o cumprimento efetivo daquilo que se pretendia concretizar. Poder-se-ia talvez indagar alguma inconsistência na referida comunicação, uma vez que a habilidade em transmitir ações ou omissões pelos textos legislativos, nos sentidos acima assinalados, mostra-se prejudicada em face do afastamento do que foi preconizado e do que foi efetivamente sentido e concretizado.

Segundo os estudos de Leda Maria Vieira Machado, os movimentos sociais urbanos tornaram-se fonte relevante da transformação social, sobretudo, tendo em vista a polarização socioeconômica.²⁹⁵

Em um ambiente em que as necessidades de muitos não são atendidas, tal como foi demonstrado no trecho acima, emergem mecanismos alternativos que respondem, mesmo que paliativamente, aos anseios e necessidades daqueles não atendidos ou contemplados pelos modos ordinários. Segundo Marcelo Neves:

Em face da realidade discrepante, o modelo constitucional é invocado pelos governantes como álibi: transfere-se a ‘culpa’ para a sociedade desorganizada, ‘descarregando-se’ de ‘responsabilidade’ o Estado ou o governo constitucional. No mínimo, transfere-se a realização da

---

²⁹⁴ SAULE JR., op. cit., 1999, p. 63.

²⁹⁵ MACHADO, op. cit. 1995, p. 30-31.

Constituição para um futuro remoto e incerto. Ao nível da reflexão jurídico-constitucional, essa situação repercute ideologicamente, quando se afirma que a constituição de 1988 é ‘a mais programática’ entre todas as que tivemos e se atribui a sua legitimidade à promessa e esperança de sua realização no futuro (...).²⁹⁶

Questiona-se aqui, diante do fato da situação fática se distanciar muitas vezes daquilo que é preconizado e idealizado originalmente pelo texto legislativo, que este cenário reforça a não confirmação da autoridade que criou e aplica seu conteúdo, em termos pragmáticos – conforme discorrido no item 1.4 – visto que a norma se apresenta muitas vezes em descompasso com a realidade. Indaga-se igualmente, se o modo de aplicação das normas teria sentido, já que muitas vezes privadas de moralidade – destacando-se, segundo o que propõe o professor Tercio Sampaio Ferraz Junior, abordado no item 1.3 da pesquisa, que o direito privado de moralidade é sentido!²⁹⁷

Diante de dificuldades de acesso à justiça, fazendo remissão aos ensinamentos do Professor Campliongo acima expostos, bem como às necessidades postas pela dinâmica das interações sociais – que não são acompanhadas pelo oferecimento satisfatório de respostas às demandas, dentre as quais pode ser incluída a moradia – cria-se campo para o surgimento de direitos alternativos àquele posto pelo Estado e de novos sujeitos que atuam no âmbito destas searas inovadoras.

José Geraldo de Souza Júnior explica que:

(...) no curso da década dos anos 70, os movimentos sociais designam configurações sociais intra e interclassistas e a partir da elaboração de um quadro de significações culturais de suas próprias experiências, isto é, do modo como vivem suas relações, identificam interesses, constituem-se coletividades políticas, sujeitos políticos. Por isso, diz Eder Sader, “eles foram vistos, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas”.²⁹⁸

²⁹⁶ NEVES, op. cit., 1994, p. 160-161.

²⁹⁷ FERRAZ JR., op. cit., 2011, p. 335.

²⁹⁸ SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de. “Movimentos sociais – emergência de novos sujeitos: o sujeito coletivo de direito”. In: SOUTO, Cláudio; FALCÃO, Joaquim. *Sociologia e Direito: textos básicos para a Disciplina de Sociologia Jurídica*. São Paulo: Pioneira, 1999, p. 257.

Mais adiante, o autor afirma que a noção de sujeito está relacionada à consciência de uma identidade coletiva, bem como à aspiração de um projeto coletivo que propiciasse modificação social em decorrência das práticas adotadas pelo referido sujeito.^{299 300}

Isso é também impulsionado pelo fato de que os atores destes movimentos, muitas vezes, são relegados pelo Estado, havendo a necessidade de obter alguma resposta, visto que a pobreza acompanha grande parcela populacional da cidade de São Paulo:

Provados dos direitos garantidos por lei, são destituídos de identidades reconhecidas. Não têm figura, não têm nome, não têm lugar. Esses são os ‘pobres’. (...) a pobreza não é apenas uma condição de carência passível de ser medida por indicadores sociais (...). Isso significa dizer que a privação de direitos se projeta por inteiro nas formas de vida. (...) Pobreza e pauperismo se determinam por inteiro na trama de uma sociedade que nega direitos ou desfaz a sua eficácia possível na lógica de uma sociabilidade truncada que destitui o outro de seu estatuto de sujeito de interesses legítimos.³⁰¹

Nas palavras de Alberto Melucci:

A relação entre movimentos e sistemas de representação e de decisão é um nó crucial para as sociedades complexas. A capacidade das formas políticas de representação de recolher as demandas coletivas expressas pelos movimentos, transformando-as em decisões sem anular-lhe a autonomia; e a capacidade dos movimentos de dar-se formas de ação e de organização que supõem a mediação política, sem identificar-se com ela, são os desafios que podem tornar os conflitos em motores de transformação.³⁰²

Faz-se pertinente destacar o entendimento sobre “justicialidade” em conformidade com a pesquisa de Felipe Pires Pereira: “(...) é necessária a disponibilização de instrumentos de acesso à Justiça na política urbana com atribuição para solução extrajudicial de conflitos e

²⁹⁹ WOLKMER, op. cit., 2003, p. 257

³⁰⁰ Fazemos remissão às pertinentes observações destacadas pelos estudos de João Paulo Bachur, expostas no ponto 3.1. do presente trabalho.

³⁰¹ TELLES, Vera da Silva. *A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza – um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo*. São Paulo: Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 1992, p. 321 e 325.

³⁰² MELUCCI, op. cit., 2001, p. 94

legitimidade para propositura de ações individuais e coletivas, a exemplo da Defensoria Pública.”³⁰³

O espaço do pluralismo jurídico surge, segundo destaque feito por Souza Júnior aos ensinamentos de Boaventura de Sousa Santos:

Existe uma situação de pluralismo jurídico sempre que no mesmo espaço geopolítico vigoram, oficialmente ou não, mais de uma ordem jurídica. Esta pluralidade normativa pode ter fundamentação econômica, rática, profissional ou outra; pode corresponder a um período de ruptura social como, por exemplo, num período de transformação revolucionária; ou pode ainda resultar, como nas favelas, da conformação específica do conflito de classes numa área determinada da reprodução social – neste caso, a habitação.³⁰⁴

Pode-se entender o fenômeno do pluralismo como algo externo ao Direito produzido pelo Estado, pois sua previsão não está contida no ordenamento, além do seu processo de elaboração não seguir o mesmo trâmite relacionado à edição de normas emanadas dos poderes estatais.

Entretanto, os potenciais efeitos gerados pelo dito pluralismo podem repercutir na esfera jurídica tradicional: pode-se imaginar o caso em que os movimentos que lutem por moradia, conquistem, através da sua luta, um local para uma família morar – conferir-se-á o direito humano à moradia previsto pelo ordenamento. Neste sentido encontramos em tradução livre para o idioma pátrio:

Esta produção jurídica inovadora não se centraliza nos tribunais, nem nas assembleias legislativas nem nas faculdades de Direito, mas no seio da própria comunidade, onde se encontram os novos sujeitos sociais. (...) Se rompe com a configuração de que o direito emana somente da norma estatal (...).³⁰⁵

³⁰³ PEREIRA, op. cit. 2011, p. 205.

³⁰⁴ SOUZA JÚNIOR, op. cit., 1999, p. 261.

³⁰⁵ WOLKMER, Antonio Carlos. “Pluralismo jurídico: nuevo marco emancipatorio em América Latina”. In: GARCÍA, Mauricio; RODRÍGUEZ, César A. (Orgs). *Derecho y sociedad em América Latina: um debate sobre los estudios jurídicos críticos*. Bogotá: ILSA, 2003, p. 257. “Esta producción jurídica innovadora no se centraliza en los tribunales, ni en las asambleas legislativas ni en las facultades de derecho, sino en el seno de la propia comunidad, donde se encuentran los nuevos sujetos sociales. (...) Se rompe con la configuración de que el derecho emana solo de la norma estatal (...).”

Assim, percebe-se que elementos externos ao Direito não são necessariamente conflitantes com ele, e podem, inclusive, funcionar como forma de viabilizar realizações que o Estado não consegue ou não pode prover. Todavia, há situações fáticas que demonstram a agressão simbólica da figura estatal e sua respectiva autoridade.

Levantando-se a hipótese da ocupação de uma propriedade, sem que tenha havido anuência da municipalidade, ignorando os ocupantes as sucessivas ordens de despejo³⁰⁶, ou da sobreposição de interesses coletivos exercida pelo dinheiro, afastando a autoridade das previsões contidas no texto normativo.

Ao se falar de pluralismo, pode-se também estabelecer ligações com a já enunciada obra “O discurso e o Poder” de Boaventura de Sousa Santos (vide item 1.5), na qual há o autor discorre a respeito do pluralismo jurídico, que se relaciona, conforme se viu no primeiro capítulo, a um sentimento de que diversas ordens jurídicas existem e se manifestam no mesmo local.

Entretanto, ao contrário da possibilidade acima exposta sobre a caracterização do pluralismo, tratado nos parágrafos precedentes, a leitura da obra de Boaventura pode sugerir que o fenômeno do pluralismo não se mostra como algo eminentemente externo ao direito – pelo contrário: por acreditar que no próprio mundo jurídico há muitas contradições e pontos a serem sanados, neste universo o pluralismo pode existir.

Mas, destaca também o autor, ao discorrer sobre o assunto, sobre pontos externos de peso que interferem no aludido pluralismo, como, por exemplo, o papel e o desenrolar do modelo colonial na história brasileira – sendo, este elemento não necessariamente inserido no universo jurídico. O que é um ponto de aproximação com a noção acima sugerida como fonte de reflexão sobre o assunto.

---

³⁰⁶ Quem não se recorda da ocupação, alguns anos atrás, por dezenas de pessoas, de uma mansão localizada na parte nobre da Avenida Nove de Julho em São Paulo, no bairro dos Jardins, quase esquina com a Avenida Brasil (ao lado do Automóvel Clube)?

Fazendo remissão a outro ponto de estudo de Boaventura de Sousa Santos, igualmente abordado no item 1.5 deste trabalho, há trocas desiguais que permeiam e caracterizam a sistemática e dinâmica das relações atualmente vigentes, considerando-se que o dinheiro é, por muitos, confundido com o poder: ele proporciona a aquisição de bens e serviços necessários e desejados.

Não é novidade o abismo social existente no Brasil é retrato de profundas disparidades e causa e consequência de muitos malefícios enfrentados. Isso pode ser verificado pelo profundo problema habitacional enfrentado no país.

O professor Eduardo Bittar destaca o incentivo ao consumo como uma das facetas do cenário mundial instalado na denominada “pós-modernidade”³⁰⁷; sublinha que o estímulo ao consumismo cada vez mais exacerbado acarreta consequências e problemas e serem enfrentados pelos Estados:

A desintegração de características fundamentais que regiam o sistema social provocou profundo abalo nos modos de organização da vida, em suas diversas projeções. Não há que se negar que isto afetou de modo decisivo os modos pelos quais a sociedade lida com suas patologias. Na razão direta do aumento da criminalidade está o exacerbado fomento ao consumismo e à criação de uma sociedade profundamente determinada pela marca de fogo do capitalismo.³⁰⁸

---

³⁰⁷ Segundo o professor de História Moderna do Departamento de História da Universidade de São Paulo, Nicolau Sevcenko: “Pós-moderno, como está evidente, é um conceito que supõe uma reflexão sobre o tempo, antes de mais nada. (...) Trata-se antes de uma atitude nascida do espanto, do desencanto, da amargura aflitiva, que procura se reconstruir em seguida como uma alternativa parcial, desprendida do sonho de arrogância, de unidade e poder (...). O que antes era moderno agora se tornou pastiche, simulação, impostura (...). O pós-moderno sem dúvida traz ambiguidades – aliás é feito delas e deve ser criticado e superado. É isso que ele propõe: a prudência como método, a ironia como crítica, o fragmento como base e o descontínuo como limite.” – “O enigma pós-moderno”, In *Pós-modernidade*, Campinas: Editora da Unicamp, 1995, p. 45, 51 e 54. A pós-modernidade, em compasso com a lição de Roberto Cardoso de Oliveira é caracterizada, dentre outros elementos, pela ocorrência “no interior de sociedade pós-industriais, de sociedade informatizadas, nas quais as transformações tecnológicas sobre o saber parecem ter isso consideráveis” e que guardam intrínseca relação com a “pesquisa” e a disseminação de conhecimentos. – “A categoria de (des)ordem e a pós-modernidade da Antropologia”, In *Pós-modernidade*, p. 27. Entende-se, genericamente, a pós-modernidade como o panorama sócio-cultural compreendido na sociedade capitalista posteriormente à queda do Muro de Berlim; todavia, há autores que evitam a utilização desarazada da expressão ora em comento, como por exemplo Zygmunt Bauman – que entende ser atualmente bastante pertinente a terminologia relacionada à “liquidez” (característica da atualidade), ligando-a às incessantes e dinâmicas alterações e inseguranças que verificamos no período corrente (vide BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001).

³⁰⁸ BITTAR, op. cit., 2003, p. 133.

Pode-se perguntar como é possível viver atualmente na sociedade brasileira sem ter a sua disposição dinheiro suficiente, como forma de possibilitar o acesso a serviços de saúde, educação e moradia de qualidade? A dependência do ser humano capitalizado é tremenda, ou seja, está mergulhado no universo capitalista – com ou sem sua anuência – e ostensivamente vigiado, conforme as noções sobre o trabalho expostas por Michel Foucault, no item 1.2 – sem querer fazer aqui remição ao pensamento marxista, mesmo porque este não é o escopo da presente pesquisa.

O que se pretende mostrar aqui é a questão fática da importância do dinheiro na vida das pessoas, para a aquisição dos seus bens de consumo e serviços, inclusive uma moradia. Esse traço indica a extrema relevância do aspecto econômico no ambiente nacional, acentuado pelo caráter global em que está inserido, diante do crescimento de disputas e interferência, não mais somente endógenas, e também dos movimentos sociais que lutam, em muitos casos, quer na busca por um local para morar, quer para alcançar bens e serviços que o dinheiro pode propiciar e cuja falta os excluem socialmente.

As obras de arte que serão analisadas no quinto capítulo do presente trabalho ajudarão a ilustrar os fenômenos acima expostos, já que os recursos artísticos permitem a compreensão de elementos em patamares em que as palavras escritas encontram barreiras.

3.3.2. Movimentos e moradia na cidade de São Paulo

A luta por moradia acompanha a história da cidade de São Paulo, sobretudo a partir do século XX, como fruto do crescimento da cidade e de sua maior concentração populacional. Neste sentido, encontra-se a pertinente passagem do trabalho de Götz Ottmann, que ilustra o clima de tensão vivido entre a segunda e a terceira décadas do século passado na cidade, referindo-se o autor aos estudos de Nabil Bonduki, cujo trabalho será adiante referenciado:

Os primeiros sinais de mediação governamental entre o capital e as classes populares, visando à difusão do clima social altamente explosivo, propagaram novas soluções para o problema da moradia. A resultante autoconstrução de unidades de moradia em terra destinada pela Câmara

Municipal criou a primeira concentração espacial de moradia autoconstruída de baixa renda em São Paulo.³⁰⁹

Basta que se caminhe atualmente pelas ruas e avenidas da capital paulista, para se perceber quão acentuado está o problema relacionado à moradia – um considerável número de pessoas amontoa-se nas calçadas e marquises; famílias inteiras agrupam-se embaixo de pontes e viadutos; monumentos e fachadas de edifícios, inclusive públicos, são densamente ocupados ao anoitecer – quando o frenético ritmo e fluxo de pessoas diminuem.

Segundo os dizeres de Anderson, morador de rua na cidade de São Paulo, captados no documentário *À margem da imagem*³¹⁰: “É a sociedade que transmite violência para a rua (...). Não somos nós que botamos fogo na rua, é a sociedade que bota fogo no povo da rua.”³¹¹

Sob o olhar dos governantes e demais habitantes da cidade de São Paulo, observa-se a omissão estatal em prover, a contento, o direito à moradia – sublinhado como um direito social dos indivíduos.

Os centros urbanos cresceram exponencialmente e houve grande afastamento das parcelas mais pobres para as regiões periféricas³¹². Conforme destaque feito por Céline Sachs, na cidade de São Paulo não foi diferente: o oferecimento de moradias para as parcelas mais humildes não correspondeu à crescente demanda, de tal forma que a ocupação de áreas então periféricas da cidade aumentou, sobretudo a partir de 1940.³¹³

Segundo Bonduki, um dos componentes do problema habitacional não consistia na disponibilidade de terrenos para construir, mas na sua localização, afastados “para os padrões da época” dos locais de trabalho e desprovidos de serviços básicos e vias de comunicação.³¹⁴

³⁰⁹ OTTMANN, op. cit., 1995, p. 191.

³¹⁰ Dirigido por Evaldo Mocarzel, 2002.

³¹¹ 29’ 42’’.

³¹² MOISÉS, op. cit., 1982, p. 16.

³¹³ SACHS, Céline. *São Paulo: políticas públicas e habitação popular*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 69 e 71.

³¹⁴ BONDUKI, Nabil. “Crise da habitação e luta pela moradia no pós-guerra”. In: KOWARICK, Lúcio. *As lutas sociais e a cidade – São Paulo: passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 140. O autor ainda destaca (p. 141) o paradoxo atualmente verificado no sentido de que as pessoas no presente contexto desejam

Esse autor afirma ainda que o problema acima retratado foi agravado pelo congelamento dos valores dos alugueres, na década de 1940, fato que fomentou, como já mencionado, a ocupação das regiões mais baratas – porque periféricas – da cidade.³¹⁵ Da mesma maneira, ele ressalta³¹⁶ que a luta contra os despejos era um dos focos centrais dos conflitos entre locadores e inquilinos.³¹⁷ No mesmo sentido encontra-se a já citada obra de Götz Ottmann.³¹⁸

O crescimento urbano não é dissociado da industrialização de São Paulo. Este panorama mostra-se pertinente com a observação exposta na obra de Rajagopal de que o surgimento dos movimentos sociais, no contexto dos países de “terceiro mundo”, está relacionado com um conflito provocado pelo capitalismo.³¹⁹

Não se está fazendo aqui uma contraposição entre este e o comunismo – por não ser o objetivo do trabalho – mas fazemos essa observação como forma de demonstrar a alteração de um panorama provocado pela modificação dos modos de produção, mais especificamente em São Paulo, através da industrialização.

Dentre os fatores que contribuíram com o cenário urbano acima descrito, encontra-se a especulação imobiliária através da retenção de terrenos à espera de futura valorização por parte dos investidores, como demonstram Nunes e Jacobi³²⁰. Esse fato ajuda a agravar o problema habitacional nas grandes cidades como São Paulo.

---

apenas um lugar para morar, um terreno do tamanho e localização qualquer, desde que seja seu – ou seja, antes havia terra (periférica), hoje o que se quer é apenas uma terra – isso decorre do “rebaixamento das condições de habitação” a que o autor menciona, indicando que a população não mais possui referencia sobre o significado de “habitar em cidade”.

³¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 124.

³¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 130.

³¹⁷ Esta luta que remanesce, não estava centrada apenas na década de 1940 – não por acaso, conforme ressaltado no ponto anterior desta pesquisa, Adoniran Barbosa, no final de década de 1960, compôs “Despejo na favela” (o poeta, que retratava com extrema sensibilidade o cotidiano paulistano, expõe quão aflitivo é este persistente problema).

³¹⁸ OTTMANN, op. cit., 1995, p. 192.

³¹⁹ RAJAGOPAL, op. cit., 2003, p. 239.

³²⁰ NUNES, et JACOBI, op. cit., 1983, p. 38. Intrigante pensar-se que apenas com o triunfo dos especuladores e dos promotores imobiliários, muitas das regiões da cidade conseguiram atrair maiores investimentos por parte do poder público; para isso relegaram aqueles que foram expulsos ou forçados a saírem das áreas especuladas e

Neste sentido, pode-se verificar uma passagem pertinente no trabalho de Paulo Cesar Endo: “Trata-se de uma parte significativa da cidade e da população largada à mercê da especulação imobiliária, com o aval absoluto dos poderes públicos, aliás, indissociados dos interesses privados. Abandonavam-se tais áreas aos interesses privados, fazendo, dessa maneira, a partilha da cidade.”³²¹

A periferização de São Paulo provocou o surgimento de movimentos de bairros pobres da cidade, cujo escopo era a reivindicação de serviços urbanos para estas áreas desprovidas. É também importante mencionar o relevante movimento das Comunidades Eclesiais de Base – que buscavam a concretização dos valores cristãos, amparados na “teologia da libertação”.³²²

Ainda a respeito das periferias, a autoconstrução da própria casa nestes locais, possibilitada pela ajuda da comunidade e dos movimentos acima adotados, através do sistema de mutirão, fortalecendo os laços de solidariedade³²³ entre aqueles que não foram assistidos pelos insuficientes projetos governamentais de moradia, consiste em um elemento característico da habitação nas áreas menos privilegiadas da cidade.

Segundo Kowarick, “a solução mais importante do ponto de vista quantitativo na cidade de São Paulo é a autoconstrução (...)”.³²⁴

Para termos uma ideia numérica do crescimento populacional da capital paulista: em 1940, a população operária fabril e dos transportes na cidade de São Paulo girava em torno de 272 mil pessoas; em um intervalo inferior a 20 anos, em 1959, a mesma parcela populacional

---

desejadas pela fúria do mercado imobiliário – nesse sentido, pode-se ver também o seguinte trabalho: FIX, op. cit., 2007, p. 135.

³²¹ ENDO, op. cit., 2005, p. 56.

³²² BRANT, Vinícius Caldeira. “Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo”. In: SINGER, Paulo; BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, 1983, p. 209-210.

³²³ COSTA, Marcos Ferreira Guedes da. *Moradia: um direito fundamental*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2002, p. 156. Ainda sobre a solidariedade, encontramos a obra de Maria da Glória Marcondes Gohn, em que destaca os laços de solidariedade como um traço marcante das classes inferiorizadas (GOHN, M. G. M. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*, p. 167).

³²⁴ KOWARICK, op. cit., 1981, p. 64.

era composta por aproximadamente 831 mil pessoas – o que representa um aumento superior a três vezes o número inicial!³²⁵

Difícil dissociar a política habitacional de São Paulo daquela implantada pela Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB), também por causa de sua notória divulgação. Destaca Sachs que até meados da década de 1970 os trabalhos da COHAB-SP foram pautados por uma grande ineficiência; mais adiante, na primeira metade da década seguinte, mais de 72 mil unidades habitacionais foram produzidas – todavia, o número não acompanhou a crescente demanda e o ritmo acelerado da população urbana da capital paulista.³²⁶

Muito interessante mostra-se o trabalho de Luís Eduardo Wanderley que dá destaque à pesquisa de Maria da Glória Gohn, a qual apresenta as várias formas de organização e mobilização com o fito de conquistar a almejada moradia – dentre as quais podem se ressaltadas as seguintes lutas: “pelo acesso à terra e à habitação”; “pela posse da terra”; “dos inquilinos”; “dos proprietários pobres” (exemplo citado pela pesquisadora é a Associação dos Conjuntos da COHAB-Itaquera); no espectro dos processos de construção, inquilinos e favelados procuram outros meios para a construção de moradias.³²⁷

Os núcleos dos grupos e movimentos da cidade de São Paulo, dentre os quais aqueles que lutam por moradia, têm sua origem na confiança direta estabelecida entre os seus componentes. Muitos dos movimentos populares surgidos na metrópole paulistana têm sua composição formada através de diversos núcleos.³²⁸

---

³²⁵ Esses dados numéricos foram extraídos de: VINHAS, Moisés. *Operários e camponeses na revolução brasileira*. São Paulo: Fulgor, 1963, p. 39.

³²⁶ SACHS, op. cit. 1999, p. 98.

³²⁷ WANDERLEY, Luiz Eduardo. “As políticas urbanas e lutas pela habitação”. In: BÓGUS, Lucia Maria M., WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (orgs.). *A luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1992, p. 68- 69. Não se pode ignorar que estas movimentações constituíram formações alheias ao Estado e que elas encerravam redes internas de poderes e organizações que propagavam consequências no ambiente externo com o fito de atingir os objetivos desejados.

³²⁸ BRANT, op. cit., 1983, p. 14. Este autor ainda sublinha, em oposição à origem calcada na confiança entre os membros do grupo, que com o passar do tempo, em face da distância entre a “cúpula” e a “base dos movimentos” (acentuada com o crescimento dos movimentos sociais), a famigerada subordinação – negada no âmbito social – é reproduzida no campo interno destes grupos, havendo, portanto, facetas autoritárias em suas atuações. Contudo,

Durante anos, sobretudo no período da ditadura militar, a regra era “segurar a língua”³²⁹, ou seja, o contato e a dissipação de ideias dos movimentos sociais eram reprimidos. Contudo, a repressão exacerbada provocou a união e o estreitamento dos vínculos através de alianças informais estabelecidas por grupos, associações e movimentos que protestavam.³³⁰:

Os atos de resistência conjunta, nessas ocasiões, foram além do protesto defensivo e episódico. Eles tiveram por consequência o tolhimento do poder até então sem freios do governo e a demonstração de que a sociedade poderia, em determinadas condições, utilizar seus próprios meios para assumir a iniciativa política. (...) O contexto da chamada reabertura política não constitui mero esgotamento do período ditatorial (...). Ele revela certamente a disposição do governo de adaptar-se a uma realidade social (...).³³¹

Conforme o que relata em seu trabalho Gabriel de Santis Feltran³³², no final da década de 80 do século XX, o governo municipal administrado pela então prefeita Luiza Erundina despontou como um raio de esperança para diversos setores, dentre os quais aqueles que aspiravam por um modelo habitacional distinto e mais digno^{333 334}; casas eram construídas no regime de mutirões tocados pelas comunidades.

Posteriormente, com a derrota do Partido dos Trabalhadores na sucessão de Luiza Erundina, e a entrada de Paulo Maluf na administração municipal de São Paulo, houve uma profunda mudança no modelo até então adotado pela antiga prefeita – a construção de prédios populares, em um projeto denominado “Cingapura” distinto do sistema de mutirão, foi uma das grandes alavancas para a eleição do sucessor de Paulo Maluf – Celso Pitta, cujas ações

---

fator complicado, senão impossível, é encontrar uma forma de imunizá-los contra isto – fortificando, as contradições contidas nestas organizações. Idem, *Ibidem* p. 221-228].

³²⁹ BRANT, op. cit., 1983, p. 20.

³³⁰ Idem, *ibidem*, p. 23.

³³¹ Idem, *ibidem*, p. 24.

³³² FELTRAN, Gabriel de Santis. *Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo*. São Paulo: Lua Nova, 2007, p. 100-108.

³³³ Expressiva base eleitoral de Luiza Erundina era o Movimento de Defesa do Favelado (MDF).

³³⁴ Foi durante a administração da então prefeita Luiza Erundina que houve a aprovação da lei municipal nº 10.928/ 91, denominada popularmente por “Lei Moura”, tendo em vista o autor do projeto da referida lei ser o então vereador Luiz Carlos Moura. Seu texto dispõe, primordialmente, acerca das condições de habitação dos cortiços.

também eram bastante distantes daquelas postas em prática e desenvolvidas por Erundina na área habitacional.

Mesmo a prefeitura de Marta Suplicy³³⁵, também do Partido dos Trabalhadores, no início dos anos 2000, adotou um projeto habitacional diferente daquele sustentado durante a administração de Luiza Erundina.

Os sucessores (até os dias atuais) de Marta Suplicy na prefeitura da capital paulista seguiram, sob o aspecto ora analisado, uma orientação política similar entre eles. Atualmente, a prefeitura mantém diversos projetos paralelos relacionados à questão habitacional postos em prática pela Secretaria de Habitação.

Em acesso feito à página eletrônica da prefeitura da cidade de São Paulo encontraram-se os seguintes programas:

- *Cortiço*, iniciado em 2006, tem por objetivo trabalhar junto aos proprietários dos imóveis nesta situação, acarretando melhora das suas condições de moradia, observando-se as disposições da já mencionada Lei Moura;
- A retomada dos mutirões, projeto criado no início da década de 1990, conforme foi visto acima;
- *Urbanização de favelas* podendo-se citar como expoente deste programa a urbanização de “Paraisópolis”, sobre a qual faremos referência adiante;
- *Urbanização e regularização de loteamentos*, cujo foco são os loteamentos irregulares;
- *Regularização fundiária*, que trabalha a regularização de áreas municipais ocupadas irregularmente;
- *Mananciais*, iniciado em 1996 e, paralisado por quatro anos no início dos anos 2000, tem por objetivo a recuperação ambiental de favelas e loteamentos localizados nas áreas próximas às represas de Guarapiranga e Billings.

---

³³⁵ Durante a administração da prefeita Marta Suplicy entrou em cena a progressividade do Imposto Territorial Predial Urbano (IPTU Progressivo), com alíquotas superiores para os imóveis de maior valor.

Há ainda menção ao *sistema de informações da Secretaria de Habitação do Município de São Paulo* (Habisp), cujo trabalho consiste na reunião de dados relacionados à habitação na capital – segundo dados da Habisp, de março de 2008, o que indica que os dados atualmente podem ser maiores, na cidade de São Paulo existem 1565 favelas, 1152 loteamentos irregulares e 1885 cortiços!³³⁶

Em setembro de 2010 houve a publicação do Plano Municipal de Habitação da cidade de São Paulo, abrangendo o período entre os anos de 2009 e 2024, contendo diretrizes e metas. Todavia, talvez ainda seja cedo para ser feita uma avaliação concreta sobre a concretização dos seus objetivos. Em atualização divulgada em outubro de 2011 constam, na trigésima terceira página do aludido plano, que em 2009 aproximadamente 381151 domicílios estavam localizados em favelas na cidade de São Paulo e 80389 em cortiços!

Segundo dados do final de década de 1990, diante dos números acima expostos apresentados no Dossiê Fórum Centro Vivo – e que muito provavelmente aumentaram atualmente – cerca de 600 mil pessoas vivem em cortiços na cidade de São Paulo e outras 1,2 milhão em favelas espalhadas pelo município.³³⁷ Este retrato da situação demonstra a magnitude do problema habitacional da cidade de São Paulo e a consequente dificuldade de resolução ou minimização do mesmo.

Acentuando a paradoxal realidade paulistana, constata-se que nos últimos anos as áreas com maior infraestrutura (como a região central) perderam grande parcela de habitantes, ao passo que as regiões mais desprovidas de recursos ampliaram o número de pessoas ali

---

³³⁶ Informações colhidas em www.prefeitura.sp.gov.br/cidades/secretarias/habitacao/programas, em 25 de abril de 2011.

³³⁷ Dossiê Fórum Centro Vivo. *Violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas*. p. 9. – capturado no sítio eletrônico www.dossie.centrovivo.org/imagem/dossie_cd.pdf no dia 30 de novembro de 2010, às 10h 41 min.

instaladas.³³⁸ No mesmo sentido encontramos os trabalhos de Helena Menna Barreto Silva³³⁹ e Raquel Rolnik³⁴⁰.

Cumpra-se destacar que o famigerado déficit habitacional – ou seja, a não satisfação das necessidades populacionais da cidade São Paulo, no que se refere ao oferecimento de um espaço adequado para as pessoas e suas famílias habitarem – nem sempre deve ser o foco central dos esforços, como bem observa Fernando Mussa Abujamra Aith destacando que o *déficit de habitabilidade* pode se mostrar bastante relevante, uma vez que não está relacionado a uma *nova* moradia, mas à adequação daquelas já existentes em consonância com os elementos que compõem uma vida submetida a padrões dignos, disponibilizando-se o gozo de serviços de saneamento, infraestrutura e regularização documental.³⁴¹

Aflitivo é o pulsante panorama instaurado na cidade de São Paulo. No bairro no Morumbi, por exemplo, mansões térreas e suspensas estão localizadas ao lado de favelas, dentre as quais se destaca Paraisópolis – cujo nome faz alusão ao Paraíso – que atualmente passa por um processo de urbanização, conforme o que foi acima mencionado. O que distingue a favela das outras habitações é o modo ilícito de ocupar a área.³⁴²

---

³³⁸ FERREIRA, Luiz Paulo Teixeira. *O direito à moradia na constituição brasileira, o sistema de garantia na legislação e a experiência de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2006, p. 142.

³³⁹ SILVA, Helena Menna Barreto. *O centro de São Paulo: que futuro para a habitação?*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2000, p. 1.

³⁴⁰ ROLNIK, op. cit., 1981, p. 67.

³⁴¹ AITH, Fernando Mussa Abujamra. *O direito à moradia e suas garantias no sistema de proteção dos Direitos Humanos*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2001, p. 12.

³⁴² SACHS, op. cit., 1999, p. 87. Sobre a questão das ocupações ilícitas, entende-se pertinente destacar o papel do Estado quanto à omissão em coibir tal prática, bem como a sua responsabilização pela concretização das referidas invasões e ocupações; a respeito do assunto podem ser consultada a pesquisa de doutorado intitulada “Responsabilidade do Estado nas ocupações ilícitas” de autoria de Richard Paulro Pae Kim, defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo no ano de 2002; esse estudo conclui que a omissão estatal, desde que abusiva, assim como as condutas comissivas que propiciem invasões, gerariam responsabilidade ao ente estatal, já que o artigo 37, §6º, da Constituição Federal de 1988 preceitua a responsabilização objetiva. Ademais, as invasões poderiam configurar os delitos previstos nos artigos 161, §1º, II e 163, ambos do Código Penal, referindo-se, respectivamente, ao esbulho possessório e ao crime de dano; mas, não descarta a dificuldade de configuração prática de tais responsabilizações diante da insuficiência da implementação de políticas públicas correlatas ao assunto e da necessidade de implantação de programas habitacionais de reforma agrária (p. 195-197 e 202).

Definitivamente, São Paulo é uma cidade de contrastes: o rico e o pobre; o luxo e a miséria; o essencial e o supérfluo; o tudo ou o nada. Uma cidade que comporta os melhores hospitais, escolas e excelentes lugares para morar, conforto que, entretanto, atinge apenas pequena parcela de sua significativa população – muitos não conseguem ser amparados pelos programas de saúde, são analfabetos e não têm um lugar para chamar de seu.

Quase impossível imaginar uma pessoa desprovida de recursos econômicos que usufrui de serviços e produtos necessários, entre eles a moradia! Aos que defendem o amplo oferecimento desses serviços pelo Estado, pode-se propor, não adentrando a viabilidade prática e técnica, que isto seria potencialmente possível, mediante o pagamento de impostos, ou seja, através do dinheiro!

No dinamismo da competitiva e excludente sociedade da qual o Brasil e, acentuadamente São Paulo faz parte, a busca pela ocupação das cadeiras do poder e sua consequente manutenção provocam disputas extremamente acirradas e muitas vezes violentas – o que ajuda a demonstrar a grande importância do aspecto econômico no cenário nacional e a pertinência da luta pela moradia que, diante da demanda, se mostra escassa e concentrada.

A violência é um traço marcante da cidade de São Paulo. Ela é tão importante que não se pode aniquilá-la integralmente, pois ao redor da aludida violência, de acordo com os ensinamentos de Paulo Cesar Endo há “(...) uma rede imensa que se complexifica com muita rapidez”³⁴³.

Desenvolvendo mais suas idéias, este autor acrescenta: “A desigualdade social, que faz par com a violência na cidade é, ela mesma, multideterminada por diversos fatores que a mantêm, reproduzindo-se mutuamente e gerando ainda muitos intercruzamentos.”³⁴⁴

---

³⁴³ ENDO, op. cit, 2005, p. 24.

³⁴⁴ Idem, ibidem, p. 25.

Quantas pessoas, das que têm um lugar para morar na cidade de São Paulo, não vivem em espaços demasiadamente pequenos e inviáveis para o desenvolvimento saudável das crianças e a manutenção de vida salubre dos mais velhos?

A partir desta provocação, percebe-se que o problema habitacional não abrange apenas moradias, as quais devem possuir condições mínimas para que as pessoas vivam cercadas de serviços básicos e estruturas materiais que permitam o equilíbrio e a manutenção de seu bem-estar.

Discutir a questão habitacional na cidade de São Paulo faz com que nos voltemos para a atual conjuntura que cerca este problema. Mostram-se pertinente mencionar que recentemente ganha notoriedade, inclusive nos veículos de comunicação, o grupo denominado “Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto”, criado no final da década de 1990, que luta contra a “lógica perversa das metrópoles brasileiras” alegando que sobram terras e habitações nas cidades, mas que mesmo assim nem todos têm onde morar.³⁴⁵

Fica evidente a necessidade de ser alterada a mentalidade de que uma cidade moderna e arrojada é aquela que afasta de seu centro as parcelas mais pobres e necessitadas, para que dê lugar às modernas construções e centros comerciais. O modo de minimizar a acentuada exclusão provocada pela disparidade entre oferta e demanda habitacional é ampliar e melhorar o acesso do pobre à propriedade imóvel, pois o colocaria como um efetivo participante na discussão da política urbana e no consequente rumo a ser tomado.³⁴⁶

Acredita-se que haja espaço, não apenas físico, mas também político, para todos. Contudo, o espaço deve ser amparado por serviços e referências condizentes com as necessidades e expectativas humanas. Em contraposição, encontra-se o testemunho de uma freira (cujo nome não consta no documentário) que trabalha com moradores de rua na cidade de São Paulo:

---

³⁴⁵ Estas informações foram colhidas na página oficial do movimento: www.mtst.info, acessada nos dias 30 de novembro de 2010 e 26 de abril de 2011.

³⁴⁶ RHEINGANTZ, Eduardo. “A megalópole da periferia”. In: FREITAS, José Geraldo de. *Temas de direito urbanístico*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado - Ministério Público do Estado de São Paulo, 2000, p. 165 e 167.

Quando falamos que vamos tirar o povo da rua, tudo isso é uma fantasia (...) porque (...) não tem lugar fora da rua para esse povo, você tem que humanizar a rua e ele poder conviver no urbano – seja no cortiço ou numa área invadida! Nessa conjuntura (...), vamos tirar só se matar!³⁴⁷

Mas, crê-se, infelizmente, que estamos longe de encontrar uma solução que resolva por completo o problema de moradia na cidade de São Paulo, embasando o surgimento e o fortalecimento de grupos e movimentos que tenham esse objetivo como reivindicação. Entretanto, acredita-se que soluções intermediárias podem ser encontradas – quem sabe o reconhecimento, o incentivo e o trabalho em conjunto com os movimentos populares que lutam por moradia não auxiliariam no esboço de um novo cenário?

São Paulo, a metrópole dos extremos, deve investir mais não somente em moradia, como forma de minimizar as discrepâncias existentes na área, mas também em outros setores, tais como o educacional, a da saúde e o dos transportes. Tome-se como exemplo este último: uma malha de transportes públicos melhor estruturados e que atinja uma parcela maior de áreas e habitantes pode ajudar a levar para lugares mais distantes do centro e das áreas nobres serviços dignos e a facilitar o estabelecimento adequado e razoável das pessoas em mais áreas da cidade.

Indicando este o paradoxo paulistano, diz Kowarick:

A região da Grande São Paulo é o centro dinâmico do país. A produção industrial, o sistema financeiro, a renda *per capita*, enfim, qualquer indicador de pujança econômica apresenta-se com larga fatura quando comparado às outras áreas da sociedade brasileira. Contudo, permanecer no nível dessas constatações que traduzem, em última análise, o grau de desempenho econômico – mas não necessariamente qualidade de vida da população – significa revelar apenas um lado da questão e deixar de relacionar dois processos que frequentemente aparecem interligados: crescimento econômico e pauperização de vastas parcelas das classes trabalhadoras.³⁴⁸

³⁴⁷ Depoimento extraído do documentário *À margem da imagem*, de Evaldo Mocarzel (2002), 51' 32".

³⁴⁸ KOWARICK, op. cit., 1993, p. 33.

Os estudos expostos anteriormente sobre o tema, bem como a impressão dos habitantes da metrópole, que testemunham dia após dia a respeito das disparidades e os problemas de moradia³⁴⁹, sugerem que uma gestão de impacto no setor precisa ser posta em prática, a fim de que o problema habitacional, que atinge um enorme número de pessoas, seja – ou pelo menos comece a ser – adequadamente tratado e perdure ao longo das administrações, como forma de propiciar o desenvolvimento do programa e não sua ruptura com o mote eminentemente eleitoral.

A moradia de uma pessoa consiste no local em que se busca estabelecer e firmar vínculos materiais, simbolizados pela construção erguida, permeados pelos laços das relações familiares, indicando que não apenas aspectos jurídicos devam ser levados em consideração! Ademais, os movimentos que lutam por moradia deveriam ser vistos como grupos que lutam por um direito fundamental. Razão pela qual o acesso à almejada justiça deve ser facilitado, como forma de garantir um direito inerente ao ser humano.

Este acesso não se refere apenas às medidas centradas no Poder Judiciário, mas ao Estado – como essencial elemento da Administração Pública – em suas diversas esferas de atuação. Quem sabe assim, a almejada harmonia não seria, então, contemplada através do respeito ao direito humano à moradia?³⁵⁰

Ressalta-se que o acesso à justiça não significa eliminar as considerações relacionadas às manifestações extrajurídicas de poder emanadas dos movimentos sociais; interesses particulares continuarão a existir, interferências políticas e econômicas persistirão, mas acredita-se que o referido acesso facilitaria o debate sobre a matéria e provocaria reflexões que permitam avanços e até a conquista do objeto desejado: a moradia.

---

³⁴⁹ Lembremos da ocupação, organizada pelo “Movimento dos Trabalhadores Sem Teto”, no mês de novembro de 2010, por dezenas de famílias que acamparam nas calçadas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo porque não tinham onde morar e reivindicavam a tomada de alguma providência para sanar o problema de moradia.

³⁵⁰ Não por acaso, José Eduardo Faria (1992, p. 15), Balakrishnan Rajagopal (2003, p. 245-246) e Nelson Saule Jr. (1999, p. 63 e seguintes) ligam a atuação dos movimentos sociais aos direitos humanos. O direito à moradia, objeto de luta de movimentos sociais na cidade de São Paulo, pode, como exposto, ser entendido como um direito inerente ao homem, devendo, como um Direito Humano, ser prestigiado, observado e respeitado.

Quanto ao enquadramento dos movimentos – que têm por objetivo uma moradia na cidade de São Paulo – nas classificações teóricas sobre os movimentos sociais apresentadas no item 3.1., há dificuldade de ser feita uma compatibilização segura e estanque diante das peculiaridades dos momentos históricos em que eles atuam, bem como das especificidades dos movimentos paulistanos.

O que se pretende afirmar é a correlação entre os movimentos por moradia na capital paulista, o crescimento da cidade e a escassez de oferecimento de locais dignos em regiões servidas por serviços adequados a um custo acessível, não conseguindo o Estado desempenhar a contento esta tarefa. Ainda, como um direito que prestigia a dignidade humana, a moradia encerra um fator essencial para a o estabelecimento de bases que possibilitam o adequado desenvolvimento das pessoas e grupos.

Os movimentos sociais envolvem, portanto, relações de poder que determinam suas condutas, ou ao menos interferem nesses procedimentos. Acerca das aludidas relações também se tenta refletir artisticamente com base nas obras que serão apresentadas no quinto capítulo.

4. ABORDAGEM ESTÉTICA DA QUESTÃO HABITACIONAL NA CIDADE DE SÃO PAULO

No primeiro capítulo da presente pesquisa abordam-se diferentes visões teóricas sobre o poder, sublinhando pontos convergentes e divergentes entre os aspectos destacados pelos respectivos estudiosos. Nas obras a serem analisadas no próximo capítulo, que abordam a temática relacionada à questão da moradia na capital paulista, procuraremos destacar também a presença do poder, bem como as conseqüências geradas pelo reflexo dessa presença.

Assim, será reforçada a ligação – permeada pelas artes – entre os capítulos precedentes que abordam o poder, seus traços na realidade brasileira e especificamente na cidade de São Paulo e os movimentos sociais, principalmente aqueles que buscam uma habitação nesta cidade.

Segundo a professora Mara Regina de Oliveira, existe uma: “(...) clareza, a inegável relação existente entre direito e poder, que afeta todo e qualquer sistema jurídico, ainda que ela se manifeste de forma diversa em cada sociedade.”³⁵¹

De acordo com Alberto Melucci: “a pesquisa é uma prática de observação que coloca em relação ação, linguagem e vida cotidiana dos sujeitos.”³⁵²

As escolhas das artes cinematográfica e musical, na presente pesquisa, deram-se por afinidade, apreço e, sobretudo, pelo fato destas modalidades artísticas permitirem um sentir conjunto – ou seja, provocado pelo estímulo lançado no mesmo momento para todos a que estão expostos a esse sentimento – mesmo que as sensações decorrentes da aludida provocação sejam distintas em cada pessoa, ao contrário do que ocorre com uma tela pintada, que requer uma experiência mais solitária e individualizada³⁵³.

---

³⁵¹ OLIVEIRA, Mara Regina de. *Cinema e Filosofia do Direito: um discurso sobre a crise de legitimidade jurídica brasileira*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 17

³⁵² MELUCCI, Alberto. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultural* (Trad. Maria do Carmo Alves Bonfim), Petrópolis, 2005, p. 40-41.

³⁵³ BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e histórias da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996, p. 188.

Neste sentido: “O pintor observa em seu trabalho uma distância natural entre a realidade dada e ele próprio, ao passo que o cinegrafista penetra profundamente as vísceras dessa realidade³⁵⁴”. Ademais, o cinema é das artes uma das mais meticulosas e primorosas, uma vez que elaborada em etapas que podem ter suas imperfeições corrigidas³⁵⁵.

Estética, segundo os gregos, consistia na ciência da percepção³⁵⁶. Assim sendo, procurar-se-á neste capítulo demonstrar a valia e relevância das recepções sensoriais através do cinema e da música – recursos artísticos muitas vezes usados conjuntamente – propiciando uma análise mais sensível e consistente dos movimentos sociais por moradia – já que as interpretações do poder através do direito ou das artes, e através do próprio poder em si, alcançam resultados e perspectivas distintas.

Herbert Marcuse trouxe a seguinte definição de estética: “Podemos tentar definir a ‘forma estética’ como o resultado da transformação de um dado conteúdo (facto actual ou histórico, pessoal ou social) num todo independente: um poema, peça romance, etc.”³⁵⁷

A definição de Benjamin é complementada por aquela trazida por Marcuse, uma vez que as duas sustentam, no que se refere à estética, a captação de emoções e fatos – transformados, de acordo com a segunda, em conformidade com a percepção e sensibilidade do indivíduo, em diferentes manifestações e obras.

Conforme exposto anteriormente, acredita-se que as artes auxiliam na superação de barreiras impostas pelo universo jurídico, de forma que a utilização dos recursos artísticos acima aventados permitirão uma análise mais profunda das músicas e filmes a serem abordados no capítulo posterior.

---

³⁵⁴ BENJAMIN, op. cit., 1996, p. 187

³⁵⁵ Idem, ibidem, 175

³⁵⁶ Idem, ibidem, 194

³⁵⁷ MARCUSE, Herbert. *A dimensão estética*. São Paulo: Martins Fontes, 1981, p. 21.

Nesta esteira de superação provocada pelas artes, encontram-se as seguintes passagens extraídas da obra de Herbert Marcuse: “Assim, a arte cria o mundo em que a subversão da experiência própria da arte se torna possível (...).”³⁵⁸; “A arte submete-se à lei do dado concreto, ao mesmo tempo em que a transgride.”³⁵⁹ e; “E a obra de arte é bela na medida em que opõe a sua própria ordem à da realidade (...).”³⁶⁰

Importante destacar que não se tem a pretensão de reproduzir fielmente a realidade, suas mazelas e belezas, através dos recursos e obras artísticas selecionadas. Isso seria, inclusive, missão impossível, pois mesmo a mais detalhada reprodução artística não passaria de uma cópia – estaria desprovida do “aqui e agora”³⁶¹ do momento em que a cena na obra original, por exemplo, é capturada da realidade.

De acordo com Herbert Marcuse, há que ser destacada a separação entre a “arte” e a “vida”; assim, há dificuldade no esforço do artista de fazer da arte a expressão direta da vida³⁶². Neste sentido, também se pode observar a seguinte passagem de Walter Benjamin, destacando que o objeto reproduzido, ao ser atualizado, tem sua autenticidade enfraquecida e que a “aura” consiste na figura singular³⁶³, na existência única e peculiar do objeto observado: “(...) o que se atrofia na era da reprodutibilidade técnica da obra de arte é sua aura. (...) Na medida em que ela [a técnica da reprodução] multiplica a reprodução, substitui a existência única da obra por uma existência serial.”³⁶⁴

De acordo com o trabalho de Ismail Xavier, a partir do início do século passado, a vertente perpetrada pela indústria do cinema norte-americano busca histórias de fácil assimilação e identificação, através da reconstrução da realidade alicerçada pelo seu controle³⁶⁵.

---

³⁵⁸ MARCUSE, op. cit., 1981, p. 20

³⁵⁹ Idem, ibidem, p. 23

³⁶⁰ Idem, ibidem, p. 71

³⁶¹ BENJAMIN, op. cit., 1996 p. 167.

³⁶² MARCUSE, op. cit., 1981, p. 59.

³⁶³ BENJAMIN, op. cit., 1996, p. 170.

³⁶⁴ Idem, ibidem, p. 168

³⁶⁵ XAVIER, Ismail. *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 41.

A respeito da reprodução da realidade, acima aludida, observe-se a seguinte passagem de Jean-Claude Bernardet: “Enquanto dura o sonho, pensamos que é verdade. Essa ilusão de verdade, que se chama impressão de realidade, foi provavelmente a base do grande sucesso do cinema.”³⁶⁶

E ainda, de acordo com Benjamin: “Retirar o objeto do seu invólucro, destruir sua aura, é a característica de uma forma de percepção cuja capacidade de captar ‘o semelhante no mundo’ é tão aguda, que graças à reprodução ela consegue captá-lo até no fenômeno único.”³⁶⁷

Exemplo atual desta tentativa de preservar ao máximo a “aura” da obra pode ser vista no desenvolvimento de tecnologias que visam reproduzir da maneira mais real possível os objetos reproduzidos – os mecanismos de terceira dimensão, em que o objeto visto pode ser virtualmente sentido e quase apalpado mostra esta busca da reprodução se aproximar do real.

Mas, mesmo em face das perdas decorrentes das reproduções, acredita-se que nem por isso os filmes e músicas percam integralmente o seu valor, pelo contrário. O cinema e a música, diante do enorme potencial que os caracteriza, mesmo teoricamente “enfraquecidos” em virtude das reproduções que lhe são típicas, continuam a ser fontes valiosas para a contraposição e análises das teorias traçadas nos capítulos anteriores deste trabalho.

A reprodução é inerente à arte cinematográfica especialmente: “A difusão se torna obrigatória, porque a produção de um filme é tão cara que um consumidor, que poderia, por exemplo, pagar um quadro, não pode mais pagar um filme. O filme é uma criação da coletividade.”³⁶⁸

Há no cinema uma origem burguesa, razão pela qual, muitos dos seus valores foram disseminados e reproduzidos pela sétima arte: “A burguesia pratica a literatura, o teatro, a música, etc., evidentemente, mas essas artes já existiam antes dela. A arte que ela cria é o

---

³⁶⁶ BERNARDET, Jean-Claude. O que é cinema. São Paulo: Brasiliense, 2006., p. 12

³⁶⁷ BENJAMIN, op. cit., 1996 p. 170

³⁶⁸ Idem, ibidem, p. 172.

cinema. Não era uma arte qualquer. Reproduzia a vida tal como ela é – pelo menos essa era a ilusão.³⁶⁹

E ainda:

Outro fator que possibilitou a implantação do cinema como arte dominante é uma característica técnica: o fato de ser possível tirar cópias. (...) Esse fenômeno permite que o mesmo produto – o filme – seja apresentado simultaneamente numa quantidade em princípio ilimitada de lugares para um público ilimitado³⁷⁰.

Walter Benjamin destaca que é diante do aparelho que reproduz a película cinematográfica que a massa aliena-se da sua humanidade³⁷¹. Marcuse, por sua vez, sublinha que “a ficção cria a sua própria realidade que permanece válida mesmo quando negada pela realidade estabelecida”³⁷².

Houve na década de 1940 uma ruptura com a arte cinematográfica até então produzida, voltada para universos prosaicos e de pouca densidade reflexiva:

O início desse movimento de renovação que se dá no nível da temática, da linguagem, das preocupações sociais e das relações com o público, pode ser datado de 1945, quando começa o Neo-Realismo italiano. (...) Realizam-se filmes voltados para a situação social italiana, rural e urbana, do pós-guerra. (...) Os cineastas voltam-se para o dia-a-dia de proletários, camponeses e pequena classe média. (...) No Brasil, esses filmes e idéias encontraram terrenos particularmente receptivos (...) procuravam uma estética e temática expressivas da situação de subdesenvolvimento do país, um cinema voltado para a questão social e os oprimidos, e capaz de fazer a críticas desse sistema social³⁷³.

Pode-se questionar aqui, se esta nova visão acima evidenciada pelo cinema nacional, teria sido a mola propulsora que permitiu e influenciou, direta ou indiretamente, a produção de inúmeras obras que trabalham fora do eixo eminentemente comercial, que provocam a discussão acerca de questões conflitantes que abalam as sociedades – os filmes que serão

³⁶⁹ BERNARDET, op. cit., 2006, p. 15

³⁷⁰ Idem, ibidem, p. 23

³⁷¹ BENJAMIN, op. cit., 1996, p. 179.

³⁷² MARCUSE, op. cit., 1981, p. 37 e 38.

³⁷³ BERNARDET, op. cit., 2006, p. 93-95.

analisados aqui, por exemplo, e que denunciavam sérios problemas enfrentados nas cidades brasileiras, não fazem parte do circuito comercial.

De acordo com uma nova linguagem concebida pelo do Cinema Novo, iniciada pela renovação acima aludida, para a sétima arte:

Os filmes não são concebidos como meros divertimentos, mas como meros divertimentos, mas procuravam levar ao público uma informação, quer seja a respeito do assunto de que tratam, quer seja pela linguagem a que recorrem, a qual tende a se diferenciar nitidamente do espetáculo tradicional. Embora certas normas sejam respeitadas, como a duração aproximada de uma hora e meia de projeção (...). No entanto, não se procura agradar indiferentemente a qualquer público³⁷⁴.

Pretende-se, com as obras a serem expostas no capítulo seguinte, trazer uma reflexão crítica e não reacionária da realidade, sendo as obras cinematográficas selecionadas, por não fazerem parte do circuito eminentemente comercial, bons instrumentos para a aludida reflexão crítica e para o contraponto com a teoria abordada – neste sentido, busca-se seguir o que propõe Walter Benjamin: “(...) transformações sociais muitas vezes imperceptíveis acarretam mudanças na estrutura da recepção”³⁷⁵.

Bernardet ressalta a visão crítica que o cinema pode possuir, faceta que se adequa à nossa linha investigativa, no que se refere à análise das obras artísticas selecionadas, sob um viés crítico e que expõe a complexidade e ambiguidade da realidade em que o homem vive.

Elas estabelecem a possibilidade de dar voz àqueles que vivem à margem da sociedade e que por muitos são ignorados ou despercebidos: “O cinema, como toda área cultural, é campo de luta, e a história do cinema é também o esforço constante para denunciar este ocultamento e fazer aparecer quem fala”³⁷⁶.

---

³⁷⁴ BERNARDET, op. cit., 2006, p. 104.105

³⁷⁵ BENJAMIN, op. cit., 1996, p. 185.

³⁷⁶ BERNARDET, op. cit., 2006, p. 20.

Benjamin expõe, ainda, que: “No que diz respeito ao cinema, os filmes de atualidades provam com clareza que todos têm a oportunidade de aparecer na tela. Mas isso não é tudo. Cada pessoa, hoje em dia, pode reivindicar o direito de ser filmado”³⁷⁷.

Apesar da obra de Benjamin ora em destaque ter sido escrita muitas décadas atrás, percebe-se quão atual e pertinente é na situação presente. Isto porque, diante dos documentários de Evaldo Mocarzel, que evidenciam parcelas e grupos populacionais desprivilegiados da cidade de São Paulo, pode-se perguntar se estes trabalhos do diretor, que serão analisados a seguir, não seriam exemplos destas vozes existentes no corpo social que clamam por atenção e exposição! Assim como as músicas de Adoniran Barbosa, cujos gritos de parcela pobre da população da cidade de São Paulo ecoam em muitas de suas letras.

A percepção estética da questão habitacional na cidade de São Paulo em si não tem por objetivo – o que seria pretencioso – mudar o mundo. Mas, acreditase, em consonância com os ensinamentos de Herbert Marcuse³⁷⁸, que as artes podem contribuir para que a referida mudança seja implementada ou, ao menos, motivada e iniciada.

Ainda, de acordo com os ensinamentos de Marcuse, para uma obra de arte obter relevância política, exercendo interferência nas estruturas da sociedade e concretizando sua função social, há que se observar a forma estética. A qualidade estética e a tendência política mantêm uma profunda relação³⁷⁹.

Mostra-se também relevante a tentativa de evidenciar o papel do documentário, diferenciando-o do universo fantástico e muitas vezes ilusório de outras criações cinematográficas. Em compasso com as palavras de Jean-Calude Bernardet: “O cinema dá a impressão de que é a própria vida que vemos na tela, brigas verdadeiras, amores verdadeiros”³⁸⁰.

---

³⁷⁷ BENJAMIN, op. cit., 1996, p. 183.

³⁷⁸ MARCUSE, op. cit., 1981, p. 42.

³⁷⁹ Idem, ibidem, p. 60

³⁸⁰ BERNARDET, op. cit., 2006, p. 12.

Entretanto, quando se trata de documentários o compromisso de seus realizadores não é apresentar uma criação superlativa ou ficcional – procura-se expor facetas da vida e da natureza de forma fidedigna, possibilitando-se a reflexão sobre o tema abordado a partir de exposição dos fatos que abordam a complexidade das relações humanas e dos outros elementos da natureza.

Bernardet também sublinha que “a imagem cinematográfica não reproduz realmente a visão humana”³⁸¹, lembremos também que “(...) se diz que o cinema reproduz o movimento da vida. Mas sabe-se que não há movimento na imagem cinematográfica.”³⁸². Todavia, em um documentário procura-se maior aproximação com a realidade por ele evidenciada – certo que a realidade, também através de documentários, retrata circunstâncias fáticas que com ela não podem ser confundidas, pois apenas aqueles que estão presentes no momento das filmagens do documentário poderiam dizer que vivenciaram a efetivação dos fatos e construções mostrados.

Deve-se mencionar a lição de Julio Cabrera: “o que distingue os conceitos-imagem dos conceitos-imagem da literatura ou da filosofia é uma diferença técnica e não estritamente de natureza.”. O recurso visual dos documentários e dos filmes utiliza sons e imagens em movimento. Neste sentido, depende-se da qualidade do trabalho do documentarista, responsável por agrupar tempos e espaços, e cuja função primordial é conseguir aproximar o espectador, com maior intensidade, das sensações e constatações acerca do conteúdo projetado³⁸³.

Acredita-se que os documentários abordados no capítulo seguinte conseguem incutir sentimento de perplexidade no espectador e provocam a discussão e reflexão acerca dos delicados temas da discrepância social que abordam – fatores estes que determinam sua qualidade e dependem da seriedade da execução e produção.

---

³⁸¹ BERNARDET, op. cit., 2006, p. 17.

³⁸² Idem, ibidem, p. 18.

³⁸³ CABRERA, Julio. *O cinema pensa: uma introdução à filosofia através dos filmes*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006, p. 28.

O que se verá nestas obras não serão apenas coisas belas, pelo contrário. Segundo Marcuse: “(...) a arte está impregnada de pessimismo, não raro entremeado com comédia”³⁸⁴ – o que se poderá observar, por exemplo, nas letras de Adoniran Barbosa. O pessimismo não é necessariamente algo ruim – permite o confronto com uma realidade ilusória e sobrenatural que muitos sustentam ser o papel principal do cinema – como destaca Walter Benjamin ao expor o pensamento de Werfel³⁸⁵.

Conectar a arte, através dos filmes e músicas selecionados, com as dimensões teóricas sobre o poder é uma tentativa que acompanha a complexidade do mundo em que vivemos³⁸⁶. Ainda em compasso com Morin, “A multidisciplinaridade constitui uma associação de disciplinas, por conta de um projeto ou de um objeto que lhes sejam comuns (...)”³⁸⁷.

Segundo esse autor, uma disciplina – por exemplo, o direito – não consegue solucionar, sozinha, os problemas e desafios a ela impostos³⁸⁸. Dessa forma, defende-se aqui que o recurso artístico auxilia na elucidação e no clareamento de pontos dolorosos e obscuros para a ciência jurídica – como a ambiguidade dos seres humanos, a realidade em que vivem e a complexidade das relações estabelecida pelos homens.

Ao contrário do denominado “cinema clássico”, não se pretende, conforme já sublinhado anteriormente, reproduzir a realidade fidedignamente. Muitos filmes querem, inclusive, se distanciar da realidade – e, com isso, provocar uma sensação diferenciada no espectador. Eles têm como fonte de interesse primordial a utilização desta arte como fonte de transmissão de informações³⁸⁹, permitindo-nos fazer uma relação com a importância da comunicação para a teoria do poder, conforme exposto no capítulo 1 desta pesquisa.

---

³⁸⁴ MARCUSE, op. cit., 1981, p. 26

³⁸⁵ BENJAMIN, op. cit., 1996, p. 177.

³⁸⁶ Edgar Morin, ao discorrer sobre os laços estabelecidos por diferentes disciplinas, destaca que o mundo e a sociedade em que vivemos são complexos! Vide MORIN, Edgard. *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 57

³⁸⁷ MORIN, Edgard. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 115.

³⁸⁸ Idem, ibidem, p.107

³⁸⁹ BERNARDET, op. cit., 2006, p.106

O cinema, enquanto veículo lingüístico, tem relevante papel na comunicação, havendo, portanto, um importante ponto de contato entre a teoria antes apresentada e esse veículo artístico através do qual as obras serão exploradas adiante.

As obras que foram selecionadas para análise, no capítulo a seguir, têm um cunho eminentemente crítico, procuram transmitir uma mensagem de descontentamento, desconfiança, desilusão e reflexão sobre os problemas por elas abordados e distanciam-se das produções preponderantemente comerciais, preocupadas com a geração de lucros e com o retorno dos investimentos realizados.

5. ANÁLISE DA QUESTÃO HABITACIONAL NA CIDADE DE SÃO PAULO PERMEADA PELA VISÃO ARTÍSTICA

Após estudar algumas noções teóricas sobre o poder, procurando inseri-las na realidade brasileira e, expor o caminho dos movimentos sociais, em especial os de moradia na cidade de São Paulo, pretende-se, neste capítulo, fazer a análise de obras artísticas, tais como filmes, documentários e letras de música que expressem questões atinentes à moradia na cidade de São Paulo.

O desafio de refletir a filosofia artisticamente é amparado pelas obras de arte que conseguem expressar sentimentos e sensações em campos em que as palavras de um texto acadêmico muitas vezes encontram limitações: “O texto só fala aos sentimentos através do filtro da razão. As imagens da tela limitam-se a fluir sobre o espírito da geometria para, em seguida, atingir o espírito do refinamento. (...) O espetáculo cinematográfico atua primeiramente sobre as faculdades mais antigas, logo, sobre as fundamentais, que classificamos de primitivas: a emoção e a indução.”³⁹⁰

De acordo com os ensinamentos de Julio Cabrera: “Talvez o cinema apresente uma linguagem mais adequada do que a linguagem escrita para expressar melhor intuições (...)”³⁹¹. Indo adiante, Cabrera destaca que “o emocional não desaloja o racional: redefine-o”³⁹².

Inclusive no que diz respeito aos três documentários a seguir abordados, fazendo remissão ao papel do documentário tratado no capítulo anterior desta pesquisa – mostra-se adequado sublinhar as seguintes palavras de Cabrera: “(...) a temporalidade e os movimentos típicos do real, apresentado o real com todas as suas dificuldades, em vez de dar os ingredientes para que o espectador (ou leitor) crie, ele mesmo, a imagem que o cinema proporciona”³⁹³. O poder reprodutivo e produtivo da imagem em movimento marca o caráter emergente do cinema e também o distingue (...).”

---

³⁹⁰ EPSTEIN, op. cit. 1983, p. 294-295

³⁹¹ CABRERA, op. cit., 2006 p. 18

³⁹² Idem, ibidem, p. 18.

³⁹³ Idem, ibidem, p. 29

Percebe-se que as emoções transmitidas pelos documentários não extirpam a seriedade e complexidade dos problemas expostos - pelo contrário, fomentam a discussão e intensificam reflexões sobre os temas.

Bernardet expõe a diferenciação entre as personagens coletivas e individuais. As primeiras, como o próprio nome demonstra, não focam a estória ao redor de uma ou poucas pessoas:

(...) as ações são praticadas por um conjunto de personagens que podem prevalecer em uma ou outra cena, mas a ação global que o filme desenvolve resulta das ações de múltiplos personagens, sendo que nenhum deles domina o filme. (...) Mas pode-se tranquilamente afirmar que o *star-system*, que exige necessariamente personagens individuais, impediu que se desenvolvessem outras formas de dramaturgia ³⁹⁴.

Pode-se identificar o traço coletivo como característico das obras que serão analisada, visto que o retrato e condutas dizem respeito a um grupo de pessoas. Mesmo nas músicas de Adoniran Barnosa que serão estudadas, apesar do conflito se referir a três amigos, por exemplo, diz respeito a uma imensa massa que se encontra na mesma situação, encarnada nessas três figuras.

Será procedida à análise dos documentários “À margem da imagem” (2002), “À margem do concreto” (2006) e “À margem do lixo” (2008), na sequência em que foram dirigidos por Evaldo Mocarzel – na tentativa de preservar e possibilitar o aumento da compreensão da narrativa criada pelo autor – assim como do filme “Os inquilinos” (2009), dirigido por Sergio Bianchi; e das letras das músicas “Saudosa Maloca”, “Abrigo de Vagabundos” e “Despejo na Favela”, de Adoniran Barbosa. Destaca-se que os documentários e o filme a seguir analisados foram indicados pela Professora Doutora Mara Regina de Oliveira. Estes materiais, incluindo as letras de música, abordam, direta ou indiretamente, questões envolvendo a moradia na maior metrópole brasileira.

---

³⁹⁴ BERNARDET, op. cit., 2006, p. 82-83.

Não se observa nos documentários e no filme o *happy end* ³⁹⁵, típico do cinema comercial. Ademais, é sentida nessas obras a experiência logopática mencionada na obra de Cabrera que “(...) favorece a ruptura, a problematização do particular, o terrível, o devastador. A logopatia problematiza a exclusividade lógica, o controle, a harmonia, o estético, o tranquilo o regulado, o dominável, o divino.”³⁹⁶.

A vida, sentida por nós, retratada nos documentários e representada no filme, não é simples, não é equilibrada, não é sempre estável, em muitos casos nunca houve e jamais haverá um *happy end* – por isso também Cabrera expõe que “um filme é um golpe (as vezes, um golpe baixo), não um aviso sóbrio ou uma mensagem civilizada.”³⁹⁷

A esse respeito, considera-se muito interessante o seguinte pensamento de Cabrera: “O cinema é universal não no sentido do ‘Acontece necessariamente com todo mundo’, mas no de ‘Poderia acontecer com qualquer um’.”³⁹⁸.

Isto é percebido nas três obras dirigidas por Mocarzel e no filme de Sergio Bianchi, assim sendo, este entendimento não implicaria transformar o espectador em moradores de rua, catadores de material reciclável, integrantes de movimentos sociais ou habitantes de um bairro periférico, mas possibilita que pensem como seres humanos que são, que qualquer um poderia estar inserido em não importa qual destes panoramas.

5.1. Documentário “À margem da imagem”

A obra dirigida por Evaldo Mocarzel retrata a vida dos moradores de rua na cidade de São Paulo. Ela expõe os vícios, os perigos e também a solidariedade entre aqueles que habitam as vias e canteiros da selva de concreto. Coloca-se a questão de por que os moradores de rua apresentados no documentário ora em apreço não seriam, em seus diversos agrupamentos, considerados membros de movimentos sociais?

---

³⁹⁵ CABRERA, op. cit., 2006 p. 35

³⁹⁶ Idem, ibidem, p. 34.

³⁹⁷ Idem, ibidem, p. 38.

³⁹⁸ Idem, ibidem, p. 23

Para tanto, mostra-se necessário retomar alguns critérios utilizados para a caracterização dos aludidos movimentos, conforme exposto no item 3.1 deste trabalho – reiterando, de acordo como o proposto pelo professor Celso Fernandes Campilongo, que os movimentos brigam por um recurso considerado escasso (como, por exemplo, por moradia), entretanto, não se percebe nos moradores de rua um lastro reivindicatório que balize suas ações. Aliás, não é uniforme, ou, ao menos, minimamente comum, algum sentimento que oriente eventuais ações conjuntas destas pessoas.

O documentário, diretamente relacionado à questão da moradia, expõe que muitas das pessoas que estão na rua lá se encontram porque não tem como sustentar a manutenção de um lar. Os abrigos mostram-se insuficientes, conforme retrata a obra, aliado ao fato de que as rígidas regras, necessárias para a organização dos trabalhos, desagradam a muitos dos que vivem nas calçadas – sentem que a liberdade que têm é prejudicada, tolhida (45’ 05’’).

Muitas das regras impostas pelos abrigos poderiam ser conectadas ao sentimento de vigilância exposto quando da abordagem do trabalho de Michel Foucault no item 1.2 do primeiro capítulo. Assim sendo, observem-se as pertinentes declarações de uma freira que trabalha com moradores de rua:

Quando você chega num Albergue... ali eles são donos do indivíduo (...) são ordens que não têm porque, são ordens da tortura. Você está precisando do Estado, mas hoje o Estado sou eu, o funcionário é o Estado eu sou o dono, eu sou o governador. Então, para você estar aqui, você tem que se ferrar ³⁹⁹.

Através das palavras acima percebe-se também grande abusividade na relação comunicacional, uma vez que o próprio Estado, balizado por regras de conduta, para contemplar necessidades das pessoas, através de seus serviços, ultrapassa e excede suas competências e aplica truculência, de acordo com o testemunho acima, para colocar em prática algumas de suas atividades. Mostra-se também pertinente fazer remissão ao problema do abuso de poder exposto, quando abordada a obra de Niklas Luhmann no item 1.1.

---

³⁹⁹ 43’11’’

A tentativa de reconstruir um teto para habitar é simbolizada pelo barraco de “Cascavel”, alcunha pela qual é conhecido um dos moradores que presta depoimento ao diretor do documentário. Os devaneios, as alucinações e delírios de Cascavel não retiram a importância da presente reflexão sobre a questão habitacional na cidade de São Paulo.

A complexidade da análise de uma de suas frases, seguida de uma risada – que, sob certo aspecto, pode ser entendida como irônica: “Isso é público, o que isso significa? Que não pertence a ninguém!” (11’ 37’), ao se referir à construção de sua moradia em uma via pública.

Sob o aspecto da teoria do poder, esta afirmação afasta o sentimento de bem público, sob a modalidade “bens de uso comum do povo”, e ignora a autoridade emanada do texto normativo contido no artigo 99, inciso I, do Código Civil⁴⁰⁰, desconfirmado-a. Diante deste panorama, entende-se que o referido documentário é extremamente pertinente ao objeto de análise da presente pesquisa, acentuado pelo fato de se passar na cidade de São Paulo e abordar a questão habitacional!

A fala do morador acima retratada mostra, de acordo com a pragmática jurídica, uma desconsideração da figura da autoridade estatal, razão pela qual se afirmou a ocorrência da situação desconfirmadora, conforme enunciado no item 1.4. A autoridade estatal espera que o conteúdo normativo seja observado e cumprido, Cascavel deixa claro desconhecer e/ou ignorar que o local em que se firmara consiste em um bem do Estado!

O documentário “À margem da imagem” expõe a vinculação dos moradores de rua à bebida e outras drogas, à desilusão, perante uma realidade em que eles não se inserem, a qual não tem espaço para absorvê-los – em conformidade com as palavras da freira⁴⁰¹ (vide ponto 3.3.2.) que presta depoimento no documentário sobre o trabalho que desenvolve junto à essas pessoas.

---

⁴⁰⁰ “Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;”

⁴⁰¹ 51’ 45”

Mostra-se pertinente destacar que a análise crítica acerca das imagens e palavras expostas no documentário têm o fito expor o profundo problema habitacional e não o de fazer apologia, pelo contrário, quanto à situação daqueles que vivem nas ruas, classificando-os como coitados ou incapazes! Adequada a seguinte passagem de Jean Epstein:

(...) convém corrigir o julgamento de nocividade que freqüentemente atribuímos a alguns filmes e a todo um gênero de ficção que retrata complacentemente a vida mais aventureira, mais apaixonada e até mesmo mais criminosa. Com base nessa aparência de imoralidade, acusamos esses espetáculos e livros de incitarem os homens a se entregarem aos seus impulsos, a se revoltarem contra qualquer lei (...).⁴⁰²

De acordo com o destaque feito na introdução deste trabalho, Hugo Mustenberg entende ser o cinema um relevante veículo retratador de emoções⁴⁰³, reputando-se pertinente mencionar a projeção-identificação sublinha por Edgar Morin⁴⁰⁴. O documentário de Mocarzel não deixa de comover o espectador ao apresentar as condições e a vida difícil que têm as pessoas que não têm um local para morar.

Não se pode esquecer também o depoimento de uma mulher (52' 43'') que relata as constantes tentativas de estupro que sofreu por morar na rua, ou através da aparente loucura de Cascavel e suas palavras: “Eu nasci num berço de capim, e é um capim bem espinhudo mesmo” (13' 25'').

Mustenberg declara que: “simpatizamos com quem sofre e isto significa que a dor que vemos se torna a nossa dor.”⁴⁰⁵ A presente análise não tem por escopo a exploração dos sentimentos do homem, nem pretende cair num discurso melodramático. Pelo contrário, desde o início, defende uma perspectiva crítica que possibilite a reflexão e o debate substancial sobre o assunto proposto.

Todavia, não se pode negar que a angústia vivida pelas pessoas expostas no documentário, bem como a ausência de melhores expectativas para as suas vidas, não

---

⁴⁰² EPSTEIN, op. cit. 1983, p. 310

⁴⁰³ MUSTENBERG, op. cit., 1983 p. 46.

⁴⁰⁴ MORIN, op. cit., 1983, p. 145 et seq..

⁴⁰⁵ MUSTENBERG, op. cit., 1983, p. 51.

provoque incômodo e permita o questionamento do que é efetivamente posto em prática para que esta questão seja solucionada – ou ao menos equalizada.

Assim, percebe-se, de acordo com a doutrina de Niklas Luhmann (vide item 1.1), que a comunicação orientada pelo código do poder vigente não contribui para que as vozes dos moradores de rua sejam ouvidas.

As artes, especificamente o cinema, apresentam uma multiplicidade de potenciais emoções⁴⁰⁶. Evidentemente, as reações do público não são homogêneas, contudo, entende-se que o despertar de algum sentimento, seja favorável ou contrário àquilo que é apresentado, permite o aumento dos questionamentos e debates sobre a questão exposta pelo projetor.

Imagine-se que o espectador de “À margem da imagem” pode ter compaixão pelos moradores de rua e entender que não tiveram melhores oportunidades e, que são vítimas de políticas mal sucedidas quanto à concretização do direito de moradia, já expresso anteriormente, dentre outros componentes peculiares à história de cada indivíduo. Ou, por quererem trabalhar e encontram nas ruas um ambiente propício para a manutenção de seus vícios e fonte de captação de recursos para mantê-los.

Os trechos abaixo destacados nos ajudam a compreender porque as pessoas fazem interpretações tão distintas: “A sutil arte da câmera poderá despertar na mente do espectador as particularidades de muitos comportamentos e emoções que são hoje impossíveis de exprimir sem o recurso das palavras.”⁴⁰⁷

Segundo Morin: “A crítica histórica ou psicológica do testemunho revela-nos que as nossas percepções, por mais elementares que elas sejam, como a percepção da estatura de alguém, são, ao mesmo tempo, confundidas e trabalhadas pelas nossas projeções.”⁴⁰⁸

---

⁴⁰⁶ MUNSTENBERG, op. cit., 1983, p. 53

⁴⁰⁷ Idem, ibidem, p. 54

⁴⁰⁸ MORIN, op. cit. 1983 p. 146.

Não cabe fazer aqui um juízo de valor quanto à interpretação advinda da exposição dos fatos apresentados pelo documentário. O que se identifica, entretanto, é a pertinência entre as questões expostas em suas cenas e a teoria do poder antes exposta. Coloca-se em questão, por exemplo, o papel que a violência simbólica (exposta nos itens 1.3 e 1.4 do capítulo primeiro) tem na manutenção da estrutura apresentada – de forma a camuflar a base da estrutura que mantém as pessoas que moram na rua à margem do funcionamento da sociedade.

Da mesma maneira, o afastamento fático da situação dos moradores de rua se mostra pertinente aos conteúdos normativos atinentes à moradia – o documentário acentua a idéia de que existe um direito escrito/teórico/pretendido/imaginado e outro, bastante distante, implementado/real. Pode-se indagar se o papel exercido pela violência simbólica, como forma de camuflar as bases das relações de poder, é relevante para a configuração do cenário apresentado na tela.

5.2. Documentário “À margem do concreto”

O documentário “À margem do concreto” (2006), também dirigido por Evaldo Mocarzel, retrata vidas na cidade de São Paulo – vidas estas sofridas e marcadas pela exclusão. O grupo destacado neste documentário é o Movimento Sem Teto na cidade de São Paulo.

No movimento acima mencionado, encontram-se traços que o caracterizam, em consonância com destaque ao trabalho de Celso Fernandes Campilongo, como um movimento social, de acordo também com o que foi exposto no item 3.1:

- lutam por um recurso considerado escasso (moradia);
- as ações deste movimento, conforme retratado no documentário, não se restringem a combater cenários econômicos não favoráveis;
- o movimento integra a dinâmica da sociedade, à medida que dentro dela lutam para conquistar moradia;
- dentro do panorama de luta, a sociedade em que o movimento está inserido mostra-se diferenciada e repleta de peculiaridades;

- este movimento não está centrado no passado, mas no presente, na atual necessidade de moradias;
- a luta deste movimento não se mostra em ação única ou ordinária;
- o movimento apresentado mostra organização interna e informal perante o poder formal estatal.

Observem-se as palavras de Sidnei Antônio Euzébio, um dos coordenadores da executiva estadual do Movimento dos Sem Teto, sobre a vida em cortiço – local em que, por longos anos, desde criança, ele viveu: “Para mim, é uma prisão o cortiço, uma prisão onde você paga ainda para morar.”⁴⁰⁹

A partir deste trecho, mostra-se pertinente o estabelecimento de relações com a doutrina de Michel Foucault, vista no item 1.2, que demonstra que a vigilância típica de prisões oprime o homem e coíbe suas ações – imagine-se tal configuração no local em que se vive. Como será possível e salutar morar em um ambiente em que não se tem liberdade, em que não há um espaço individualizado, isto ampliado pela distribuição desordenada do espaço, o que provoca a sensação de que sempre há alguém controlando o que se faz e, cobrando, caro, por aquilo que se chama da casa?

Ademais, faz-se pertinente mencionar o trabalho de Boaventura de Sousa Santos (vide item 1.5) que traz, dentre diversos aspectos das trocas desiguais, ao abordar o poder, a questão da “exploração” – isto porque a contradição relacionada com esse aspecto pode ser verificada, já que em nossa sociedade enquanto muitos lutam para ter uma morada mínima, muitos outros (em menor número, mas não por isso irrelevante) vivem em mansões!

O recurso artístico permite a aproximação de mundos distintos – separados por barreiras difíceis de transpor, mas que não conseguem vencer a linguagem da arte.

Aqueles que vivem em seus lares confortáveis podem, ao menos visualmente, perceber como vivem precariamente as pessoas nas ocupações feitas pelos movimentos por moradia;

---

⁴⁰⁹ 6’ 04’’

como são péssimas as condições de higiene dos que moram nos cubículos dos cortiços espalhados pela cidade; quão grande é o número de edifícios desocupados no centro da capital paulista (conforme já destacado no ponto 3.3.2 deste trabalho) – fatores esses que impulsionam e inflamam a luta do movimento por moradia, como se observa no documentário que se está analisando.

O movimento apresentado pelo documentário não ignora a autoridade da figura estatal, assim sendo, em termos pragmáticos, fazendo-se remissão ao tema abordado no item 1.4 deste trabalho, não é a figura da autoridade estatal desconfirmada, ignorada.

Este fato pode ser, por exemplo, constatado na ação mostrada no trecho final da obra – em que os integrantes do movimento tudo fazem para não chamar a atenção da polícia, durante a tentativa de ocuparem um edifício. Assim, o que se percebe é a ocorrência, em termos pragmáticos, da rejeição da autoridade (vide item 1.4).

A tentativa dos integrantes do movimento de passarem despercebidos, pode ser ligada à consciência de que, quanto menor a vigilância sobre eles, mais a chance de lograrem êxito na obtenção daquilo que pretendem – a discussão acerca da vigilância controladora evidenciada por Michel Foucault (vide item 1.2) mostra-se crível nesta situação.

Os movimentos por moradia, assim como é destacado em “À margem do concreto”, surgem no vácuo da insuficiente atuação estatal nesta área. Ganham espaço diante da chocante realidade constatada pela existência de centenas de imóveis desocupados e mal conservados na região central da cidade de São Paulo – palco extremamente relevante no cenário pátrio, conforme exposto no segundo capítulo deste trabalho, – que não cumprem, portanto, a função social que a edificação deve ter (vide item 3.3). Também é pertinente a seguinte passagem, proferida por Verônica Kroll, líder do Movimento Sem Teto do Centro, que questiona o texto legal e sua pequena aplicação:

(...) por que não diz que no artigo 6º da Constituição está escrito lá: ‘direito à moradia’? Eu fui uma das pessoas que lutei tanto com as outras companheirada pra colocar essa bendita linhazinha no texto do artigo 6º da

Constituição achando que fosse resolver o direito à moradia e, no fim, mesmo garantido na Constituição, não resolveu!⁴¹⁰

Percebe-se uma forte crença deste movimento no texto da Constituição, de tal forma que, em compasso com a lição do professor Celso Fernandes Campilongo, seria este um “movimento de desintegração”⁴¹¹, ou seja, aquele que não enxerga a Constituição como uma afronta, mas como uma esperança que contém ditames a serem alcançados! Ou seja, em termos pragmáticos, este movimento, conforme já destacado, confirma a figura da autoridade estatal esculpida no texto constitucional!

Diante dos espaços não abrangidos pela atuação estatal e por não ser completa a implementação do direito supra referido, são traçados meios alternativos para que a moradia seja alcançada: “A gente tem que sair fora da lei, virar um fora da lei, para poder fazer-se cumprir a lei! Não é estranho também?”⁴¹²

Esta frase proferida pela líder do movimento expõe a abusividade do Estado em relação ao poder por ele exercido, visto que o não cumprimento integral da lei – que acarreta o não atendimento de grande parcela populacional no que se refere à moradia – gera descontentamento e reações extrajurídicas, ou seja, implica no descumprimento da lei para que seu conteúdo – concessão de moradias – seja cumprido!

A abusividade reside no fato de que, para o conteúdo do dispositivo ser concretizado, requer-se o descumprimento de outras leis contidas no ordenamento – como, por exemplo, a manutenção da ordem – forçando as autoridades a tomarem providências com relação à questão habitacional que envolve a parcela reivindicante e cumprirem o ditame que garante moradia para todos! Abusiva, portanto, a comunicação proveniente do editor normativo – claramente verificada neste caso – descumpra-se a lei, para que ela seja cumprida!

---

⁴¹⁰ 24’ 09’’

⁴¹¹ CAMPILONGO, op. cit., 2011, p. 95.

⁴¹² Verônica Kroll, líder do Movimento Sem Teto do Centro (24’ 40’’).

Nos termos expostos no capítulo primeiro desta pesquisa o relato emanado pela autoridade não condiz muitas vezes com as ações por ela determinadas e transmitidas. Veja-se, para que o atendimento aos interesses do grupo seja alcançado, há a necessidade, em muitas ocasiões, do descumprimento do conteúdo preconizado pela autoridade. De tal sorte que o indivíduo ou movimento poderia, em uma circunstância extrema, ser prejudicado por seguir todos os procedimentos e ditames contidos no texto legislativo.

Este panorama contribui, portanto, para a opressão e o aniquilamento da figura do sujeito e dos atores sociais, pois a falha instaurada na relação comunicativa não consegue imprimir estabilidade e segurança nas ligações estabelecidas.

Neste sentido, observe-se mais uma fala de Sidnei Antônio Euzébio, coordenador da executiva estadual do Movimento dos Sem-Teto:

Eu não sabia o que era ocupação, invadir o que é dos outros – arrancar a porta, o que é isso? Mas, é através daquele gesto – que talvez para a população seja de baderneiro, seja invasor – é através daquele gesto que você leva esperança para as famílias de moradia. Parece que o governo só se comove quando você dá um chute na ferida dele!⁴¹³

Todavia, reputa-se importante destacar que a realização integral do acesso à moradia é tarefa extremamente árdua e complexa. Conforme exposto no ponto 3.3.2, na cidade de São Paulo há milhares de favelas, loteamentos irregulares e cortiços! No documentário em análise há destaque de que muitos estrangeiros, principalmente de países latino-americanos (ex: Bolívia e Paraguai), ajudam a engrossar o enorme contingente a ser equacionado dentro da questão habitacional (57' 50'').

Entretanto, não se está aqui defendendo a exclusão destes estrangeiros diante do não atendimento integral do problema para os nacionais. Quer-se apenas evidenciar uma questão fática que torna ainda mais difícil a resolução, ou melhor, a tentativa de se aproximar do cumprimento do texto legal. Tanto estes estrangeiros, que vêm para São Paulo com a expectativa de uma vida melhor, quanto os demais brasileiros que com eles dividem os

---

⁴¹³ 9' 03''

cortiços e ocupações, buscam uma moradia digna! Não interessa de quais locais provenientes são todos eles: sendo seres-humanos, unem-se pelo direito humano à moradia (vide ponto 3.3.1).

Ao longo do documentário percebe-se a existência de um clima de tensão que as autoridades procuram abafar através da contenção dos ânimos exaltados e da repressão às ocupações feitas pelo Movimento Sem Teto do Centro. Será que a violência – não apenas a decorrente dos embates físicos entre os manifestantes e a polícia – mas também aquela decorrente da anuência estatal de que milhares de pessoas vivem em condições nefastas, situação esta muitas vezes negligenciada por diversos veículos da imprensa, não seria uma forma de acentuar a já aludida violência simbólica, exposta nos itens 1.3 e 1.4 do primeiro capítulo deste trabalho?

Esta luta, cada vez menos velada, diante do destaque que assume os movimentos que reivindicam moradias, expõe a fragilidade da concretização do direito à moradia – tão festejado pelo legislador e apartado de muitos! O documentário de Mocarzel provoca esta reflexão, coordenada com a seguinte transcrição: “(...) hoje eu apanho, sabendo do que tô apanhando – lutando pelos meus direitos e direito dos muitos companheiros que tão aí sem; eu acho que se depender, eu vou apanhar até o resto da vida, porque enquanto não houver justiça social eu vou continuar!”⁴¹⁴

Mas, quem apanha pode bater – pois toda ação gera uma reação que confirma, desconfirma ou rejeita a figura da autoridade (vide item 1.4 do presente trabalho). O Movimento Sem Teto busca negociação com as autoridades, de forma a garantir moradias para seus membros, de maneira regularizada, como se pode observar no documentário, pelo exemplo da servidora pública federal da área da saúde – o que também demonstra a heterogeneidade do movimento – que se integrou ao movimento e conquistou um apartamento para viver (22’ 35’’). E, também, pelo sistema de mutirão (28’ 51’’).

---

⁴¹⁴ Lizete Gomes - coordenadora do Movimento Sem Teto do Centro (53’ 04’’).

Assim sendo, percebe-se uma confirmação da figura da autoridade estatal que – sem entrar no mérito das razões de viabilidade e de escolhas governamentais – por não prover as necessidades habitacionais de vultosa parcela da população, a agride. Mas, como consequência, enfrenta a luta de muitos que transgridem os limites propostos pelo legislador, na busca por uma moradia, como é exposto com tanta sensibilidade no documentário “À margem do concreto”.

Pertinente é o título do documentário por utilizar a expressão “à margem”, pois é nesta posição que se encontram as pessoas que não têm um local adequado para morar – estão nas “beiradas” das estruturas de concreto daquilo que ambicionam chamar de casa: “À margem do concreto”, portanto! Neste sentido, pode-se levar em conta a fala de Luiz Gonzaga da Silva, coordenador político do Movimento Sem Teto do Centro: “O homem que não tem um endereço, o homem que não tem pra onde mandar uma correspondência, esse homem não é um cidadão, não é uma cidadã.”⁴¹⁵ – ou seja, está à margem da sociedade, à margem da cidade de São Paulo.

Um traço bastante distintivo entre as figuras expostas pelos dois documentários até então analisados, ambos dirigidos por Evaldo Mocarzel, é a passividade daqueles que vivem nas ruas – no que se refere à luta por uma moradia regularizada e edificada – e a articulação e esforço daqueles que estão inseridos nos movimentos por moradia, lutando pela conquista de um local estruturado para morar, em aversão aos cortiços – conforme clara exposição feita no documentário-, favelas e demais ocupações precárias de moradia.

Em “À margem do concreto” ressalta-se um grande esforço pela moradia – tal como destacado no ponto 3.3. da presente pesquisa – os integrantes do Movimento Sem Teto têm consciência de que compõem o elo mais fraco, desprivilegiado, mas lutam pelo poder!⁴¹⁶

---

⁴¹⁵ 34’ 26’’

⁴¹⁶ Não é coincidência o discurso de Luiz Gonzaga da Silva, que defende a supressão do sistema vigente através de revolução estrutural e armada (42’ 38’’). Assim como não são por acaso as palavras de Lizete Gomes que denomina a “classe média” de “classe merda” (54’ 30’’).

5.3 Documentários “À margem do lixo”

Dos três documentários dirigidos por Evaldo Mocarzel, analisados no presente trabalho, o que menos toca na questão da moradia, de forma direta, é “À margem do lixo” (2008), que aborda o cotidiano de catadores de materiais recicláveis na cidade de São Paulo.

Trata-se do dia-a-dia de milhares de pessoas que, dos restos descartados por aqueles que estão no centro da sociedade, tiram seu sustento. Este é um campo que acolhe diversos migrantes do interior do estado e de outras localidades do país, como, por exemplo, um dos catadores entrevistados, vindo do interior da Bahia, bem como pessoas anteriormente descartadas ou rejeitadas, seja por vícios ou falta de oportunidades.

Neste ensejo, pode-se afirmar, através da observação do que propõe Mocarzel, anteriormente apresentado nesta obra, que estas pessoas, recorrentemente frisam o esforço de suas labutas para obter uma casa, ou melhor, uma morada – seja ela em pensões, barracos ou simples habitações.

Confirmando o que foi acima exposto, encontra-se a fala de uma catadora, que em seu quarto de pensão, arruma a filha para ir à escola: “Ali é o quarto onde eu moro; é um quarto pequeno, de pensão.” (35’ 26’’). Percebe-se, na fala da mulher, um grande apreço pelo local em que vive com a filha, por mais simples e pequeno que seja; na mesma cena, vê-se a menina escovando os dentes em uma pia externa de banheiro, cuja louça está repleta de sujeira e bolor.

A irregularidade característica do crescimento urbano da cidade de São Paulo, conforme destacado no segundo capítulo do presente trabalho, encontra identidade na agonia de um dos membros do Movimento Nacional dos Catadores (MNCR): “A luta para conseguir através do poder público um segmento para coleta seletiva (...) é difícil, pelo seguinte: porque lá não há espaço, não há loteamento, é área manancial, privada, irregular e, por este motivo, a negociação com o poder público é complicada.”⁴¹⁷.

---

⁴¹⁷ 13’ 38’’

Neste ponto, pode-se estabelecer conexão com um dos cenários evidenciados no item 1.3 desta pesquisa – aquele que apresenta uma realidade fática bastante distanciada da planejada pelo universo jurídico, ou seja, ao mesmo tempo em que o poder público incentiva a prática de coleta seletiva e de reaproveitamento de materiais, não prevê, ou ao menos não consegue por em prática a contento, como foi dito mais acima, os espaços necessários para a execução destas atividades na escala requerida.

O documentário também retrata o desespero em face do iminente despejo sofrido por diversas famílias em situação de vulnerabilidade; os dramas do despejo, de acordo com o destaque feito no item 3.3 e respectivos subitens, acompanham a história de São Paulo, bem como a resistência daqueles que por um teto lutam. Nas palavras de um dos catadores entrevistados no documentário consegue-se imaginar a aflição e desolamento sentidos por aqueles que são despejados:

Foi em 86 pra 87 o despejo; quando se fala em despejo é o que mais me dói; marca a minha vida o despejo. Eu trabalhava, quando cheguei do trabalho... já com a minha filha nascida, saí de manhã do barraco para trabalhar e quando cheguei só vi cinza. Isso foi uma coisa marcante. E ninguém fez nada com isso, nem a própria justiça. A justiça era: quem tem mais, ganha⁴¹⁸.

Colocando em questão o universo fático acima enunciado, em que aquele que mais tem, em detrimento dos mais desfavorecidos, terá seus interesses prestigiados, do ponto de vista da teoria do poder, pode-se invocar, por exemplo, os estudos de Boaventura de Sousa Santos, expostos no item 1.5, – que discorre acerca das brutais desigualdades constatadas nas sociedades, dentre as quais a brasileira e, consequentemente, na cidade de São Paulo, como maior centro do país.

Ademais, do ponto de vista pragmático, detalhado no item 1.4, o panorama acima retratado fomenta o surgimento de reações que rejeitam a figura da autoridade, podendo, inclusive, haver reações desconfirmadoras.

---

⁴¹⁸ 28' 29

Ora, se a aplicação fática do universo jurídico se apresenta como tendendo a ajudar aqueles que mais têm (e isso não apenas no âmbito monetário), inflama-se o descontentamento das diversas outras pessoas que não são atendidas, propiciando reações não quistas e nem pretendidas pela autoridade.

Este sentimento de falta de justiça é um elemento que o devido e concreto acesso à justiça, que se ressaltou no capítulo terceiro deste trabalho (v. 3.3.1), ajuda a mitigar e equacionar através de ferramentas adequadas, que permitem a discussão em parâmetros equivalentes (ou menos discrepantes) – mesmo que opostos. Isto porque o tratamento equilibrado de interesses propiciará distanciamento do sentimento que a ignorância e as barreiras de acesso provocam.

As marcas deixadas pela expansão paulistana muitas vezes não cicatrizam. Elas persistem nas memórias daqueles que forçados foram a agir de determinada forma. No documentário, um dos catadores relata sua passagem de mais de quatro décadas nesta cidade. Lembranças essas acompanhadas por dificuldades:

Nasci em São Paulo, há 41 anos. E meus pais moravam na favela, que é a favela que chamava ‘Ordem e progresso’ – hoje já não existe mais esta favela; morei na favela durante 13 Anos. Ai tinha que sair do espaço, que na época o projeto era pra Santa Casa... meu pai tinha um terreno familiar, que é em Pirituba, Vila Almirante... Com 10 anos, com as dificuldades, comecei a trabalhar numa fábrica (...). Eu estudava na Barra Funda; ainda eu pegava o ônibus da Barra Funda e ia de Pirituba para a Barra Funda para estudar (...)⁴¹⁹.

Irônico observarmos que o nome da favela em que os pais do catador e ele moravam, é exatamente o lema presente na bandeira nacional. Pode-se questionar se o preço da ordem e do progresso é a vida de milhares em condições nefastas e nojentas; se o preço do desenvolvimento paulistano é o sofrimento de crianças que demoram horas para ir do local em que moram para as suas escolas, de crianças que, ainda pequenas, precisam trabalhar.

---

⁴¹⁹ 26’ 21

Aqui, mostram-se pertinente as inquietudes apresentadas no trabalho de Boaventura de Sousa Santos (vide item 1.5) em razão das intensas desigualdades existentes em nossa sociedade.

São Paulo encerra muito daquilo que se quer, muito daquilo que se deseja, mas em suas contradições características esculpe e perpetua muito daquilo que não se quer ver nem se almeja. Neste contexto, consideram-se pertinentes as palavras de Raquel Rolnik, ao discorrer sobre a cidade de São Paulo: “(...) a cidade vive simultaneamente a decadência e a pujança.”⁴²⁰

Não se pode confundir poder com força, assim como já fora demonstrado através dos ensinamentos do professor Tercio Sampaio Ferraz Junior, no item 1.3. O poder, na acepção trabalhada pelo aludido professor, liga-se ao controle. Imputar força como elemento de poder pode gerar a calamitosa e contemporânea situação acima descrita, qual seja, a coexistência da ascensão de alguns e do declínio de muito outros.

A festejada dignidade do homem, aventada no capítulo 3, mais especificamente no item 3.3, estaria sendo negada, diante do exposto acima. Esta forma de violência, seja ela simbólica ou posta de forma mais evidente (fazendo-se remissão aos itens 1.3, 1.4 e 2.3), iria de encontro à aquilo que acreditamos e sustentamos ao longo desta pesquisa. Nas significativas palavras de um catador, a dignidade estaria diretamente relacionada a um local para morar – reforçando a importância que moradia possui na vida de uma pessoa: “Dignidade não é de você ter bastante dinheiro ou de você ser famoso; a dignidade tá em você poder dormir, ter um trabalho e acreditar que você não faz mal para ninguém; que você é um cidadão honesto.”⁴²¹

5.4. Filme “Os inquilinos”

O filme dirigido por Sergio Bianchi retrata o cotidiano de uma família que vive na periferia da cidade de São Paulo. Ilustra problemas relacionados à vizinhança e, sobretudo, às

---

⁴²⁰ ROLNIK, op. cit., 1981, p. 58.

⁴²¹ 51’ 26’’

dificuldades que se enfrentam em face do avanço realizado por terceiros em esferas particulares e pelo desmerecimento em relação à utilização dos espaços comuns – as ruas, por exemplo, seriam territórios de quem as ocupa, não algo coletivo – que deveriam impor limites ao exercício de sua utilização.

Do ponto de vista pragmático, em compasso com o exposto no item 1.4 da pesquisa, constata-se um distanciamento da figura da autoridade estatal, já que as relações existentes entre os vizinhos, apresentadas no filme, implicam o descumprimento das regras preconizadas pelo direito de vizinhança e pelo plano diretor que estabelece as regras de construções na cidade de São Paulo.

A ocupação desordenada, retratada pela imagem da favela que se vê logo na cena inicial do filme, por exemplo, representa uma resposta à omissão estatal quanto à alta demanda de moradias nessa cidade, sendo pertinente fazermos remissão aos capítulos dois e três deste trabalho. O texto legislativo não incentiva a ocupação de áreas mas, diante da necessidade existente e do já aludido fenômeno da periferização, tratado no item 2.2, o comando normativo é rejeitado.

O filme permite a análise de questões relacionadas à moradia na cidade de São Paulo, principalmente no que se refere aos modos de acomodação encontrados pelos habitantes da cidade. Ademais, é também mostrada a periferização da capital paulista, como forma de estruturação da habitação na cidade, em locais com baixa disponibilidade de serviços públicos – o calçamento das ruas, por exemplo, é precário, assim como a iluminação. A personagem principal, Valter (Marat Descartes) percorre um longo caminho a pé e de ônibus para chegar ao trabalho.

Importante também sublinhar que próximo ao local onde se desenvolve o enredo da trama, há uma enorme favela, comunidade esta destacada já na cena inicial da trama, conforme foi dito anteriormente. Observe-se, novamente, que isto demonstra o modo de ocupação desordenado que se espalha pela cidade e arredores. É possível lembrar, por exemplo, que por questões de segurança, a personagem Iara (Ana Carbatti) não deixa o filho

Diogo (Lennon Campos) brincar perto de uma represa que está situada muito próxima à aludida favela.

Logo no início do filme (6' 18'') há a exposição da construção de diferentes casas em um mesmo terreno – as chamadas casas “da frente” e “dos fundos”, nesta última é que vivem “os inquilinos” que deram nome à película em questão.

Pode-se notar que os vizinhos da família de Valter e Iara representam um poder informal, que ignora, desconfirma a figura da autoridade estatal, formal. Os vizinhos/inquilinos fazem o que bem entendem, a qualquer momento do dia, não se preocupando com eventuais reclamações ou controles.

O próprio personagem, Valter, teme que seu cunhado, Fabrício (Robson Nunes), tome providências para que a balburdia feita pelos vizinhos da casa de sua irmã (Iara) fosse minimizada (46' 45''). Valter em nenhum momento chama a polícia – que representa uma força formal, o Estado – isso porque acredita que a autoridade do Estado é minada pelas ações informais daqueles que agiam no bairro, ações estas que ignoravam, pragmaticamente, a autoridade estatal.

Aliás, a informalidade mostra-se bastante presente na película, não por acaso a personagem de Valter indaga ao seu empregador, mais de uma vez (50' 43' e 1º 17''), sobre a possibilidade de assinar a sua carteira de trabalho, demonstrando que suas atividades laborativas eram desenvolvidas na informalidade – mas que desta queria sair e, por isso também, estudava no período noturno, depois do expediente de trabalho informal – aspecto que reforça, em termos pragmáticos, a rejeição à figura da autoridade estatal no que diz respeito ao arranjo da relação trabalhista.

A informalidade é tanta que a distribuição de alimentos, em frente à escola, é feita aos moradores da região, por pessoas portando metralhadoras expostas ostensivamente, sem que providência alguma fosse tomada (56' 35'').

O pronunciamento (13' 21'') feito pela diretora da escola em que Valter estuda (Ana Lúcia Torre) sobre o suposto “toque de recolher” e o seu não reconhecimento pelo estabelecimento de ensino, demonstra que a autoridade do “partido” local não fora confirmada por ela, uma vez que a ordem emanada, “não saia de casa”, não seria cumprida pela diretora, professores e funcionários da escola!

A diretora não reconhecia a determinação emanada do “toque de recolher”, ao contrário dos alunos, representados pelo estudante Evandro (Caio Blat) que não via outra alternativa a não ser respeitar e confirmar o referido toque – e que mais tarde falece, o que é indicado, simbolicamente, pela flor posta em sua carteira da sala de aula (1º 13' 38'').

A fragilidade daqueles que estão submetidos às forças e formas paralelas de poder, que se ramificam e inibem os que estão ao seu redor, fica clara na mesma cena em que há a flor sob a carteira de Evandro, pois percebe-se que a sala de aula está extremamente vazia, indicando que muitos seguiram as determinações postas pelo “partido” paralelo que domina a região em que a trama se passa. Pertinente aqui destacar o magistério de Tercio Sampaio Ferraz Junior, exposto no item 1.3, a força não pode ser confundida com o poder – que se liga ao controle.

Ademais, frise-se que o espectador tem a chance de compartilhar com as personagens da obra o sentimento de vigilância que os circunda, mostrando-se adequado estabelecer uma ligação entre este pensamento e a teoria do poder baseada nas proposições de Michel Foucault – estudadas no item 1.2. Se as pessoas fizessem algo estranho ou inconveniente àquilo que o “partido” desejava, sofreriam consequências – razão pela qual a personagem de Caio Blat não via na desconfirmação da figura destas autoridades pela diretora da escola, conforme exposto acima, uma saída plausível.

Farto do cenário vigente, em ocasião em que discussão fora criada por leitura provocativa feita por uma professora – representada pela atriz Cássia Kiss – Valter expõe seu descontentamento e vontade de repelir a informalidade opressiva imposta na localidade, tendo

sido rebatido pelo colega Evandro que, sucintamente, afirma que ele deveria se calar porque era daquela forma que a vida era (52' 57'').

O contexto apresentado pelo filme mostra uma situação absolutamente conflitante e calamitosa, propicia ao aparecimento de poderes informais e ao enfraquecimento das autoridades formalmente constituídas (vide 1.4). Cenas mostram ônibus queimados, e o posicionamento de guerra da polícia paulistana (1º 25' 18'')!

Diversas cenas expostas na película expõem a tensão do universo não confirmador da figura da autoridade formal. Dentre as tomadas que evidenciam a insatisfação da família dos personagens Valter e Iara, dentro da sua própria casa, em face das ostensivas e superlativas manifestações informais que a cercavam, pode-se apontar alguns: 6' 58''; 8' 54''; 17' 03''; 41' 40'' e; 1º 18' 36'' – em todos estes momentos, o desconforto e o medo tomam a família, que se mostra acuada e tacitamente confinada dentro das paredes do lar.

Aliás, no universo interno desta família, pode-se, em algumas cenas, verificar características das formas de tratamento entre os membros do clã – vislumbra-se, por exemplo, a ligação com o aspecto do “patriarcado” enunciado no trabalho de Boaventura de Sousa Santos, conforme item 1.5, através das seguintes palavras proferidas por Valter: “Nenhuma mulher de homem fraco é boa”⁴²².

Outra cena que evidencia de forma clara o distanciamento das regras e padrões sociais, no que diz respeito às relações estabelecidas entre a vizinhança retratadas no filme, é encontrada na ação de crianças do bairro que, como resposta à repreensão feita por Valter. Simplesmente jogam uma pedra em seu rosto – provocando ferimento (47' 05''). Este fato, amparado pelo susto e desespero causado pelo sangue que escorria em sua face, culminam na tentativa de desafiar a figura do vizinho inconveniente (47' 28'').

Em poucos momentos do filme a figura estatal aparece. Talvez o mais importante seja a prisão dos suspeitos pelo assassinato da personagem representada pelo ator Umberto

---

⁴²² 6' 43''

Magnani – seu Dimas (1º 25’ 33’’). Entretanto, posteriormente, a cena final do filme (1º 37’ 30’’), é bastante emblemática, pois constata-se a restauração da ordem (ou desordem?) anteriormente presente: Valter caminha, tendo no trajeto a presença de homens com metralhadoras, assim como fazem muitos outros trabalhadores, fingindo ignorar o que observam.

Por que não chamaram a polícia? Porque houve a instauração de um organismo paralelo de poder, que segundo a ótica dos habitantes locais, não conseguia ser vencido pelos meios formais de coerção, que não neutralizavam essas atitudes desconfirmadoras – como fruto também da omissão do Estado quanto à adequada urbanização, inclusive no que se refere à questão da moradia e controle das áreas mais longínquas do centro da cidade.

Percebe-se, portanto, a instauração de um forte ambiente alheio àquele formalmente constituído, conforme já destacado no item 1.4, quando se mencionaram as “realidades dejuridificantes” - típicas em locais como o apresentado no filme ora em questão.

5.5. Letras de Adoniran Barbosa: “Saudosa Maloca”, “Abrigo de Vagabundos” e “Despejo na Favela”

Analisar as letras de algumas músicas de Adoniran Barbosa, que tratam da temática da moradia na cidade de São Paulo, requer a ressalva de que aquelas a serem analisadas foram escritas nas décadas de 1950 e 1960, indicando que o problema relacionado à habitação não é recente na cidade, tal como já fora exposto nos capítulos segundo e terceiro da presente pesquisa.

De acordo com o trabalho de Francisco Rocha, ao discorrer sobre a obra de Adoniran Barbosa: “As vozes dos personagens que habitam tanto os seus sambas quanto os programas de rádio em que o artista atuou revelam as contradições desse processo de transformação, em

curso na metrópole paulista. (...) Adoniran é, sobretudo, a crônica da cidade que ele evidenciou.”⁴²³

O que instiga a utilização de tais trabalhos, além da beleza artística que o jogo e a composição das palavras ordenadas em versos produzem, é a pertinência de seus respectivos conteúdos até os dias atuais.

De forma a permitir uma exposição mais clara e organizada, reputa-se pertinente a transcrição integral das letras a serem analisadas, no anexo deste trabalho, fazendo-se a seguir uma confrontação mais precisa com as teorias que discorrem a respeito do poder e as obras cinematográficas anteriormente apresentadas.

A primeira música cuja letra que será analisada é “Saudosa Maloca” (1951) – vide anexo C – com a qual “Abrigo de Vagabundos” (1959) – vide anexo D – estabelece diálogo direto. Por último, será vista e contraposta “Despejo na Favela” (1969) – vide anexo E.

“Saudosa Maloca”, a mais antiga das três músicas cujas letras serão analisadas, retrata a angústia de três amigos: um deles é quem narra, em primeira pessoa, a história contida na letra, os outros dois são Joca e Mato Grosso. A maloca em que viviam fora destruída para dar espaço à construção de um edifício. Entendemos pela expressão “maloca”, recorrentemente utilizada na obra de Adoniran Barbosa, um local da habitação coletivo, podendo, portanto, ser compreendida como uma figura próxima ao “cortiço”. Segundo demonstram Lúcio Kowarick e Clara Ant, a respeito do cortiço:

(...) nas primeiras décadas que se seguiram a 1900, ele continuou bastante presente no cenário urbano, o que permite concluir que foi durante largo período a forma de habitação dominantes da classe trabalhadora que só bem mais tarde passou a construir, com as próprias mãos, a sua casa nas periferias da cidade. (...) o cortiço tornou-se a habitação dominante da classe trabalhadora até a década de 50, quando a acumulação industrial adquire novos contornos, produzindo o processo de metropolização-periferização da cidade. (...) Em todos os locais havia grande número de cortiços,

---

⁴²³ ROCHA, Francisco. “Mal traçadas linhas de um sambista no território da metrópole mais moderna do país”. In: Cultura Crítica: Adoniran e Noel. São Paulo: Revista Cultural da APROPUC-SP, 2010, p. 18.

aproximando espacialmente a miséria da riqueza, que se sentia contaminada pela sua proximidade (...) ⁴²⁴.

Percebe-se, portanto, que “Saudosa Maloca” não foi escrita por acaso na década de 1950. A expressão artística evidencia o sentimento de seu autor que testemunhava constantemente a “expulsão”, sob as ordens do “dono” do “palacete assombrado”, dos habitantes dos cortiços da cidade para áreas mais distantes do centro, conforme retrata o trecho acima destacado.

As leis e o funcionamento do sistema jurídico podem ser relacionados à “diferenciação desigual” abordada por Boaventura de Sousa Santos no item 1.5 desta pesquisa, visto que a propriedade formal tem seus direitos e interesses prestigiados em detrimento daqueles que a ocupam informalmente. Estabelecendo-se outro ponto de contato com as teorias sobre o poder, em conformidade com o item 1.4, identifica-se a ocorrência da confirmação da autoridade do dono do palacete, pois sua determinação fora cumprida pelos três amigos e operários da demolição.

Os últimos versos da letra, que expõe que os desalojados passam a perambular pelos jardins da cidade, faz alusão ao problema enfrentado por aqueles que não têm onde morar: o que fazer? Como desempenhar uma atividade, sem ter um ponto fixo de referência? Como contratar uma pessoa, por questões de segurança em casos emergenciais, que não tem uma residência fixa? Neste ponto faz-se remissão ao documentário tratado no item 5.1 deste trabalho.

O título da composição contém a palavra “saudosa”. Sente-se falta de algo bom, que nos remete a lembranças gostosas, sentimentais. Vislumbra-se, através da letra que está em análise, que suas personagens, apesar de viverem de modo simples, viam naquele espaço um local em que estavam atados laços fraternais de companheirismo, porque eram todos irmãos de sorte. Eles enxergavam naquele lugar um ponto de segurança, uma referência a que se fez alusão mais acima.

---

⁴²⁴ KOWARICK et ANT, op. cit. 1988, p. 50-51 e 53-54.

Neste momento, é possível fazer remissão ao ponto que diz respeito aos movimentos sociais (vide item 3.1), tentando encontrar identificações entre os sentimentos percebidos na letra de Adoniran (que não trata de movimentos sociais, mas que aborda pontos em comum com alguns destes, como a moradia) e aqueles que lastreiam a luta e os objetivos que os movimentos possuem.

Esta letra de música (“Saudosa Maloca”) permite a reflexão acerca de tais questionamentos, e mais: incute em nossas mentes a omissão governamental, ainda existente, quanto às condições de higiene e salubridade que caracterizam este tipo de habitação, em absoluto confronto com o princípio da dignidade humana – atualmente encartado na Constituição Federal (artigo 1º, III).

Anos mais tarde, Adoniran Barbosa compôs “Abrigo de Vagabundos”, travando, com o mesmo narrador de “Saudosa Maloca”, um diálogo com os seus antigos companheiros: Mato Grosso e Joca. Retrata o caminho percorrido por aquele que anos antes havia sido expulso do aludido palacete de “Saudosa Maloca” e, que através do trabalho de operário em uma fábrica de potes de cerâmica consegue comprar um terreno no então operário e longínquo bairro da Mooca.

Isso ilustra a já destacada periferização, que acompanha o crescimento da cidade de São Paulo (conforme exposto nos itens 2.2 e 3.3.2): “(...) com a explosão do preço dos terrenos, a tendência é acentuar a expulsão da população para as periferias (...)”⁴²⁵.

Outro ponto bastante interessante de “Abrigo de Vagabundos” diz respeito ao verso que faz referência a “João Saracura que é fiscal da Prefeitura”, tendo sido ele um bom amigo porque “arranjou” a planta exigida pela municipalidade para a edificação de casas. Em termos pragmáticos, em compasso com a exposição feita no item 1.4, percebe-se que o próprio servidor enfraquece a autoridade do Estado!

---

⁴²⁵KOWARICK, et ANT, op. cit. 1993, p. 42

Pode-se estabelecer conexão com a informalidade antes sublinha, seja através de poderes informais que propiciam o potencial enfraquecimento e o questionamento dos meios formais de poder (vide 1.4) ou, verificando a informalidade como traço característico do brasileiro (vide 2.1).

Percebe-se, na letra ora em análise, a preocupação em legalizar a construção edificada, para que não corresse o risco de ser demolida, conforme pode ser visto na parte final da letra. Assim, entende-se, à luz da teoria do poder e da pragmática jurídica (vide 1.4), que a autoridade não é ignorada, vez que há a preocupação em obter a documentação por ela exigida, mesmo que, para tanto, não tenham sido rigorosamente seguidos os procedimentos recomendados.

Mais adiante, ainda sobre “Abrigo de Vagabundos”, nos versos: “Por onde andaré Joca e Mato Grosso/ Aqueles dois amigos/ Que não quis me acompanhar/ Andarão jogados na Avenida São João/ Ou vendo o sol quadrado na detenção”, é questionado o paradeiro de Joca e Matogrosso, permitindo que se reflita acerca do destino de muitos daqueles que vivem nas ruas, conforme pode ser visto no filme “À margem da imagem” (vide item 5.1): o abandono ou o mundo crime.

A última obra de Adoniran Barbosa analisada é “Despejo na Favela”; composta no final da década de 1960. Essa obra musical narra em sua letra a estória de “Narciso”, morador de uma favela, a quem foi entregue um mandado judicial que determinava o despejo dos moradores da localidade. Este cenário pode ser identificado com a seguinte passagem expressa na obra de Kowarick:

A localização das favelas tendeu a seguir a trilha da industrialização, amontoando-se em áreas próximas ao mercado de mão-de-obra não-qualificada. Quando a pressão imobiliária ou congelamento de certas áreas tornam-se mais vigorosos numa cidade ou região, novas favelas surgem ou são transferidas para municípios vizinhos, onde os negócios imobiliários ainda não se apresentam tão lucrativos⁴²⁶.

---

⁴²⁶ KOWARICK et ANT, op. cit. 1993, p. 41

Mais uma vez, mostra-se a pertinência da obra de Adoniran Barbosa à pragmática jurídica, exposta na obra da professora Mara Regina de Oliveira (vide 1.4), e se percebe a confirmação da autoridade emanada do magistrado, já que a ordem de despejo, em conformidade com os dizeres de “seu Narciso”, será cumprida. Há, inclusive, reconhecimento de que a ordem é proveniente de patamar “superior”.

Todavia, a frase final indagando o que acontecerá com as demais pessoas que moram na favela, sugerindo que elas, ao contrário do “seu Narciso”, não poderiam colocar tudo o que tinham “no bolso de trás”, indica uma potencial reação que confrontará a ordem expedida pela autoridade.

Questionando a autoridade acerca das consequências daquela decisão e, caso permanecessem no local, contrariando a ordem judicial e até mesmo ignorando-a, haveria a já discutida atitude desconfirmadora, caso esse grupo fosse reprimido, sem que pudessem dialogar ou expressar seus sentimentos ou necessidade, haveria o aniquilamento do receptor da comunicação recebida, configurando-se, portanto, uma comunicação defeituosa (vide 3.2).

Atualmente, em situações paralelas encontram-se pessoas e grupos melhor orientados nas comunidades análogas à vislumbrada na letra da música que se está analisando. Alguns destes agrupamentos, diante do grau de maturidade de seu desenvolvimento, podem, nos termos evidenciados no capítulo terceiro deste trabalho, ser considerados movimentos sociais, que demandam ações e iniciativas mais bem pensadas para responderem os questionamentos e requerimentos por eles impostos.

Neste sentido, mas não apenas por isso, também se encontra, por exemplo, o programa de reassentamento da Cia do Metropolitano de São Paulo – comentado no anexo A deste trabalho.

O despejo a que faz referência essa composição, muito provavelmente, é decorrente de uma ocupação irregular da área, destacando-se novamente a informalidade exposta

anteriormente (em consonância com os itens 1.4 e 2.1) e a rejeição de muitas das regras preconizadas no texto legislativo (vide item 1.4):

Os novos habitantes pobres que nascem ou que chegam aos grandes centros passam a construir, fundamentalmente após a II Grande Guerra, nas periferias desprovidas de serviços urbanos, as suas próprias casas: são casas erguidas nos assim chamados ‘loteamentos clandestinos’, irregulares e inexistentes do ponto de vista legal (...) [o Estado] incentiva esta forma de moradia, pois ela é a única maneira de fixar nas cidades as crescentes levas de habitantes com um mínimo de ônus para o Poder Público⁴²⁷.

Ademais, conforme bem observa Maria Izilda Santos de Matos, em seu trabalho a respeito de Adoniran Barbosa:

A cidade do compositor encontrava-se atravessada pelos pressupostos da disciplina⁴²⁸ e da cidadania, reconhecida como espaço de tensões. Nas canções têm-se as resistências ao dito processo civilizatório, aos despejos latentes e generalizados de ‘ser moderno’, que agiam de forma seletiva construindo a questão social, com a identificação do outro, e tornando a questão da moradia uma tensão⁴²⁹.

O ponto comum que lastreia todas as obras analisadas neste capítulo é a solidariedade. Pode-se estabelecer uma conexão entre a aludida solidariedade e a atuação dos movimentos sociais, da luta pela moradia. De acordo com Alberto Melucci:

Um movimento é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário (...). Alguns fenômenos coletivos implicam solidariedade, isto é, a capacidade dos atores de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social⁴³⁰.

Identifica-se no documentário “À margem da imagem” cenas que demonstram a organização dos moradores de rua em grupos. Independentemente do instinto de proteção e

⁴²⁷ KOWARICK, et ANT, op. cit. 1980, p. 61

⁴²⁸ Aqui podemos fazer remissão ao trabalho de Michel Foucault, exposto no primeiro capítulo (v. 1.2).

⁴²⁹ MATOS, Maria Izilda Santos de. “Um sambista italiano em São Paulo: Adoniran Barbosa”. In: Cultura Crítica: Adoniran e Noel. São Paulo: Revista Cultural da APROPUC-SP, 2010, p. 36.

⁴³⁰ MELUCCI, op. cit., 2001, p. 35.

maior segurança que o grupo oferece, em face dos perigos existentes nas ruas da cidade, não se pode deixar de observar a proteção existente entre os membros do mesmo grupo. Através deste ponto de vista, é possível falar em solidariedade dentro destes grupos.

Ademais, o documentário mostra o trabalho daqueles que ajudam e organizam os abrigos e as atividades direcionadas aos moradores de rua. Nas composições de Adoniran Barbosa encontra-se presente também a solidariedade: em “Saudosa Maloca”, um amigo consola ou outro através de palavras e ditados populares como “Deus dá o frio conforme o cobertor”. Além disso, eles possuem, em comum, o sentimento de felicidade que tinham no palacete demolido “donde nós passemos os dias feliz de nossas vidas”.

Em “Abrigo de Vagabundos”, na estrofe final, o dono da residência legalizada demonstra que ela também é oferecida “aos vagabundos que não têm onde dormir”. E, em “Despejo na Favela” e “seu Narciso” observa-se mais preocupação para com os demais moradores do que com ele próprio, diante da ordem de despejo, questionando na frase final da composição “Mas essa gente aí hein como é que faz?”.

A apreciação das peças cinematográficas acima comentadas, aliada às interessantes composições de Adoniran, que indubitavelmente retratam o cotidiano paulistano – cujos traços e aflições persistem até os dias atuais – marcam a solidariedade deste povo. No documentário “À margem da imagem” percebe-se que os moradores de rua, seja por vício, seja por medo da violência das ruas, ficam agrupados e se protegem.

Em “À margem do concreto” sente-se a vibração da luta empreendida pelo movimento, obstinado em conquistar moradias para os seus membros. Em “À margem do lixo” vê-se que os catadores de materiais recicláveis se organizam em cooperativas e trabalham em conjunto, de forma a buscarem melhorias nas condições de seus trabalhos. No filme “Os inquilinos”, observa-se a solidariedade, mesmo contida, que a família de Valter e Iara nutre pelo vizinho Dimas.

Nas letras escritas por João Rubinato (Adoniran Barbosa) observa-se que, em “Saudosa maloca”, fica-se comovido com o sofrimento conjunto do narrador e de seus amigos (Joca e Mato Grosso). Em “Abrigo de vagabundos”, a casa simples é oferecida como abrigo àqueles que não têm onde dormir. E, em “Despejo na favela”, testemunha-se a angústia sofrida pelo narrador, em virtude do paradeiro desconhecido que poderiam ter os demais moradores que viviam na favela a ser despejada.

Diante do acima exposto, será que poderíamos afirmar que a solidariedade seja, em sua essência, um dos mais fortes traços desta numerosa e heterogênea população, dentre os grupos desfavorecidos que não têm um local para morar? Talvez esses laços sejam os promotores e dêem força para que movimentos sociais com este objetivo sejam formados e lutem para que a moradia digna seja alcançada, levando-se em conta que a luta individual não tem a dimensão que a luta conjunta possui, em amplitude, voz e destaque. Ressalte-se, que a luta isolada, conforme já exposto no item 3.1 deste trabalho, não se cofunde com a luta recorrente e persistente dos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após percorrermos os cinco capítulos (iniciados com a exposição teórica sobre algumas visões sobre o poder) que compõem esta pesquisa sobre movimentos sociais (destacados na terceira parte) que lutam por moradia na cidade de São Paulo – metrópole repleta de atributos e peculiaridades (conforme exposição realizada na segunda parte) – tentou-se buscar nas artes (conforme capítulos quatro e cinco) valioso auxílio para compreender melhor aquilo que se pretendia demonstrar: a importância destes movimentos e de suas demandas, através de lutas que datam de longa data, em um contexto absolutamente competitivo e excludente como o da metrópole paulistana, análises permeadas pelas teorias do poder apresentadas na parte inicial da pesquisa.

No primeiro capítulo, através da exposição de teorias do poder, pontos de vista a respeito da forma como é compreendido o tema foram sublinhados: a teoria comunicacional de Niklas Luhmann e os estudos de Michel Foucault contribuíram para com a demonstração da possibilidade do estabelecimento de ligações entre as teorias ao assunto discorrido no decorrer da análise.

Também os estudos dos trabalhos destes dois autores empreendido por Tercio Sampaio Ferraz Junior e a ampliação da sua análise, demonstrando a importância da pragmática, de acordo com os ensinamentos de Mara Regina de Oliveira. Também a visão aguçada e crítica de Boaventura de Sousa Santos a respeito da situação das sociedades e as relações nelas travadas. Estas revisões bibliográficas serviram de arcabouço com o qual se procurou lastrear os capítulos seguintes do trabalho, indicando-se de forma consistente a relação estabelecida entre a atuação de um movimento social e a temática do poder.

Como capítulo intermediário, entre as teorias acima aludidas e a conceituação mais propriamente dita acerca dos movimentos sociais, procurou-se contextualizar o ambiente sobre o qual o objeto de pesquisa recai: a cidade de São Paulo; de forma a permitir uma melhor compreensão de como as teorias do poder se encaixariam num contexto dinâmico da cidade em que atuam os movimentos estudados.

Posteriormente, na terceira etapa, procurou-se elucidar as classificações pertinentes aos movimentos sociais, principalmente aqueles que lutam por moradia, sobretudo na cidade de São Paulo – análise filtrada pelas teorias do poder, de forma a tornar o trabalho coerente e coeso.

Antes de termos adentrado na análise propriamente dita dos recursos artísticos, como forma de ampliação das noções ora estudadas e melhor compreensão da temática observada, reputou-se pertinente a elaboração de um capítulo intermediário (quarto capítulo) que facilitasse a conexão entre os conteúdos acima destacados e as obras artísticas selecionadas.

No capítulo final tentou-se, através da análise artística que versa sobre movimentos sociais, sobre a luta por moradia, a luta por uma ocupação, a luta por trabalho, a luta pelo espaço estudar as irradiações de poder impulsionadas e provocadas por estes movimentos cuja força motora consiste no esforço por moradia na maior e mais rica cidade brasileira: São Paulo.

Procurou-se, também, demonstrar como os grupos que anseiam moradias se posicionam perante o ordenamento, procurando captar atenções, evidenciando-se que as ações de alguns deles situam-se à margem daquilo que as disposições legais preveem.

Ocorre, todavia, muitas vezes, a inobservância, ou quiçá a própria desconsideração, através da ignorância, daquilo contido nas disposições legais, posicionamentos estes que muitas vezes não concorrem com outras alternativas, conforme verificou-se – sendo, em diversos casos, não respeitados preceitos normativos infraconstitucionais por alguns movimentos (como reação apresentada à incapacidade estatal em contemplar a demanda requerida por moradias) para que o contido na Lei Maior seja alcançando ou minimamente aproximado de sua concretização: o direito à moradia esculpido no artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

Apresenta-se, também, sendo relevante frisar, em termos pragmáticos, que as tentativas de neutralizar reações que não confirmam a figura da autoridade mostram-se demasiadamente

agressivas, destacando-se a força em oposição àquilo observado através dos distintos pontos teóricos expostos acerca do poder, reforçando muitas das cenas de brutalidade expostas pelas obras de artes analisadas no último capítulo.

Todavia, o vulto atinente à demanda relacionada à moradia apresenta maior consistência na atualidade, ganha espaço diante da percepção da sua essencialidade para a dignidade da vida humana. Não por acaso, fora trazido à baila, com exemplo, no anexo B da pesquisa o Programa de Reassentamento empreendido pela Companhia do Metropolitano de São Paulo.

Dessa forma, os elementos e significações, as palavras e imagens que procuramos expor demonstram muito daquilo que pretendemos elucidar: a luta dos movimentos sociais por moradia na cidade de São Paulo, demanda antiga – anterior ao surgimento dos movimentos – consiste também em uma luta pelo poder, podendo ser analisada sob o poder e podendo ser filtrada em diversos contextos por teorias do poder. O poder, portanto, não pode ser dissociado das relações humanas, e a maneira como é manejado e dosado tem extrema interferência nas conduções e nas formas apresentadas pelas múltiplas interações estabelecidas pelos homens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITH, Fernando Mussa Abujamra. *O direito à moradia e suas garantias no sistema de proteção dos Direitos Humanos*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2001.

ALBUQUERQUE, Newton de Menezes. “Neoliberalismo e desconstrução da razão democrática no Estado periférico brasileiro”. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; LIMA, Martonio Mont’Alverne Barreto. *Diálogos constitucionais: direito, neoliberalismo e desenvolvimento em países periféricos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

ALONSO, Ângela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. São Paulo: Lua Nova, 2009.

BACHUR, João Paulo. *Conflito, procedimento e os novos movimentos sociais – uma perspectiva a partir da teoria de sistemas de Niklas Luhmann*. 6º encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), UNICAMP, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BEDESCHI, Luciana. *O direito à moradia adequada em face de moradores de cortiços*. In: Anais do VI Congresso de Direito urbanístico – Brasília 2010: por um Direito Urbanístico sem Fronteiras (Org.: Nelson Saule et al.). Porto Alegre: Lex Magister, 2010.

BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e histórias da cultura*. São Paulo: editora Brasiliense, 1996.

BERNARDET, Jean-Claude. *O que é cinema*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. *A crise do direito na pós-modernidade: um balanço jusfilosófico da experiência brasileira contemporânea* (Tese de Livre-Docência). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003.

BONDUKI, Nabil. “Crise da habitação e luta pela moradia no pós-guerra”. In: KOWARICK, Lúcio. *As lutas sociais e a cidade – São Paulo: passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BRANT, Vinícius Caldeira. “Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo”. In: SINGER, Paulo; BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, 1983.

BUCCI, Maria Paula Dallari. *Aspectos jurídicos do cooperativismo e das cooperativas de habitação no Brasil*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado. 1994.

BULGARELLI, Waldírio. *As cooperativas e o Plano Nacional de Habitação*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1966.

CABRERA, Julio. *O cinema pensa: uma introdução à filosofia através dos filmes*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. “Assistência jurídica e advocacia popular: serviços legais em São Bernardo do Campo”. *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, v. 41, 1994.

_____. *Interpretação do Direito e movimentos sociais: hermenêutica do sistema jurídico e da sociedade*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Tese de titularidade, 2011.

_____. “Governo representativo “versus” Governo dos juízes: a “autopoiese” dos sistemas político e jurídico”. In: *O direito na sociedade complexa*. São Paulo: Max Limonad, 2000.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Marcos Ferreira Guedes da. *Moradia: um direito fundamental*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado, 2002.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; LIMA, Martonio Mont’Alverne Barreto. *Diálogos constitucionais: direito, neoliberalismo e desenvolvimento em países periféricos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

ENDO, Paulo Cesar. *A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo*. São Paulo: Escuta/ Fapesp, 2005.

EPSTEIN, Jean. “O cinema do diabo”. In: XAVIER, Ismail (Org.), *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Edições Gerais Graal – Embrafilmes, 1983.

FARIA, José Eduardo. *Justiça e conflito: os juízes em face dos novos movimentos sociais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo*. São Paulo: Lua Nova, 2007.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação*. São Paulo: Atlas, 2007, 2011.

_____. “Desvio de poder e princípio da moralidade” In: *Direito constitucional: Liberdade de Fumar, Privacidade, Estado, Direitos Humanos e outros temas*. São Paulo: Manole, 2007.

_____. “O discurso sobre a Justiça”. In: *Estudos de Filosofia do Direito: reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito*. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. “Poder e Direito”. In: *Estudos de Filosofia do Direito: reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito*. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, Luiz Paulo Teixeira. *O direito à moradia na constituição brasileira, o sistema de garantia na legislação e a experiência de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2006.

FIX, Mariana. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. “Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FOUCAULT, Michel. “Diálogo sobre o poder”, 1978. In: *Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

_____. “Genealogia e poder”. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____. “Soberania e disciplina”. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. *A liberdade de imprensa e os direitos da personalidade*. São Paulo: Atlas, 2001.

GODOY, Luciano de Souza. *O direito à moradia como expressão da dignidade da pessoa humana: o acesso à casa própria por meio do mútuo imobiliário*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 2002.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

GUIBENTIF, Pierre. *Teorias sociológicas comparadas e aplicadas: Bourdie, Foucault, Habermas e Luhmann face ao Direito*. In: *Revista Novatio Iuris*, nº 3. Porto Alegre: ESADE, 2009.

HANDLER, Joel F. *Social Movements and the Legal system: a Theory of Law Reform and Social Change*. New York: Academic Press, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUCK, Hermes Marcelo. *Housing and development: an analysis of the Brazilian Model*. Estados Unidos: *University of California*, Dissertação de Mestrado, 1975.

JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

KIM, Paulro Pae. *Responsabilidade do Estado nas ocupações ilícitas*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, tese de doutorado, 2002

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História do Brasil*. São Paulo: Atual, 1996.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____; ANT, Clara. “Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo”. In: *As lutas sociais e a cidade- São Paulo: passado e presente*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. “Lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo”. In: KOWARICK, Lúcio (Org.) *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. *Redes contratuais no mercado habitacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

LUHMANN, Niklas. *La sociedad de la sociedad*. México: Herder, 2006.

_____. *Law as a social system*. New York: Oxford University Press, 2007.

_____. *Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

_____. *Sociologia Del rischio*. Milano: Bruno Mondadori, 1996.

MACHADO, Leda Maria Vieira. *Atores sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero*. São Paulo: Annablume, 1995.

MARCUSE, Herbert. *A dimensão estética*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MATOS, Maria Izilda Santos de. “Um sambista italiano em São Paulo: Adoniran Barbosa”. In: *Cultura Crítica: Adoniran e Noel*. São Paulo: Revista Cultural da APROPUC-SP, 2010.

McCANN, Michael. *Law and Social Movements*. Washington: Ashgate Publishing, 2006.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura* (Trad. Maria do Carmos Alves Bonfim). Petrópolis: 2005.

MOISÉS, José Álvaro. “O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais”. In: MOISÉS, José Álvaro [et al.]. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MORIN, Edgar. “A alma do cinema”. In: XAVIER, Ismail (Org.). *A experiência do cinema: antologia*. Rio de Janeiro: Edições Gerais Graal - Embrafilmes, 1983.

_____. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2009.

MUNSTENBERG, Hugo. “As emoções”. In: XAVIER, Ismail (Org.). *A experiência do cinema: antologia*. Rio de Janeiro: Edições Gerais Graal - Embrafilmes, 1983.

NEVES, Marcelo. *A constitucionalização simbólica*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.

NOBRE, Marcos. “Indeterminação e estabilidade: os 20 anos da Constituição Federal e as tarefas da pesquisa em direito”. In: *Novos Estudos* n° 82. São Paulo: CEBRAP, 2008.

NUNES, Edison; JACOBI, Pedro. “Movimentos populares urbanos, participação e democracia”. In: SILVA, Luiz Machado da. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983.

OLIVEIRA, Gesner; RODAS, João Grandino. *Direito e Economia da Concorrência*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

OLIVEIRA, Mara Regina de. *Cinema e Filosofia do Direito: um discurso sobre a crise de legitimidade jurídica brasileira*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006.

_____. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência, e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. “A categoria de (des)ordem e a pós-modernidade da Antropologia”. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de [et al.]. *Pós-modernidade*, Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

OTTMANN, Götz. “Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil: uma abordagem cognitiva”. In: *Novos Estudos* nº 41. São Paulo: CEBRAP, 1995.

PARANHOS, José Maria da Silva. *Esboço da história do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992.

PEREIRA, Felipe Pires. *Meios alternativos de resolução de conflitos urbanos e justiciabilidade do direito fundamental social à moradia*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2011.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2007.

RAJAGOPAL, Balakrishnan. *International law from below: development, social movements, and Third World resistance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

RHEINGANTZ, Eduardo. “A megalópole da periferia”. In: FREITAS, José Geraldo de. *Temas de direito urbanístico*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado - Ministério Público do Estado de São Paulo, 2000.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RIDENTI, Marcelo. “Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ROCHA, Francisco. “Mal traçadas linhas de um sambista no território da metrópole mais moderna do país”. In: *Cultura Crítica: Adoniran e Noel*. São Paulo: Revista Cultural da APROPUC-SP, 2010.

ROLNIK, Raquel. *Cada um no seu lugar! São Paulo, início da industrialização: geografia do poder*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 1981.

_____. *São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2003.

SACHS, Céline. *São Paulo: políticas públicas e habitação popular*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *O discurso e o poder*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris editor, 1988.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2000.

SAULE JR., Nelson. *Direito à cidade – Trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis*. São Paulo: Max Limonad, 1999.

_____; RODRIGUES, Maria Elena. “Direito à moradia”. In: LIMA JR., Jayme Benvenuto, ZETTERSTRÖM, Lena (orgs.). *Extrema pobreza no Brasil – a situação do direito à alimentação e moradia adequada*. São Paulo: Loyola, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. “O enigma pós-moderno”. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de [et al.]. *Pós-modernidade*, Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

SILVA, Helena Menna Barreto. *O centro de São Paulo: que futuro para a habitação?*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2000.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1944.

SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. *Direito à moradia e de habitação: análise comparativa e suas implicações teóricas e práticas com os direitos da personalidade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de. “Movimentos sociais – emergência de novos sujeitos: o sujeito coletivo de direito”. In: SOUTO, Cláudio; FALCÃO, Joaquim. *Sociologia e Direito: textos básicos para a Disciplina de Sociologia Jurídica*. São Paulo: Pioneira, 1999.

STRANGE, Susan. *The retreat of the state: the diffusion of the state: the diffusion of power in the world economy*. New York: Cambridge University Press, 1996.

TELLES, Vera da Silva. *A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza – um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo*. São Paulo: Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 1992.

VELLOSO, Monica Pimenta. “Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VINHAS, Moisés. *Operários e camponeses na revolução brasileira*. São Paulo: Fulgor, 1963.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. “As políticas urbanas e lutas pela habitação”. In: BÓGUS, Lucia Maria M., WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (orgs.). *A luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1992.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. “O funcionário colonial entre a sociedade e o rei”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

WOLKMER, Antonio Carlos. “Pluralismo jurídico: nuevo marco emancipatorio em América Latina”. In: GARCÍA, Maurício; RODRÍGUEZ, César A. (Orgs.). *Derecho y sociedad em América Latina: um debate sobre los estudios jurídicos críticos*. Bogotá: ILSA, 2003.

XAVIER, Ismail. *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

REFERÊNCIAS DOS RECURSOS ARTÍSTICOS ANALISADOS

BIANCHI, SÉRGIO. *Os Inquilinos*, 2009.

MOCARZEL, EVALDO. *À margem da imagem*, 2002.

_____. *À margem do concreto*, 2006.

_____. *À margem do lixo*, 2008.

RUBINATO, JOÃO (Adoniran Barbosa). *Saudosa Maloca*, 1951.

_____. *Abrigo de vagabundos*, 1959.

_____. *Despejo na favela*, 1969.

SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

www.dossie.centrovivo.org/imagem/dossie_cd.pdf

www.mtst.info

www.planalto.gov.br

www.prefeitura.sp.gov.br

www.terra.com.br

ANEXOS

ANEXO A – Comentários ao Regulamento para reassentamento de famílias vulneráveis atingidas pelas obras de expansão da Companhia do Metropolitano de São Paulo

Tendo e vista a expansão da malha metroviária na cidade de São Paulo, foi criado, impulsionado também pelas demandas sociais (individuais, de grupos e de movimentos), o programa de reassentamento de famílias consideradas vulneráveis atingidas pelas obras da aludida ampliação.

Este instrumento representa significativo prestígio e respeito ao direito à moradia. Vejamos, aqui há o fito de minimizar os desgastes provocados por desapropriações que recaem sobre aqueles que proprietários não são – uma vez que se ostentassem título hábil seguir-se-iam os ditames preconizados no Decreto-Lei Federal nº 3.365 de 1941, que rege as ações de desapropriação em face dos proprietários das áreas expropriadas.

Assim sendo, percebe-se o intuito de tratar a moradia, a posse, independentemente dos nomes constarem no título imobiliário, de forma especial. Levando-se em consideração a importância que o local a ser desapropriado possui para o grupo atingido.

O programa contido no Regulamento analisado destina-se a amparar pessoas que efetivamente necessitam da ajuda para recomporem suas moradias. Sabe-se que a reposição não significará solução para as pessoas atingidas, visto que muitas mantêm vínculos sentimentais com a casa e/ou terreno onde residiram por considerável período. Todavia, acredita-se que esta iniciativa talvez represente um alento para estas pessoas, de sorte que a transição para outra localidade talvez seja menos dolorosa.

Também contra as “ações gananciosas”, evidenciadas no trabalho de Mariana Fix⁴³¹, o programa do Metrô de São Paulo tenta se posicionar, balizando suas condutas, destacando-se que há dinheiro público envolvido nas ações desta empresa estatal.

Conforme destacado inicialmente, este programa atende, também, demandas provocadas por movimentos que lutam por moradia – muitas das áreas desapropriadas pela Companhia do Metropolitano de São Paulo são favelas e comunidades desprovidas de recurso e assistência material.

Consta no Regulamento a necessidade de observância dos parâmetros a serem considerados para a composição de uma unidade habitacional, ressaltando-se a “estabilidade de ocupação” em face de despejos forçados; o “acesso à infraestrutura” e a “habitabilidade” (vide art. 6º do Regulamento).

O documento ora em comento representa também consequência das reivindicações dos movimentos e grupos que querem moradia. Quando afetados por obras metroviárias, eles terão tratamento condizente à importância que a moradia deve ter.

Evidentemente, este Regulamento representa uma tarefa que precisa ter suas arestas aparadas, de acordo com a execução de seus conteúdos e implementação de suas determinações. Mas, já representa um grão lançado, uma fonte de otimismo e a ser seguida por demais empresas, entidades e organizações.

---

⁴³¹ “Os promotores imobiliários mostraram na prática como essa operação é realizada contra aquilo que chamam de ‘sentimentalismo bobó’ dos moradores, que insistem em se apegar a seus bairros, dificultando a transformação do valor de uso em *valor*.” In: FIX, op. cit., 2007, p. 118.

ANEXO B – Regulamento para Reassentamento de Famílias Vulneráveis Atingidas pelas Obras de Expansão do Metrô

REVISÃO 01: *Inserção dos parágrafos 8º, 9º e 10º ao artigo 5º*

Art. 1º. Este regulamento tem por finalidade estabelecer regras para o reassentamento de pessoas vulneráveis sujeitas ao deslocamento compulsório, de onde estabeleceram moradia, por decorrência das obras de expansão da Rede do Metrô de São Paulo.

Art. 2º. Serão contemplados por este regulamento somente os indivíduos e as famílias vulneráveis que se encontrem nos imóveis a serem objeto de expropriação pela Companhia do Metrô antes do início do empreendimento.

§ 1º. O início do empreendimento é caracterizado pelos atos que tornam pública a intenção do Metrô de utilizar o imóvel ocupado pelos indivíduos e famílias vulneráveis.

§ 2º. São atos que caracterizam a publicidade do empreendimento, alternativamente:

a) o decreto expropriatório que declara a área de necessidade ou utilidade pública;

b) o ato de cadastramento dos indivíduos e famílias vulneráveis, quando os agentes da Companhia visitam as famílias e prestam-lhe informações sobre o empreendimento.

Art. 3º Os indivíduos e as famílias serão identificados conforme os critérios eleitos neste regulamento mediante cadastramento a ser realizado pela Companhia do Metrô. Para fins deste regulamento, considera-se:

I – indivíduo: a pessoa que já morava sozinha antes de ser removida.

II - família: conjunto de pessoas ligadas a uma pessoa ou casal responsável por laços de parentesco ou por dependência econômica ou outra espécie de vínculo, assim como os eventuais agregados.

III – famílias conviventes: são as famílias, com no mínimo duas pessoas cada uma, que habitavam no mesmo domicílio e cujos responsáveis não guardem entre si relação de parentesco em linha reta, nem convivam como casal.

§ 1º. Agregado é a pessoa que, sem ser parente, pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico, não paga hospedagem nem contribui para as despesas de alimentação e moradia da família.

§ 2º. As famílias conviventes poderão ser separadas para fins de recebimento dos benefícios deste regulamento, desde que a separação não importe o aumento da

vulnerabilidade de cada um dos grupos.

Art. 4º. Para os fins desse regulamento, considera-se vulnerável o indivíduo ou a família que, cumulativamente:

I – tenha renda mensal na faixa de:

a) 0 a 3 salários-mínimos, tratando-se de indivíduo ou família; ou

b) 3 a 6 salários-mínimos, quando se tratar de uma família, ou, ainda, de indivíduo, desde que este último se encaixe em uma seguintes situações: ser portador de necessidades especiais na forma da lei; ser portador de doenças crônicas ou graves documentadas por órgãos de saúde; enquadrar-se no conceito legal de criança/adolescente ou idoso; e que, em ambos os casos:

II – tenha estabelecido como moradia os imóveis a serem expropriados em alguma das seguintes condições:

a) ocupe gratuitamente o imóvel sem possuir qualquer direito reconhecido sobre ele;

b) pague um aluguel abaixo do preço de mercado, para um imóvel nas mesmas condições, assim considerado o valor inferior ao montante obtido mediante avaliação comparativa, com base no laudo macro confeccionado para fins de desapropriação;

c) seja proprietário de imóvel especialmente desvalorizado, cuja indenização por desapropriação não lhe garanta a possibilidade de adquirir uma nova moradia minimamente adequada na forma do art. 6º, correndo o risco de ficar desabrigado ou ter que se mudar para moradias inadequadas, em favelas ou cortiços.

§ 1º. Em qualquer desses casos, o indivíduo ou a família não pode possuir outro bem imóvel e nem ter recursos suficientes para custear uma nova moradia.

§ 2º. Receberão tratamento prioritário os indivíduos ou as famílias que tenham membros em situação de maior vulnerabilidade, tais como portadores de necessidades especiais, portadores de doenças crônicas ou graves documentadas por órgãos de saúde, mulheres, crianças/adolescentes, idosos, indígenas, minorias étnicas, na forma da lei.

Art. 5º. Para fins de propiciar aos indivíduos e às famílias vulneráveis os instrumentos necessários à proteção ao direito de moradia, a Cia. do Metrô poderá:

I – promover sua mudança para unidade habitacional que atenda aos critérios de adequação da moradia, nos termos do art. 6º deste regulamento; ou

II – alternativamente, efetuar o pagamento de compensação em dinheiro no montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor de referência mencionado no artigo 6º, §6º, deste regulamento, para cada ano em que o indivíduo ou a família comprovadamente habitou

no local de onde será removido, limitado ao máximo de 100% do referido valor de referência, acrescido do valor das benfeitorias que o indivíduo ou a família comprovar ter construído;

§ 1º. As unidades habitacionais poderão ser construídas mediante convênio ou outros instrumentos cabíveis, todos subsidiados pelo Metrô.

§ 2º. O tempo de ocupação do imóvel, bem como a construção das benfeitorias, poderá ser comprovado por documentos, fotos ou quaisquer outros meios de prova admitidos no direito.

§ 3º. Caso o interessado comprove ser proprietário na forma do art. 4º, inciso I cumulado com inciso II, alínea “c”, poderá optar pelo recebimento do valor do terreno e das benfeitorias no lugar da indenização prevista no inciso II do presente artigo.

§ 4º. Caso seja necessária a remoção das pessoas vulneráveis antes que seja concretizada alguma das alternativas previstas, a Cia. do Metrô subsidiará provisoriamente o valor da locação de uma moradia compatível com os parâmetros do artigo 6º. deste regulamento, baseando-se no laudo macro referido no art. 4º, II, “b”.

§ 5º. Em todos os casos, o Metrô arcará com os custos relativos à mudança.

§ 6º. No caso de pessoas que tenham a expectativa de adquirir a propriedade de imóvel de que foi removida por usucapião, o Metrô se sub-rogará no direito do usucapiente de ser indenizado pela desapropriação do imóvel no limite do valor que despendeu para efetivar a escolha feita com base no artigo 5º, I e II, deste Regulamento.

§ 7º. No caso do vulnerável ser beneficiário de outro programa habitacional, o valor do subsídio pago pelo Metrô será complementar ao valor do benefício já percebido.

§ 8º. O valor limite da indenização total a que uma família ou indivíduo vulnerável tem direito, não poderá ultrapassar o valor de R\$ 119.067,83, correspondente ao valor máximo de uma unidade habitacional da CDHU. Entende-se por valor total da indenização a somatória da indenização das benfeitorias e da indenização do direito à moradia. A composição desse valor deverá ser o valor total do ressarcimento das benfeitorias e o valor proporcional do direito à moradia, de modo que ambos resultem no valor limite.

§ 9º. Caso o valor da benfeitoria supere este limite, deverá ser comprovada a origem da verba utilizada para sua construção e, após análise da compatibilidade com o cadastramento na condição de vulnerável, haverá o pagamento integral da benfeitoria, sem o pagamento da compensação pela perda do direito à moradia.

§ 10º. Nas hipóteses em que a indenização total sofreu limitação nos termos dos parágrafos 8º. e 9º., e somente nessas hipóteses, é permitido ao beneficiário apresentar pedido de revisão do valor da indenização, demonstrando, por meio das provas em direito admitidas, que o valor recebido não é suficiente para a aquisição de uma moradia adequada, nos termos do artigo 6º. deste Regulamento.

Art. 6º. O nível de adequação da unidade habitacional destinada ao reassentamento deverá ser igual ou superior ao da moradia da qual os indivíduos e as famílias serão removidos, segundo critérios de estabilidade da ocupação, acesso a infraestrutura, serviços e bens públicos, habitabilidade, acessibilidade e que sejam compatíveis com a renda do indivíduo ou da família.

§ 1º. Estabilidade de ocupação é a segurança que o ocupante tem frente a remoções forçadas, despejos, reintegrações de posse e outras ameaças à sua ocupação pacífica.

§ 2º. Acesso a infraestrutura, serviços e bens públicos é a disponibilidade que o ocupante tem de serviços públicos de saúde, transporte, segurança, energia, saneamento, coleta de lixo, escola, entre outros.

§ 3º. Habitabilidade são as condições da habitação em termos de salubridade, que respeite os padrões minimamente exigíveis, e de tamanho, de acordo com os parâmetros adotados pela CDHU, ou outros a serem definidos nas políticas habitacionais do Estado, conforme estabelecido no Plano de Reassentamento da Companhia.

§ 4º. Acessibilidade é a adequação da habitação às eventuais necessidades especiais de ocupantes idosos, portadores de deficiências.

§ 5º. Os imóveis destinados ao reassentamento não precisam conservar as características do imóvel de onde as famílias ou indivíduos serão removidos que não estejam diretamente relacionadas com o direito fundamental à moradia, tais como tamanhos maiores do que o padrão de habitabilidade, materiais de construção especiais, benfeitorias voluptuárias, entre outras características que não estejam enumeradas nos parágrafos anteriores. Caso a família ou indivíduo entender mais vantajoso, poderá optar, no lugar do reassentamento, pela indenização das benfeitorias na forma do art. 4º, II.

§ 6º. O valor de referência do imóvel previsto neste artigo, inclusive para o cálculo das indenizações tratadas neste regulamento, é o valor médio do imóvel construído pela CDHU em regiões urbanas.

Art. 7º. O Metrô deverá promover o acompanhamento dos indivíduos e famílias atendidos por este regulamento durante um ano após o efetivo reassentamento, para fins de verificação da efetividade das normas previstas neste regulamento.

Art. 8º. Havendo recusa de adesão ao plano de reassentamento por parte do vulnerável ou descumprimento de alguma das condições nele impostas, o METRÔ deverá promover as medidas judiciais cabíveis para imitir-se posse e eventual ressarcimento ao erário.

Art. 9º. Por ocasião dos projetos posteriores a este regulamento, as áreas responsáveis deverão levar em consideração as diretrizes acima estabelecidas.

Art. 10. Os casos omissos deverão ser avaliados pela Diretoria.

ANEXO C – Saudosa Maloca

(Adoniran Barbosa, 1951)

*Si o senhor não está lembrado
Dá licença de contá*

*Que aqui onde agora está
Esse edifício arto
Era uma casa véia
Um palacete assombradado*

*Foi aqui seu moço
Que eu, Mato Grosso e o Joca
Construímos nossa maloca*

*Mais, um dia
Nem nós nem pode se alembra
Veio os homi cas ferramentas
O dono mandô derrubá
Peguemo todas nossas coisas
E fumos pro meio da rua
Aprecia a demolição*

*Que tristeza que nós sentia
Cada táuba que caía
Duia no coração*

*Mato Grosso quis gritá
Mas em cima eu falei:
Os homis tá cá razão*

Nós arranja outro lugar

Só se conformemo quando o Joca falou:

"Deus dá o frio conforme o cobertor"

E hoje nós pega a páia nas grama do jardim

E prá esquecê nós cantemos assim:

Saudosa maloca, maloca querida,

Dim dim donde nós passemos os dias feliz de nossas vidas

Saudosa maloca, maloca querida,

Dim dim donde nós passemos os dias feliz de nossas vidas.

ANEXO D – Abrigo de Vagabundos

(Adoniran Barbosa, 1959)

*Eu arranjei o meu dinheiro
Trabalhando o ano inteiro
Numa cerâmica
Fabricando potes
e lá no alto da Mooca
Eu comprei um lindo lote dez de frente e dez de fundos
Construí minha maloca
Me disseram que sem planta
Não se pode construir
Mas quem trabalha tudo pode conseguir*

*João Saracura que é fiscal da Prefeitura
Foi um grande amigo, arranjou tudo pra mim
Por onde andará Joca e Matogrosso
Aqueles dois amigos
Que não quis me acompanhar
Andarão jogados na avenida São João
Ou vendo o sol quadrado na detenção*

*Minha maloca, a mais linda que eu já vi
Hoje está legalizada ninguém pode demolir
Minha maloca a mais deste mundo
Ofereço aos vagabundos
Que não têm onde dormir.*

ANEXO E – Despejo na Favela

(Adoniran Barbosa, 1969)

*Quando o oficial de justiça chegou
Lá na favela*

E contra seu desejo entregou pra seu narciso um aviso pra uma ordem de despejo

*Assinada seu doutor, assim dizia a petição dentro de dez dias quero a favela vazia e os
barracos todos no chão*

*É uma ordem superior,
Ôôôôôôôô Ô meu senhor, é uma ordem superior
Não tem nada não seu doutor, não tem nada não*

Amanhã mesmo vou deixar meu barracão

*Não tem nada não seu doutor vou sair daqui pra não ouvir o ronco do trator
Pra mim não tem problema em qualquer canto me arrumo de qualquer jeito me ajeito
Depois o que eu tenho é tão pouco minha mudança é tão pequena que cabe no bolso de trás*

Mas essa gente ai hein como é que faz?